**Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes**

Julietti de Andrade

**A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na
Organização da Informação**

Dissertação de Mestrado

**São Paulo
2010**

JULIETTI DE ANDRADE

**A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na
Organização da Informação**

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

Área de concentração: Cultura e Informação

Linha de pesquisa: Organização da Informação e do Conhecimento

Orientação: Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara.

**São Paulo
2010**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Andrade, Julietti de

A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na Organização da Informação e do Conhecimento / Julietti de Andrade. – São Paulo: J. Andrade, 2010.

150 p.: il.

Dissertação (mestrado) – Escola de Comunicações e Arte / USP

Orientadora: Lara, Marilda Lopes Ginez de

Bibliografia

1. Linguística Documentária 2. Análise de Domínio 3. Organização da Informação 4. Organização do Conhecimento
I. Andrade, Julietti de II. Título

Julietti de Andrade

A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na Organização da Informação

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara.

Assinatura:

Instituição: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Prof (a.) Dr(a.) _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

Prof (a.) Dr(a.) _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

Prof (a.) Dr(a.) _____

Assinatura: _____

Instituição: _____

***Aos meu amores Alicia Jim e Alex,
razões da minha vida.***

Agradecimentos

À Prof. Dra. Marilda Lopes Ginez de Lara, querida e talentosa orientadora, por compartilhar seu conhecimento e experiência, além de acreditar em mim e no meu trabalho.

Às professoras Johanna W. Smith e Maria de Fátima G. M. Tálamo pelas valiosas contribuições dadas no exame de qualificação.

Ao meu amor, Alex, a quem essa dissertação foi dedicada, por seu constante apoio.

Aos meus queridos pais, Adelina e Antonio, por todo amor que me dão sempre.

À Maristela Sanches Bizarro, por sua linda amizade de tantos anos e pelos resumos em inglês.

À Clarissa Schmidt, por sua amizade, generosidade e pela revisão do trabalho.

À Gilda Maria de Quadro Moraes, minha querida sogra, que ajudou a cuidar de minha filhinha para que eu pudesse escrever este trabalho.

Ao Prof. Dr. Olavo Pires de Camargo, chefe do Departamento de Ortopedia e Traumatologia-FMUSP, pelo incentivo à minha carreira acadêmica.

À minha equipe de trabalho do Serviço de Biblioteca, Documentação Científica e Didática-IOT-HC-FMUSP, pelo apoio dado durante a realização dessa pesquisa.

À Dani, Silvana, Karin, Dyane, Carlinha, Alessandra, July e Tiago Murakami que tanto torcem por mim, e estão sempre comigo, mesmo com tantas ausências da minha parte.

Pão ou pães, é questão de opiniões.

João Guimarães Rosa

Andrade, Julietti de. A Linguística Documentária e a Análise de Domínio na organização da Informação, 2010, 150 p. (Dissertação de Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Análise das abordagens Linguística Documentária e Análise de Domínio na Organização da Informação e Organização do Conhecimento. A análise consiste de um mapeamento da fundamentação teórica, objetivos e funções com base em discursos dos autores mais identificados com as vertentes mencionadas, bem como na literatura da Ciência da Informação, para compreender como cada abordagem concebe e desenvolve os seus principais conceitos, instrumentos e métodos. Após a descrição de cada abordagem foi feita uma análise comparativa com o objetivo de identificar semelhanças e diferenças e possível integração entre as abordagens no que se refere à elaboração e uso dos instrumentos e métodos de organização que visam à recuperação e à comunicação de informações.

Palavras-chave: Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Linguística Documentária, Análise de Domínio.

Andrade, Julietti de. Documentary Linguistics and Domain Analysis on Information Organization. , 2010, 150 p. (Dissertação de Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Analysis of Documentary Linguistics and Domain Analysis approaches on Information Organization and Knowledge Organization. This analysis consists on a mapping of theoretical foundation, goals and functions based on most identified authors' discourses with mentioned approaches, and also with Information Science Literature in order to understand the way each approach conceives and develops its main concepts, instruments and methods. After the description of each approach a comparative analysis was done to identify similarities, differences and integrations among approaches about elaboration and use of instruments and organization methods that aim communication information retrieval.

Key-word: Information Organization, knowlegde Organization, Documentary Language, Domain Analisys.

Listas de quadros e figuras

Quadro 1:	Algumas diferenças entre cognitivismo e ponto de vista domínio específico (Hjørland e Albrechtsen , 1995, p. 412)	81
Quadro 2:	Visões positiva e pragmática da classificação	98
Quadro 3:	Vantagens e desvantagens da Bibliometria	109
Quadro 4:	Principais Semelhanças e Diferenças entre a Linguística Documentária e Análise de Domínio	140
Figura 1:	Representação gráfica das análises centradas no documento e no domínio (Mai, 2005, p. 607)	116

AD:	Análise Documentária
CI:	Ciência da Informação
IR:	Information Retrieval
Ld:	Linguagem Documentária
LD:	Linguística Documentária
LN:	Linguagem Natural
LSP:	Language for Special Purposes
OC:	Organização do Conhecimento
OI:	Organização da Informação
OIC:	Organização Intelectual do Conhecimento
OSC:	Organização Social do Conhecimento
POC:	Processos de Organização do Conhecimento
RI:	Recuperação da Informação
SOC:	Sistemas de Organização do Conhecimento

1. Introdução	12
2. Organização da Informação (OI) na Atualidade	16
3. A Linguística Documentária	23
3.1 Linguística Documentária: objetivos, funções, teorias, instrumentos e métodos	24
3.2 A Análise Documentária	41
3.3 As Linguagens Documentárias (Ids)	49
3.4 Reflexões sobre a Linguística Documentária	58
4. A Análise de Domínio	68
4.1 Análise de Domínio: objetivos, funções, teorias, instrumentos e métodos	69
4.2 A Análise de Domínio e o Cognitivismo	79
4.3 O Papel da Linguagem na Análise de Domínio	83
4.4 Organização do Conhecimento sob o ponto de vista da Análise de Domínio	89
4.4.1 Análises das Abordagens de Organização do Conhecimento	100
4.4.2 Análise e Indexação com Foco no Domínio	111
4.5 Reflexões sobre a Análise de Domínio	117
5. Análise Comparativa entre a Linguística Documentária e a Análise de Domínio	128
6. Considerações Finais	143
7. Referências	146

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as abordagens Linguística Documentária e Análise de Domínio considerando que ambas estão voltadas à Organização e Recuperação de Informações, embora sob bases teóricas e metodológicas distintas. Pretende-se compreender como cada uma delas fundamenta, concebe e desenvolve os seus conceitos principais, quais são os seus métodos e os instrumentos utilizados. Tal análise permitirá realizar uma comparação entre as propostas e, conseqüentemente, a identificação de semelhanças e diferenças entre elas, de modo a reunir elementos para refletir sobre uma possível integração entre as abordagens.

Num sentido mais amplo, pretendemos olhar a Organização da Informação **(OI)** e a Organização do Conhecimento **(OC)** pelo ponto de vista dessas abordagens, para tentarmos contribuir à compreensão e desenvolvimento desses conceitos na Ciência da Informação e assim propormos uma reflexão sobre o papel social da **(OI)** e da **(OC)** na contemporaneidade.

Considera-se necessário trabalhar essa temática porque, apesar de muitos esforços, ainda observa-se uma grande dificuldade em se tratar, recuperar e comunicar informações dentro de contextos institucionais de várias naturezas, o que prejudica o fluxo de produção, emissão, recepção e uso destas informações.

Sem bases metodológicas, fica prejudicada a realização das atividades diárias nas instituições e conseqüentemente a elaboração de produtos e prestação de serviços à sociedade. Como consequência, as pessoas perdem em qualidade e produtividade na realização de suas pesquisas e seus trabalhos concretos. A falta de comunicação num sistema documentário-informacional acaba por afetar o desempenho individual e coletivo nas instituições.

Para construir nosso trabalho foram estabelecidas categorias de análise, de modo a enfatizar as diferentes características que marcam as abordagens, conforme segue:

Abordagem: categoria reservada à identificação da vertente de reflexão e prática por meio da designação, descrição dos objetivos, objeto e bases teóricas que a fundamentam.

Principais termos e conceitos: destaque dos principais termos utilizados dentro de cada abordagem, bem como seu entendimento pelos autores.

Instrumentos e métodos: caracterização e análise dos instrumentos e métodos de Organização de Informação dentro de cada abordagem.

Reflexões sobre a abordagem: exposição de nosso posicionamento sobre as abordagens a partir das leituras realizadas.

O processo de caracterização foi feito por meio da seleção de textos com maior número de contribuições para o entendimento dos conceitos os quais julgamos relevantes para descrição das abordagens. Em seguida, foram delimitados os objetivos, funções e os conceitos que subjazem cada abordagem. Na sequência, procuramos mapear e organizar as características dos termos considerados relevantes para constituição e compreensão dos conceitos, pois na maioria das vezes essas características não se apresentam explicitamente nos textos. Após essas etapas, analisamos cada abordagem no que se refere à fundamentação teórica e metodológica e à aplicação das mesmas na prática. Ressaltamos que, embora tenhamos usado os mesmos critérios para análise das abordagens, cada uma delas resultou numa organização particular no que se refere à formatação dos capítulos, já cada uma delas concebe e organiza, a seu modo, sua fundamentação teórico-metodológica, bem como seus conceitos.

Todos os textos em língua estrangeira são traduções livres da autora.

É necessário ressaltar que, nos limites deste trabalho, o *corpus* de pesquisa não esgota, em absoluto, a produção dos autores. A seleção realizada teve como base um critério temporal, o qual abrange trabalhos publicados entre 1990 e 2010, bem como um recorte para contemplar os textos que representam um maior número de informações sobre a constituição dos subcampos.

Para entendermos os pressupostos da abordagem Linguística Documentária utilizamos os trabalhos das autoras Marilda Lopes Ginez de Lara, Maria de Fátima G. Tálamo, Johanna W. Smit, Anna Maria Marques Cintra, Nair Y. Kobashi, todas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. As reflexões dessas autoras têm geralmente suas bases nos trabalhos de J.C. Gardin e A. García Gutiérrez, da Documentação; M.T. Cabré, da Terminologia; F. Saussure, E. Lopes, da Linguística, e C.S. Pierce, da Semiótica.

Para a compreensão da abordagem Análise de Domínio utilizamos os trabalhos dos autores Birger Hjørland e Anne Albrechtsen e também de autoria individual de Hjørland, que entendem ser essa uma abordagem mais adequada para realização dos processos de Organização do Conhecimento (eles não usam o termo Organização da Informação, ou melhor, não selecionam esse termo como delimitador do subcampo da Ciência da Informação-**CI**). Utilizamos, também, o trabalho de Jens-Erick Mai, cujas bases estão em Hjørland e em David Blair.

Gostaríamos de destacar a influência dos trabalhos de Miguel Angel Rendón Rojas, da Universidade Nacional Autônoma do México, sobre Bases Epistemológicas para Ciência da Informação e os trabalhos de Nestor García Canclini da Universidade Autônoma Metropolitana do México sobre a relação entre a Cultura e os processos de significação.

A perspectiva de Rendón Rojas colaborou para direcionar o nosso olhar para a Organização da Informação como uma atividade social e não meramente técnica, enfatizando os sujeitos nos processos de Organização da Informação, num momento em que vivemos um descobrimento e encantamento das tecnologias de

informação e comunicação. Durante sua aula do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Rendón Rojas afirmou que seu maior objetivo (informação verbal)¹ é o resgate do sujeito no que se refere ao objeto de estudo da Ciência da Informação, que é o Sistema Informativo Documental.

Já o trabalho de García Canclini nos ajudou a entender como acontecem os processos de significação dentro das culturas, colaborando dessa forma para a compreensão da relação entre o simbólico e os modos de vida, o que é extremamente importante para nossa pesquisa, no sentido de compreender o papel da linguagem, e suas consequências, na organização da informação.

A Dissertação está organizada em seis capítulos, sendo que o capítulo 1 apresenta objetivos, justificativas, metodologias e fundamentação teórica utilizadas para elaboração da pesquisa. No capítulo 2 expusemos nossa visão sobre os objetivos, funções e alguns paradigmas que norteiam a organização da informação na atualidade. O capítulo 3 refere-se à Linguística Documentária e apresenta descrição, análise de objetivos, funções, fundamentação teórico-metodológica e conceitos da abordagem. O capítulo 4 refere-se à Análise de Domínio e também apresenta descrição e análise de objetivos, funções, fundamentação teórico-metodológica e conceitos da abordagem. O capítulo 5 apresenta análise comparativa entre a Linguística Documentária e Análise de Domínio com ênfase nas semelhanças e diferenças entre as abordagens, e o capítulo 6 contempla nossas considerações finais.

¹ Aula da disciplina Epistemologia da Ciência de Informação: fundamentação filosófica, teórica e ético-axiológica ministrada pelos professores Miguel Angel Rendón Rojas e Marilda Lopes Ginez de Lara, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação ECA-USP, 2008.

2. Organização da Informação (OI) na Atualidade

Em Março de 2009, em aula inaugural denominada Reflexões Contemporâneas sobre a Ciência da Informação, do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, o professor Aldo Barreto, do IBICT, apresentou o resultado de uma pesquisa sobre a produção dos grupos de trabalho (GTs) do ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, onde se constatou que um dos grupos que mais produzem é o GT 2 referente à Organização do Conhecimento e Representação da Informação. Essa constatação pode remeter a vários significados.

Embora haja muitos trabalhos publicados, o fato é que a temática ainda apresenta vários pontos de discussão, pois se refere a uma atividade que possibilita o acesso e o uso das informações e do conhecimento, o que requer o relacionamento entre várias áreas do saber para que se alcance um resultado satisfatório. Dessa forma, é preciso observar que, do acesso ao uso, há um bom caminho a ser percorrido, principalmente do ponto de vista da Ciência da Informação. Nesta perspectiva, a disponibilização da informação demanda várias operações que não envolvem apenas habilidades, mas também a construção de um conhecimento da Ciência da Informação no diálogo com outras áreas como a Linguística, a Lógica, a Terminologia, a Comunicação, a Filosofia, a Sociologia, a Tecnologia, a Psicologia, além da Biblioteconomia e da Documentação.

Alberto Manguel, em seu livro 'Biblioteca à noite diz o seguinte: "Sempre que entro numa biblioteca, o que mais me impressiona é a forma pela qual uma certa visão de mundo é imposta ao leitor por sua ordem e suas categorias" (2006, p. 48). Esta fala foi recortada porque ilustra bem um dos papéis fundamentais da Organização da Informação, que é o de estabelecer arranjos a partir de pontos de vista, não somente no contexto das Bibliotecas, mas no de instituições de diversas naturezas. Porém,

acredita-se que tais pontos de vista não devem ser impostos, mas sim construídos entre produtores e usuários das informações, o que requer uma proposta de Organização da Informação **(OI)** que contemple os sujeitos envolvidos nos processos de produção, tratamento, disponibilização e uso das informações.

Para termos alguma chance de acesso e uso das informações nesse contexto vertiginoso de produção e consumo de informações, a organização para recuperação e comunicação torna-se cada dia mais fundamental.

As pesquisas sobre Organização da Informação **(OI)** estão presentes nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Documentação, cabendo à Ciência da Informação a construção de teorias e métodos utilizados no processo, bem como a reflexão sobre elas. O objetivo principal da **OI** é possibilitar a recuperação das informações, para que elas possam servir como instrumento para tomada de decisões, produção e disseminação do conhecimento, tanto nos contextos acadêmico e como empresarial.

No que se refere aos métodos e processos, podemos dizer que organizar informação pode ser uma atividade extremamente subjetiva se desenvolvida sem procedimentos claros, e por isso há necessidade de recorrer a metodologias específicas. Todavia, não se pode confundir o uso de procedimentos com um trabalho meramente técnico, porque definitivamente não o é, uma vez que coloca em jogo operações cognitivas e intelectuais, não se caracterizando como um mero fazer operacional. E por que pode apresentar doses de subjetividade? Porque um mesmo assunto pode ser visto por inúmeros pontos de vista e uma mesma informação pode ser destinada a usuários completamente diferentes, o que muda as formas e os resultados da organização e recuperação das informações (ANDRADE, 2005).

Chegamos num estágio em que é lugar comum falarmos sobre a grande quantidade de informações produzidas, bem como relacionar esse fenômeno ao surgimento da Internet e ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação. O fato

é que a relação desproporcional entre o que é produzido e o que é realmente utilizado não é um assunto tão novo assim. Ao analisarmos as atividades e as obras de personalidades como Paul Otlet e Vannevar Bush, percebemos que essa questão já estava em pauta há um bom tempo, pois ambos estavam preocupados com as questões de produção, organização, acesso e uso das informações.

Paul Otlet, nascido em Bruxelas em 1868, é considerado um dos precursores do conceito de rede, bem como um dos pais da Ciência da Informação. Ele desenvolveu um forte trabalho teórico e metodológico na área de Documentação no final do século XIX e começo do século XX, no âmbito do Instituto Internacional de Bibliografia, com a elaboração de instrumentos e métodos para organização, representação e recuperação de informações, como a CDU – Classificação Decimal Universal, em 1899 e o Tratado de Documentação de 1934, entre outros (RAYWARD, 1997).

Vannevar Bush, engenheiro, foi um dos grandes nomes da cena científica e política americana na década de 50 do século passado. Ele preocupava-se em como continuar as pesquisas científicas com o fim da Segunda Guerra Mundial e tornar acessível a grande quantidade de informação produzida durante a guerra, porém sem os recursos dela. Para resolver essas questões, Bush projetou o MEMEX, uma máquina que não chegou a ser construída, cujo objetivo era armazenar e facilitar o acesso à informação por meio de associação de idéias (BUSH, 1945).

Após essa breve exposição, ao olharmos esses dois contextos observamos objetivos semelhantes por parte de Otlet e Bush: armazenar, organizar, recuperar e disponibilizar a grande quantidade de informações e conhecimentos produzidos nas respectivas épocas. Tanto Otlet como Bush, procuraram solucionar a questão por meio de pesquisas e da tecnologia, a qual deveria otimizar a realização desses trabalhos: ambos recorreram à tecnologias disponíveis à época. Ou seja, de um lado, o foco nas características de forma e conteúdo das informações e de outro, foco na ferramenta que poderia auxiliar no armazenamento e recuperação das mesmas, porém ambos voltados às questões de uso das informações.

Ao falarmos de organização e uso de Informação consideramos fundamental refletir sobre o conceito de informação, que é bastante polissêmico, pois todas as áreas do conhecimento e atividades profissionais trabalham com informação. Isso faz com que cada uma delas imprima características de acordo com seus contextos e necessidades. No que se refere ao trabalho de Organização da Informação no contexto da Ciência da Informação, julgamos relevante um conceito que desenvolva a ideia de relação entre pessoas, de comunicação, interpretação, da atuação dos indivíduos nos grupos, sempre a partir da informação registrada de algum modo, o que vai ao encontro de nossos objetivos e expectativas em relação à Organização da Informação. Para tal, nos reportamos às definições propostas por Capurro, Hjørland e Lara, conforme abaixo:

Informação como signo, isto é: como dependente da interpretação de um agente cognitivo. O significado é determinado nos contexto social e cultural (CAPURRO e HJØRLAND, 2007, p. 193).

Informação em Ciência da Informação (CI) deve ser vista como o que é informativo para uma determinada pessoa e o que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo (embora estas sejam compartilhadas com membros de uma mesma comunidade de discurso) (CAPURRO e HJØRLAND, 2007.p. 154-155).

Para a Linguística Documentária, o conceito de informação se realiza em processo, ou seja, é uma construção (LARA, 1999).

Esses conceitos são considerados importantes no contexto da Ciência da Informação e para Organização da Informação, pois compartilham a ideia de que as mensagens e os conteúdos das informações só fazem sentido quando comunicados, interpretados e utilizados. O conceito de informação também será nosso objeto de análise dentro das respectivas abordagens.

As questões de acesso, comunicação, interpretação e uso das informações ganham força na cena contemporânea, o que faz com que a Organização da Informação com seus instrumentos e métodos passe por algumas transformações, sendo algumas delas colocadas em destaque nos parágrafos que seguem.

Em relação à trajetória do universal para o particular, os primeiros instrumentos de Organização da Informação tinham como proposta a organização do conhecimento humano a partir da criação dos grandes Sistemas de Classificação Bibliográfica, como a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal de Otlet e La Fontaine. Ao tentar organizar o conhecimento de forma universalizante, estes instrumentos acabavam por sugerir uma visão de mundo unilateral, o que enrijecia a recuperação e conseqüentemente o acesso às informações. Hoje, esses instrumentos ainda são bastante utilizados, porém, dependendo do contexto, percebe-se a inviabilidade de organizarmos todo o conhecimento produzido de uma só vez, por meio de um só instrumento, por isso são pesquisados e elaborados instrumentos e métodos para serem trabalhados em recortes menores. Ou seja, partirmos do caráter universal para trabalharmos nos níveis particulares, por meio do entendimento dos contextos, das pessoas envolvidas e das informações que se deseja organizar.

Já no que se refere ao equilíbrio entre padronização e a comunicação, inicialmente o objetivo dos instrumentos e métodos era padronizar a linguagem para que houvesse um compartilhamento de código, porém percebeu-se que o tipo de padronização que era feito, levando-se em conta somente o significante, não conduzia exatamente a um compartilhamento e sim a uma imposição. Hoje, buscamos a operacionalização dos instrumentos e métodos via linguagem de uma forma em que haja equilíbrio entre o padrão e a comunicação, considerando não somente os nomes, os termos, mas também os conceitos subjacentes.

Svenonius também aponta o caráter pragmático da Organização da Informação quando coloca que a organização da informação parte de interrogações que representam uma ideologia que deve ser expressa em objetivos a serem alcançados. A autora destaca uso da linguagem e o papel da representação como pressupostos para Organização da Informação (SVENONIUS, 2001). Kobashi também enaltece o recurso da representação como método principal para Organizar Informação como podemos ver na citação abaixo:

[...] organização da informação, enquanto campo disciplinar, tem como uma de suas preocupações mais importantes propor métodos e princípios para representar “[...] conhecimento institucionalizado e funcionalizado como informação” (Abril², 2004, p.9 citada por KOBASHI, 2007).

Ainda para Svenonius (2001, p. 11-13), os problemas enfrentados para organizar informação podem ser resumidos em:

- Como definir critérios;
- Como organizar Informações totalmente semelhantes;
- Como organizar Informações quase semelhantes;
- Como individualizar;
- Como comunicar informação dentro de uma classe;
- Como lidar com a estabilidade dos documentos físicos como o livro que tem começo, meio e fim, *versus* a instabilidade dos documentos digitais, os quais são instáveis, dinâmicos e sem fronteiras definidas.

Outro ponto que vale destacar é a dificuldade em se analisar o processo de organização e recuperação como um todo. O que percebemos na trajetória de análise das perspectivas dos autores citados é que algumas linhas se concentram mais nas questões de Organização, como no Brasil, França e Espanha, e outras mais na recuperação, como as linhas americanas, o que muitas vezes pode resultar em incompatibilidade entre as formas de organização e os sistemas de recuperação de informação.

Diante do exposto, observamos a complexidade existente para se organizar informação, já que são vários os desafios enfrentados para que se obtenham bons resultados na recuperação, na comunicação e no uso da informação. Outras abordagens também se preocupam com a fundamentação teórica e metodológica da **OI**, porém reiteramos que nesse trabalho centramos-nos na observação das linhas de Linguística Documentária e de Análise de Domínio.

² ABRIL, G. Prólogo. In: GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Otra memoria es posible: estrategias descolonizadoras del archivo mundial. Sevilla: Un. de Sevilla, 2004.

Nesse sentido, o principal objetivo da Linguística Documentária (**LD**) é dar subsídios aos processos de representação para organização e recuperação de informações. A Linguística Documentária nasceu na Espanha, na década de 90 com os trabalhos de García Gutiérrez e tem como base a Linguística Estruturalista, a análise do discurso, a análise do conteúdo, a análise semiótica, a sociologia e o método dialético. A linha de trabalho de Gutiérrez subordina a Análise e a Linguagem Documentária à Linguística Documentária. Os autores brasileiros também fundamentam suas pesquisas na Linguística Estruturalista e Semiótica, porém inserem a Terminologia para constituir o campo. O foco desses autores está nos métodos e processos de construção de Linguagens Documentárias e no papel social e simbólico do uso desses instrumentos, com ênfase nas questões de organização, comunicação e interpretação das informações.

A Análise de Domínio surgiu por volta de 1995, a partir dos trabalhos de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen, com a proposta de construir um novo paradigma em Ciência da Informação, cuja base está na Psicologia Social (Cognitivism Social), na Sociologia da Ciência, na Filosofia da Ciência e na Bibliometria. O objetivo dos autores é analisar a atuação dos indivíduos nos grupos a partir da construção do conceito de Domínio e Comunidades Discursivas com base nos mecanismos de funcionamento de produção e uso do conhecimento dentro das Disciplinas, Especialidades e Profissões e outros Ambientes de Informação.

Justifica-se esta exposição na tentativa de caracterizarmos as transformações pelas quais a Organização da informação vem passando, bem como seus objetivos, objetos e funções na contemporaneidade. Gostaríamos de destacar nossa crença de que a Organização de Informação deve contribuir para a melhoria da relação acadêmica ou profissional entre pessoas que fazem parte de um grupo, produtores e usuários de informação.

A seguir passaremos a caracterização e análise da Linguística Documentária.

3. A Linguística Documentária

Antes de darmos início à exposição sobre a Linguística Documentária, julgamos necessário ressaltar os critérios estabelecidos para construção do capítulo. Inicialmente foram descritos os objetivos, objeto e funções da Linguística Documentária e em seguida as teorias subjacentes, bem como o funcionamento das teorias na prática. Posteriormente apresentamos os conceitos que consideramos ligados à constituição da abordagem, como Documentação, Documento, Informação, entre outros.

Nos itens 3.1 e 3.2 são descritos o que consideramos métodos e instrumentos desenvolvidos pela Linguística Documentária, como a Análise Documentária e as Linguagens Documentárias, seus respectivos conceitos e aplicações.

Como nosso objetivo é buscar o entendimento da abordagem analisando os conceitos, optamos por apresentar primeiramente a visão dos autores, por meio principalmente de citações diretas, para no item 3.3, Reflexões sobre a Linguística Documentária, apresentarmos nosso posicionamento sobre o que foi levantado. Escolhemos esse tipo de construção - primeiro descrição e depois interpretação - para que ficasse mais claro para nós e para os possíveis leitores, o posicionamento de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa.

Também reiteramos que todos os textos em língua estrangeira foram traduzidos pela autora.

3.1 Linguística Documentária: objetivos, funções, teorias, instrumentos e métodos

A Linguística Documentária nasceu no início da década de 90 com os trabalhos de García Gutiérrez. Na introdução do livro *Estructura lingüística de la documentación: teoría y método* (1990), o autor explica o surgimento do termo Linguística Documentária:

A denominação Linguística Documentária surge no momento em que os elementos que intervêm no processo comunicativo-documental excedem sua tradicional natureza lógica e mecanicista e são descritos, se transformam e se organizam, [...] como elementos de comportamentos fundamentalmente lingüísticos mantendo e reforçando seus objetivos habituais. Quando a Análise Documentária deixa de ser uma representação formal e superficial do documento, e a Linguagem Documentária abandona seus modos inventariais e metalingüísticos, o universo da Teoria da Documentação busca auxílio em outras disciplinas (1990, p. 11).

García Gutiérrez busca principalmente na Teoria Linguística as bases para fundamentar a Linguística Documentária e reitera que o objetivo é “construir uma genuína Teoria da Documentação” (1990, p.11) e não uma Teoria Linguística da Documentação.

Ainda, segundo o autor, o objetivo principal da Linguística Documentária é a elaboração de modelos de Análise Documentária - **AD** e Linguagens Documentárias - **LD**, além de outras áreas de investigação no campo, conforme podemos ver na citação a seguir:

[...] O objetivo fundamental da **LD** é elaborar modelos úteis a Análise e Linguagem Documentária: colateralmente oferece outros objetos para a investigação como o processo dialético produtor/consumidor da informação, realidade e documento, Semiótica e Hermenêutica da Documentação, o estado sincrônico, diacrônico e a produtividade de uma ciência, as estruturas dominantes no âmbito da Política e Economia da Documentação, os desequilíbrios internacionais na transmissão da informação documentária, os comportamentos socioculturais dos usuários. A **LD** aparece assim como produto de uma convergência simultânea de disciplinas (1990, p. 27).

Para García Gutiérrez, o mais importante na Linguística Documentária, nos níveis individuais e coletivos, “é a mensagem do documento em seu grau de generalidade e a forma que esta adota, bem como as relações entre os elementos de um mesmo documento e entre a totalidade destes últimos [...]” (1990, p. 24).

Em 1998, o autor apresenta uma definição para Linguística Documentária, cujo foco está na sistematização das metodologias de organização e representação de informações:

A Linguística Documentária se ocupa da ordenação dos procedimentos de captação das mensagens (leitura), das transformações resultantes da atividade anterior e da organização e estruturação de dispositivos de representação com o objetivo de se obter conhecimento de forma eficaz e satisfatória [...] (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1998, p.3).

Para García Gutiérrez, o objeto da Linguística Documentária é a estrutura da Documentação, “como a organização de conteúdos codificáveis e decodificáveis, a qual se divide entre a estrutura cognitiva do produtor e a interpretativa do consumidor, o que, para o autor, contribui para o método *língua-documental* (1990, p. 24)”. García Gutiérrez propõe a estrutura da Documentação com as seguintes características:

- Estrutura da produção da informação, a formação, a organização e a apresentação das ideias por parte do produtor, como *corpus* de observação e descrição;
- A estrutura da representação do discurso do produtor, à qual se tem acesso mediante formulações metodológicas e modelos de síntese e tradução.

Além da estrutura da Documentação, o autor coloca como objeto da **LD** “a linguagem como sistema, norma e sua manifestação, a análise e a recuperação documentária (1990, p. 31)”; bem como ressalta que na Documentação a língua natural determina a linguagem, que por sua vez é artificial e restrita. GARCÍA

GUTIÉRREZ (1990, p. 31) também apresenta o papel da língua nos processos documentários:

O fenômeno da fala não interessa enquanto instrumento fônico de expressão, nem sua origem ou evolução. A **LD** se interessa pela formação convencional das linguagens fechadas e pela transmissão de mensagens documentárias através de qualquer elemento significativo.

[...]

Não se considera o uso da língua ou da linguagem na comunicação geral, mas no âmbito dos processos científicos e informativos estabelecidos através de Documentos.

[...]

Prevalece o interesse social de seu uso sobre o individual, entendendo por social sua canalização massiva em setores conscientes de sua utilização. Supõe, portanto, premeditação e, no ato espontâneo, desde a mesma construção de linguagem até a sua aplicação social.

[...]

Trabalhamos com vocabulários, normas e sistemas fechados frente ao caráter aberto da língua natural.

Para Tálamo e Lara, docentes e pesquisadoras da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, os objetivos da Linguística Documentária são “analisar os problemas decorrentes dos processos simbólicos do tratamento e da recuperação da informação, pesquisá-los e buscar soluções que diminuam a distância entre os estoques e o uso informação” (2006, p.204).

É interessante observarmos que García Gutiérrez fala em Estrutura da Documentação e as autoras Tálamo e Lara (2006, p. 204) falam em Estrutura Simbólica da Documentação quando colocam que:

[...] a Linguística Documentária deve encarregar-se dos estudos das estruturas simbólicas da documentação e das questões Linguísticas advindas da mediação necessária entre os produtores e os consumidores de informação.

As autoras também caracterizam a constituição da Linguística Documentária enquanto disciplina:

A partir de conclusões de projetos, [...] que versam sobre a elaboração teórica das estruturas linguísticas da documentação, pôde-se identificar a necessidade de proposição de disciplina específica, a Linguística Documentária, compreendida como um subdomínio da Ciência da Informação (CI), onde são estudadas as características da linguagem dos ambientes informacionais que combinam as referências da produção informacional, os objetivos institucionais e os elementos cognitivos e comunicacionais de grupos de usuários. Justifica-se ainda tal proposta face à necessidade crescente de formalização de conceitos do ambiente de produção, recuperação e uso da informação capazes de responder ao contínuo desenvolvimento a que se submete (TÁLAMO e LARA, 2006, p. 204).

Assim como García Gutiérrez, as autoras também se posicionam sobre o papel da linguagem na Linguística Documentária enquanto campo de estudos das formas de representação, quando afirmam:

[...] a Linguística Documentária impõe-se como campo de estudos dos meios de representação da informação, em cujo vértice encontram-se as linguagens de processamento e produção da informação fundadas em hipóteses sobre o modo de organização de objetos integrados a conjuntos para fins de circulação do conteúdo informacional (TÁLAMO e LARA, 2006, p. 205).

Tálamo e Lara buscam na Linguística, na Semiótica, na Lógica Formal e na Terminologia as bases para o desenvolvimento da Linguística Documentária. Elas ressaltam que “essa apropriação se faz de modo coordenado, não se propondo apenas como uma junção, o que permite definir o campo através da interdisciplinaridade que lhe é inerente” (2006, p.207).

Na Linguística Documentária, embora não se considere o uso da Linguagem Natural (**LN**) na comunicação geral nos processos de Organização da Informação, é a partir da análise do mecanismo de funcionamento da língua e da Linguagem Natural, no que se refere ao entendimento de como se dão as possibilidades de comunicação, interpretação e a representação, é que, por analogia, são estabelecidos os elementos para construção e uso de linguagens que darão conta de organizar, representar e comunicar informações em ambientes institucionais. Isto posto, vejamos como os autores analisam a Linguística Estruturalista, a Semiótica e a

Terminologia na construção e uso dos instrumentos e métodos de Organização da Informação.

García Gutiérrez afirma que “não se pode falar em propriedade de uma só estrutura da Documentação, posto que a Linguística não é única”. Ele exemplifica falando do termo estrutura segundo a concepção greimasiana, dizendo que “esta aparece mediante a presença de dois elementos e da relação existente entre eles. Um só termo não conduz à significação e esta pressupõe a existência da relação e portanto, de estrutura”. Para o autor, “trata-se de abordar a Documentação a partir de sua estrutura para mapear e construir um sistema relacional” (1990, p. 18).

[...] a estrutura, longe de sua habitual confusão com organização, exige um conjunto de elementos e sua dinâmica combinatória nos planos funcional e semântico (extremos que devem ser reconhecidos pela metodologia das Linguagens Documentárias) (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990, p. 18-19).

No que se refere ao Estruturalismo García Gutiérrez (1990, p. 35) afirma:

O método estrutural busca a existência de uma ordem e de estrutura imersas em uma fenomenologia externa e confusa, a língua, [...] O objetivo é descrever os níveis formal (significante) e ideológico (significado) da linguagem através de sua desestruturação e do fluxo existente entre ambos os planos.

O Estruturalismo propõe um estudo descritivo da língua (em sentido metodológico e não ideológico) através do estabelecimento de oposições entre seus elementos e da interação destes elementos entre si. A estrutura supõe estratificação e hierarquização conceitual, algo que deve ser analisado em detalhe, e seus elementos se definem pelas relações que mantêm. Texto, enunciados e termos são níveis da língua e ocupam lugar respectivo. A estrutura é gerada quando se observa a materialização das relações que os envolvem no mesmo processo discursivo.

García Gutiérrez destaca que o método estruturalista pode ser utilizado na Linguística Documentária por meio da “criação das relações artificiais entre os elementos constituintes de um vocabulário, a partir da observação das relações naturais, com a finalidade de criar uma estrutura de representação e síntese de uma

determinada área do conhecimento” (1990, p. 34-35). A relação é derivada da estrutura e determinada pelo contexto.

Ao analisar o mecanismo de funcionamento das línguas e da linguagem, Tálamo e Lara ressaltam “os aspectos relacionados à sua estruturação relacional, à sua natureza arbitrária e à sua autonomia” (2006, p. 208), bem como suas funções na comunicação verbal, para construção das Linguagens Documentárias.

Ao analisar esse mecanismo de funcionamento, as autoras enfatizam que “a linguagem é uma organização – um sistema, uma estrutura” (Tálamo e Lara, 2006, p. 208) que permite a determinação dos significados das palavras de acordo com a posição delas nessa organização. Isto é possível graças ao conceito de valor, trabalhado por Saussure, presente na estrutura do sistema linguístico.

Tálamo e Lara também afirmam que “a diferença e a identidade são noções relacionais estabelecidas a partir de valores”. Elas explicam que “o significado define-se tanto como valor negativo, paradigmático (uma palavra significa tudo o que as outras não significam), quanto como valor positivo, sintagmático (uma palavra significa a partir daquelas que a rodeiam)” (2006 p. 208).

As autoras ainda apontam a Revolução Linguística de Hjelmslev para relacionar o uso da Linguística prática ou aplicada à construção dos instrumentos e métodos de Organização da Informação. Entende-se que a partir desses estudos, “a linguagem, para além de seu funcionamento codificador, se propõe como representação, seja como insumo do processo social de geração de sentido, seja como resultado textual desse processo” (TÁLAMO e LARA, 2006, p.205).

A proposta de Hjelmslev encontra também abrigo na defesa que faz da forma do conteúdo como fator social. [...] o sistema signico imprime forma específica simultaneamente à expressão e ao conteúdo. No entanto, como a massa total de significação que pode ser expressa através dos signos é **especificamente e arbitrariamente decupada por cada sistema**, não só cada comunidade Linguística instituída a manipula a seu modo, como também novos sistemas nela propõem formas semânticas distintas, segundo contextos igualmente distintos. O que diferencia as línguas,

nesse sentido, não é a significação que expressam, mas as segmentações que as formas introduzem nas substâncias fônica e semântica. A segmentação contínua das formas de conteúdo e de expressão evidenciam que a linguagem não é substância, não expressa uma realidade semântica objetiva e homogênea (TÁLAMO e LARA, 2006, p. 205, grifo do autor).

Tálamo (1997, p.6) ressalta a diferença entre significação e representação “entendida como o aparecimento de uma imagem mental naqueles que utilizam os signos”:

O que ocorre é o seguinte: por força da significação instituída por um sistema de signos, uma espécie de analogia passa a ser estabelecida entre o sistema e aquilo a que se refere. Nesse sentido, quando se afirma que a linguagem representa algo, afirma-se que, por força da significação, ela se propõe no lugar de algo, o substitui (TÁLAMO, 1997, p. 6).

Como podemos observar, o campo da Linguística Documentária fundamenta-se na Linguística Estruturalista e aplicada, principalmente para construção de Linguagens Documentárias, pois é a partir dos conceitos de estrutura, valor, signo, forma, substância, conteúdo e expressão que se observam os mecanismos de funcionamento da Linguagem Natural para o desenvolvimento de instrumentos de organização para recuperação e comunicação de Informações. Porém, que para que haja comunicação e uso de informações em situações particulares, é necessário que essas linguagens sejam construídas de modo a estabelecer recortes de realidade e hipóteses de organização; e nesse contexto entra o trabalho da Terminologia.

A Linguística Documentária busca a Terminologia³ teórica e a metodológica para construção dos sistemas de conceitos, de definições e designações, os quais compõem as relações nas Linguagens Documentárias. A terminologia concreta oferece as referências semânticas para interpretação dos conceitos, por meio dos dicionários especializados, glossários, entre outros produtos terminológicos.

³ Terminologia com a inicial em maiúscula se refere ao campo teórico e metodológico; com a inicial em minúscula, à terminologia concreta.

Um conceito importante para o desenvolvimento da Terminologia teórica e concreta e para Linguística Documentária é o de Linguagem de Especialidade, que se caracteriza como linguagem utilizada por profissionais nas diversas áreas de pesquisa e atuação. Ela representa as áreas do conhecimento, as atividades, os processos, produtos e serviços de uma determinada área, servindo assim de instrumento de comunicação entre os sujeitos envolvidos nesses contextos.

Lara destaca que a principal contribuição da Terminologia, porém, “não é a identificação dos termos em si, mas a validação social das escolhas de forma e de conteúdo, como expressão pragmática da observação dos discursos das comunidades de uso” (Lara, 2008). Nesse sentido, a autora ressalta a importância da Terminologia Comunicativa e da Socioterminologia, quando afirma que:

[...] as duas vertentes têm o mérito de reconhecer a tênue separação entre a linguagem de especialidade e a linguagem geral, o problema da dicotomia entre os discursos das ciências e do senso comum, a variação e a polissemia, bem como a importância da linguagem como instrumento de comunicação (LARA, 2008).

A Terminologia, a partir de seus métodos e produtos, oferece meios para construção de hipóteses de organização nas Linguagens Documentárias, cujas funções são propor pontos de vista pelos quais as informações podem ser organizadas e assim interpretadas, contribuindo desse modo, para compatibilizar as linguagens utilizadas pelos produtores da informação (Linguagem de Especialidade), e pelas pessoas nas instituições e seus públicos e estabelecer comunicação entre eles, conforme aponta Lara:

A função da Terminologia na construção das Linguagens é servir como fonte para a identificação da hipótese de organização de um domínio, pois as segmentações (ou recortes de conteúdo) não podem ser operações aleatórias se visam a construir Linguagens Documentárias que permitam instaurar situações de comunicação (LARA, 2002, p 135).

Nessa perspectiva, Lara (2008) destaca a importância das comunidades discursivas para a Linguística Documentária, pois segundo a autora é a partir delas que são observados os valores que esses sujeitos dão à informação.

Além da Linguística e da Terminologia, a Linguística Documentária também se apropria da Semiótica para pensar as questões de interpretação do ponto de vista da interação entre produtores da informação, instituições e usuários nas situações de recuperação e comunicação de informações.

O nome semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo; é a ciência dos signos, é a ciência de toda e qualquer linguagem. A Semiótica tem por objeto de investigação todas as linguagens possíveis, ou seja, o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno de produção de significação e de sentido (SANTAELLA, 1983).

Tálamo e Lara destacam que o ponto de partida da Semiótica é distinto do da Linguística Estrutural, pois para Saussure “o ponto de partida é o fato social subjacente a todo ato de fala” (Dascal, 1978⁴ citado por Tálamo e Lara, 2006, p. 209). Para Charles Sanders Pierce, considerado o precursor das pesquisas no campo da Semiótica, o conceito mais importante é o de Semiose, o qual caracteriza-se:

[...] enquanto processo onde alguma coisa funciona como signo para alguém, sob algum aspecto, e que compreende o signo, ou *representamen*, o interpretante e o objeto, ao qual se acrescentou depois o intérprete e o contexto, segundo proposta de Morris (TÁLAMO e LARA, 2006, p.208-209).

A Semiose enquanto processo compreende três fatores:

Representamen: base que fundamenta a representação (significante).

Objeto: aquilo que é representado, tudo que é citável.

Interpretante: é algo assemelhado ao significado; outro **signo** que faz a conexão interpretativa entre a representação material e seu referente (objeto).

Lara (2006, p. 22) contribui para o entendimento do conceito de semiose caracterizando-o como a “associação de interpretante a interpretante”, como “a passagem contínua de signo a signo, que envolve também um quarto e um quinto

⁴ DASCAL, M. Las sémiologies contemporaines. In: DASCAL, M. **La sémiologie de Leibniz**. Paris: Aubier Montaigne, 1978. cap.2.

fatores: o intérprete e o contexto” (Dascal, 1978 citado por Lara, 2006, p. 22). Tálamo e Lara destacam que:

[...] a Semiótica contribui para mostrar que [...] a Linguagem Documentária funciona como um gênero de sistema sótico particular, o qual deve ser abordado como elemento de processos comunicacionais e, simultaneamente, de processos de significação (TÁLAMO e LARA, 2006, p.209).

O fato das Linguagens Documentárias caracterizarem-se como um sistema sótico particular faz com que os conceitos de semiose e signo também sejam analisados e aplicados levando-se em consideração os contextos de construção e uso desses instrumentos. Por isso, Lara (2006) propõe, no âmbito da Linguística Documentária, conceitos como Semiose Documentária e Signo Documentário, destacando as particularidades do signo e da semiose no contexto da comunicação documentária. Na comunicação em LN, uma palavra pode apresentar vários significados; na comunicação documentária, no interior de instituições específicas, as palavras ou termos apresentam significados particulares e é por isso que as Linguagens Documentárias delimitam os significados dos seus descritores para ofertar sentidos, de acordo com as necessidades de disponibilização e uso das informações.

A partir dos recortes expostos, passemos à exposição dos conceitos desenvolvidos, utilizados e discutidos pela Linguística Documentária:

Documentação, Atividade Documentária, Documento, Informação, Relação entre Informação e Conhecimento, Informatividade, Relevância Informacional, Seleção e Contexto.

Documentação

Segundo proposta de García Gutiérrez (1990, p. 17-26, grifo nosso):

“A parte interessante da **Documentação** para o progresso do conhecimento: representação linguística. A representação linguística da **Documentação** a partir da visão conjunta da realidade (como uma das múltiplas fragmentações) relaciona-se fortemente à gestão de conteúdos. A utilização da semântica na **Documentação** não se realiza para observação

dos significados, mas sim para uma busca de uma metodologia que culmine nos fins da própria documentação” (p. 17).

“Entendemos por **Documentação**, em sentido restrito, o conjunto de dados ou informações sobre determinado tema com limites difíceis de delimitar e com atualizações intermináveis sempre lançadas ao futuro” (p. 18).

“Apresenta estrutura Linguística posto que o discurso utilizado para emissão dos dados se executa em linguagem natural. Considera-se natural o discurso científico, cuja exigência é a atitude consciente dos pólos do processo, na estrutura e na atitude suficiente para capturá-la” (p. 18).

“[...] a **Documentação** tem um componente linguístico em seu fundamento, mas mantém comportamentos extralinguísticos em seu desenvolvimento” (p.18).

“A **Documentação**, cheia de pragmatismo em sua execução e objetivos, marcados por uma metassistemática constante, gera assim sua própria epistemologia e seu terreno de cultivo entre aparentes paradoxos e um pacto com a Teoria da Comunicação. Influenciada pelo discurso informativo ao extremo, e a inovação tecnológica, no terreno mais movediço, deve revisar suas metodologias de aplicação com frequência e suportar as divergências constantes entre as diversas comunidades documentárias. Assim, a **Documentação** surge como a pragmática do conhecimento e seu discurso, desde que toma corpo disciplinar, se baseia tradicionalmente no empirismo” (p.20-21).

“O pragmatismo documentário reside na afirmação de que a **Documentação** se produz e se difunde em função de um tipo determinado de comunicação e de receptor” (p. 25).

“[...] a **Documentação** gira em torno da interrogação e do uso” (p.26).

Atividade Documentária

Lara e Kobashi apresentam as seguintes características para atividade Documentária:

“A **atividade documentária** de organização de memórias de vários tipos (históricas, científicas, administrativas etc.) propõe a constituição de conjuntos segundo determinados princípios e hipóteses, a partir dos quais são sugeridos pontos de acesso à documentação. Mas como sua expressão é feita em linguagem, têm sua apropriação ligada a diferentes referências simbólicas que organizam a interpretação” (LARA, 2009, p. 15, grifo nosso).

“A **atividade documentária** é um tipo de prática social” (LARA, 2009, p. 19, grifo nosso).

“[...] o que constitui a base da **atividade documentária** não é simplesmente o documento, mas o que ele representa como potencialidade informativa” (LARA, 2009, p. 22, grifo nosso).

“Compreender a **atividade documentária** como uma atividade sónica também põe em relevo sua condição de construção social” (LARA, 2009, p. 24, grifo nosso).

“[...] a **atividade documentária** não se resume nas operações de análise, síntese e intermediação de códigos: sua finalidade última é promover a seleção da informação” (LARA, 2009, p. 143, grifo nosso).

“[...] a **atividade documentária** constitui uma modalidade de produção de informação, não de sua reprodução” (LARA, 2009, p. 154, grifo nosso).

“As **atividades documentárias** são processos nos quais se identificam objetivos e operações. Os objetivos referem-se à natureza dos processos, enquanto as operações, aos procedimentos realizados” (KOBASHI, 2008, p. 62, grifo nosso).

Documento

Segundo García Gutiérrez (1990, p.22-23, grifo nosso):

“[...] o **documento** é ele mesmo uma unidade discursiva completa em referência aberta ao discurso geral da ciência. Este conjunto de microestruturas ou microuniversos abertos ou encadeados a estruturas vizinhas e mais amplas através do conteúdo e desconectados pelo suporte deve ser descrito pela teoria documentária em seu empenho de elaborar esquemas sintéticos de representação o mesmo discurso, unitariamente”.

“[...] **Documento** como *continuum* ideológico com limitações físicas, como parte formal do discurso científico geral, e portanto, no nível de conteúdo e forma do conteúdo fundamentalmente. O analista observa o **documento** como uma unidade textual composta de enunciados, cuja importância faz ressaltar a organização dos dados e a microestrutura criada pelo produtor. Tomamos o texto, em sentido linguístico, como parte essencial do **documento** (*corpus* isolado submetido à análise documentária) no contexto geral do discurso científico. Texto em sentido linguístico é de acordo com Pottier, uma sequência de enunciados definidos sintaticamente e ligados semanticamente. Principais destaques na definição dos eixos paradigmáticos, sintagmáticos e funcionais da língua: as relações invisíveis entre os elementos do documento e as combinações externas dos significantes determinando enunciados lógicos. O enunciado [...] uma estrutura autônoma de informação que pode abarcar desde uma sequência mínima até uma composição literária ou científica”.

Informação

“Quando reconhecida como inscrição organizada, a **informação** é vista como resultado de uma construção institucional e intencional que tem nos valores simbólicos e funcionais a condição para a construção do sentido e para circular socialmente, desencadeando processos de conhecimento” (LARA, 2008, grifo nosso).

“O conceito de **informação** no contexto da Linguística Documentária deve estar direcionado às referências coletivas e não individuais, pois ‘a questão da **informação** não é individual, mas de ordem social’ (Tálamo e Kobashi, 2003) política e econômica, portanto, de natureza pública” (LARA, 2008, grifo nosso).

“A **informação**, ao ser institucionalizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída, é organizada em nome de objetivos institucionais. A institucionalização da **informação** encontra sua justificativa cultural, social e econômica à medida que esta informação é disponibilizada para a sociedade, ou comunidade, que financia a manutenção do estoque” (SMIT, 2000⁵, p. 34 citada por ORTEGA e LARA, 2008, p. 10, grifo nosso).

“O significado de **informação** implica a presença de semas que envolvem apresentação, representação ou criação de idéia segundo uma forma. A **informação** constitui ela mesma um conhecimento potencialmente transmissível. [...] A **informação** relaciona-se à identificação de um “sinal” e supõe uma “forma” passível de ser interpretada como mensagem. [...] é em sentido específico algum tipo de conhecimento específico produzido no nível do mundo científico e tecnológico que interessa fazer considerações. [...] a **informação** acontece nos dois extremos do circuito da comunicação, o conhecimento acontece no extremo do receptor, onde se dá **informação** criada [...] todo conhecimento começa por algum tipo de informação e se constitui em **informação**” (CINTRA et al., 2002, p. 19-20, grifo nosso).

“Para haver **informação** é preciso que ela faça sentido para alguém, ou seja, que exista algum nível de compartilhamento a partir do qual se estabeleça um vínculo para a interpretação e o sentido” (LARA, 2002, p. 132, grifo nosso).

Relação entre Informação e Conhecimento

Para CINTRA et al.(2002, p. 20, grifo nosso):

“Enquanto o conhecimento é estruturado, coerente e frequentemente universal, a informação é atomizada, fragmentada e particular”;

“Enquanto o conhecimento é de duração significativa, a informação é temporária, transitória e talvez mesmo efêmera”;

“Enquanto o conhecimento é um estoque, a informação é um fluxo de mensagens”.

Informatividade

Sobre Informatividade, Lara aponta (2009, p. 24-26, grifo nosso):

“Originalmente cunhado na Linguística Textual, o conceito de **informatividade** põe em evidência o fato de que a compreensão de um texto depende do conhecimento de outros textos”.

⁵ SMIT, Johanna W.. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, Nova Série, v. 1, n. 2, p. 27-36, 2000.

“Para Smit⁶ (2003), mais do que falar em documento de bibliotecas, de arquivos, de museus etc., deve-se privilegiar sua **função informativa** o que [...] mobiliza noções mais empíricas da informação à medida que se mostram mais apropriadas para formular classes segundo diferentes funções e realizar distinções segundo o que se privilegia a partir dessas funções”.

“Função do documento e **informatividade** são, pois, noções muito relacionadas. A proposta de destacar a função informativa de um documento, de modo similar à proposta de Numberg, a 'informatividade' apresentaria um forte relacionamento com a função pragmática da informação, não se podendo afirmar de antemão como se realiza a informação nas situações concretas de uso”.

“Relevância e **informatividade** são valores que dependem da recepção”.

Relevância Informacional

Segundo Lara (2009, p. 16-27, grifo nosso):

“Os critérios de **relevância** para a seleção se alteram no tempo e no espaço e remetem a ordens institucionais” (p. 15).

“A **relevância** tem de ser observada [...] do ponto de vista da relação que o sistema estabelece com o seu usuário” (p. 26).

“A **relevância informacional** considera a capacidade de interpretação dos usuários em relação a si próprios, a intermediários e ao sistema, a seleção e tratamento dos documentos do sistema informacional e o desenho do próprio sistema na sua capacidade de permitir uma relação de adesão informacional. Tais condições, pontuadas como hermenêutica dos usuários, hermenêutica da coleção e hermenêutica do sistema intermediário, conforme proposta de Thomas Froelich salientada por Capurro⁷ (2003), permitem ver a **relevância informacional** como concebida a partir de um marco social concreto e para áreas determinadas” (p. 27).

“Na perspectiva da **relevância informacional** não há lugar para a idéia de que um documento seja representado pela sua essência. Não se deixa de reconhecer que os documentos têm carga informativa - de outro modo não estaríamos reconhecendo as propostas da ciência, das técnicas, da experiência da vida cotidiana, nem a finalidade da atividade documentária, correndo o perigo de cair no que Eco (1997) denomina superinterpretação, mas é necessário enfatizar que o conteúdo é construído pela atividade documentária tendo em vista uma expectativa de **relevância** para os usuários de um sistema de informações” (p. 27).

⁶ SMIT, J.W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. *Informação & Informação*, Londrina, v.8, n.2, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/informacao/viewissue.php?id=29>.

⁷ CAPURRO, R. (2003). Epistemologia e ciência da informação. *Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: informação, conhecimento e transdisciplinaridade*. Belo Horizonte, 10-14 de nov. (Publicação em cdrom). Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm.

Seleção

Sobre seleção Lara afirma (2009, p. 143, grifo nosso):

“A **seleção** é um processo de produção de sentido que, considerando o caráter dialógico da comunicação, coloca em jogo uma negociação de sentido entre emissão e recepção. Essa negociação caracteriza-se como troca simbólica que põe em evidência o caráter intersubjetivo do discurso ‘documentário’ e a compreensão dos atores sociais como produto dos processos de socialização que os formam”.

Contexto

Segundo García Gutiérrez (1990, p. 43-44, grifo nosso):

“O **contexto** determina forçosamente o significado. Em palavras de Wittgenstein, a partir de uma concepção funcionalista, o significado de uma palavra é esclarecido pelo uso. O contexto está potencial e virtualmente destacado pelo termo. Uma palavra não funciona num contexto se não se encerra previamente em seu núcleo a substância de todos seus possíveis contextos”.

“[...] o **contexto** se ergue como verdadeiro sentido das palavras, sendo limitado somente pelas palavras e pela situação”.

“[...] os **contextos** aparecem no nível da manifestação e não no linguístico. A manifestação procede, na Documentação, das mensagens derivadas dos documentos”.

Com base no trabalho de Armengaud, Kobashi e Fernandes apresentam as seguintes características para contexto (Armengaud⁸, 2006, p.79 citada por Kobashi e Fernandes, grifo nosso):

“Delimitar **contextos** é, portanto, a primeira tarefa a ser empreendida nos processos de organização da informação. Para isso, é necessário dispor de definições operacionalizáveis. Recorremos, inicialmente, à caracterização proposta por Armengaud. De acordo com a autora, os **contextos** podem ser analisados sob múltiplas perspectivas”:

“**Contexto circunstancial, factual, existencial, referencial/Dispositivos informacionais institucionalizados**: consideram-se aqui, as diferentes unidades e dispositivos de informação (serviços de informação, bibliotecas, arquivos e museus, sejam eles tradicionais, eletrônicos ou digitais) e sua vinculação institucional”.

“**Contexto situacional ou paradigmático/Áreas de conhecimento/atividades**: contexto no qual se explicitam as finalidades da unidade de informação; definem-se, assim, as áreas do conhecimento imanentes aos dispositivos informacionais e a linguagem do sistema”.

⁸ ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola, 2006.

“Contexto interacional/Interfaces de mediação: contexto de organização e busca de informação. Definem-se neste âmbito as hipóteses de organização e de acesso à informação. É, portanto, instância dialógica de negociação de sentidos. As mediações podem ser interpessoais ou por meio de interfaces eletrônicas”.

‘Contexto pressuposicional/Expectativas: contexto ao qual se subordinam as Interfaces de mediação. As expectativas são compartilhadas tacitamente ou por proclamação. São antecipações determinadas pelo **Contexto** circunstancial e situacional”.

Representação

Segundo Tálamo e Lara (2006, p. 201-211, grifo nosso):

“Representação é um conceito enfrentado de forma heterogênea pela Linguística, Semiótica, como também Sociologia e Filosofia. As distintas formas de compreendê-lo têm sua origem nos diferentes modos de conceber a relação entre a **representação** e o objeto ou fenômeno representado. De um lado, a **representação** supõe uma relação mimética entre **representação** e objeto/fenômeno representado; de outro, é produto de mediação marcado pelas distintas práticas sociais. As teorias ditas representacionais opõem-se, recentemente, àquelas que questionam a própria ideia de **representação**. As diferentes abordagens sobre **representação** se refletem nos discursos das áreas do conhecimento. No caso da CI, a crítica é predominantemente feita a partir da concepção de **representação** como espelho”.

“Para a Linguística Documentária a ideia de **representação** é operacional e antecede a delimitação do conceito de **informação documentária**. A ideia pressuposta no conceito de **representação** tem o objetivo de mostrar que ela é algo que está em lugar de alguma coisa para alguém sob um determinado aspecto. Enquanto uma concepção semiótica, supõe uma relação em que o signo, ou *representamen*, funciona como desencadeador de um interpretante cujas referências dependem de experiência colateral que, para a linguagem documentária, combina elementos institucionais e terminológicos, como já se observou anteriormente. Já enquanto linguagem (e por analogia às funções das línguas naturais), verifica-se que a **representação**, além de não ser a principal função da língua, é admitida como construção realizada no processo comunicacional (a língua, ao funcionar como instrumento de comunicação funciona, simultaneamente, como meio de construção do conteúdo ‘representado’)”.

Para Lara:

“Na Ciência da Informação, o termo **‘representação’** se aproxima de ‘assunto’, ‘palavra-chave’, ‘descritor’, ‘termo de indexação’, entre outros. Sem que a questão da **representação** seja efetivamente discutida, há uma certa tendência em utilizar as aproximações sinonímicas para falar da **representação** do ‘conteúdo de documentos’. O problema da **representação** está exatamente no fato de que tal conteúdo é, muitas vezes, tomado como algo objetivo que faz parte do documento. Daí a importância de buscar as interpretações do termo **representação** para procurar precisar seus contornos conceituais no âmbito da Ciência da Informação” (LARA, 2009, p. 37, grifo nosso).

“Em nosso entendimento – e na ótica da Linguística Documentária – a **representação** é uma construção de natureza linguístico-semiótica que se apóia nos objetivos institucionais e na linguagem e terminologia dos discursos dos sujeitos sociais. Posto de outro modo, são mobilizados em especial os estudos sobre a linguagem quando se fala em representação” (LARA, 2009, p. 46, grifo nosso).

Esses são os conceitos que mais apareceram nos textos que foram utilizados para análise da Linguística Documentária. Vejamos agora as principais características dos instrumentos e métodos abordados pela LD, bem como os principais conceitos subjacentes. Ressalta-se que a análise da caracterização da abordagem, métodos e instrumentos decorrentes, será exposta na parte Reflexões sobre a Abordagem Linguística Documentária.

3.2 A Análise Documentária (AD)

Como vimos, a Linguística Documentária tem como objetivo fundamentar teórica e metodologicamente os procedimentos de análise e construção de Linguagens para organização, recuperação e comunicação de informações. O termo Análise Documentária (**AD**) é utilizado para designar os métodos e processos de Organização de Informação na perspectiva da Linguística Documentária, embora a Análise Documentária e conceitos como o de indexação, por exemplo, tenham surgido antes da constituição do campo.

Vejamos alguns recortes referentes aos objetivos e funções da **AD** propostos por García Gutiérrez:

García Gutiérrez concebe a Análise Documentária como “um procedimento global de captação e transformação das mensagens” (1990, p. 24) e a Linguagem Documentária como “marco referencial dessa mensagem, é a institucionalização da realidade num referente que [...] se converte em regulador da própria realidade analisada” (1990, p.25). “A Análise e a Linguagem Documentária apresentam um componente pragmático absoluto, porque, como observamos anteriormente, “a Documentação se produz e se difunde em função de um tipo determinado de comunicação e de receptor “(1990, p. 25).

O autor acrescenta as seguintes características para a Análise Documentária:

[...] o produto da Análise Documentária é a síntese contextual composta de enunciados que propõe a essência do documento, a estrutura cognitiva do autor documentada. Essa síntese tem uma dupla função, inseparável, recuperadora e informativa e pode materializar-se como ponte ou permanecer em estado virtual no trânsito para a leitura do original dentro do mesmo sistema tecnológico (1990, p. 27).

A Análise Documentária consiste em extrair as ideias centrais de um documento como o objetivo de disponibilizá-lo para recuperação mediante representações sintéticas, através de uma desestruturação semântica de um fragmento de discurso de tal maneira que as peças resultantes possam reconstruir potencialmente o mesmo fragmento, uma vez que o conectam ao discurso geral no qual está inserido. No processo de estruturação e desestruturação utiliza-se um instrumento comutador e referencial dos sistemas, denominado Linguagem Documentária (1990, p. 49).

Ainda para García Gutiérrez, a “Análise Documentária é parte da Linguística Documentária que se refere aos significados, ao texto e ao discurso em Documentação (1990, p. 50). A “Análise Documentária é uma análise de conteúdo com o objetivo de estabelecer categorias ou temas” (1990, p. 51).

Já Lara reflete sobre os objetivos da Análise Documentária com ênfase nos processos e seus respectivos resultados quando ressalta que a “Análise Documentária é essencial para o estabelecimento da Comunicação Documentária” (1993, p. 4) e que a **AD** “comporta operações de representação de naturezas diferentes” (1993, p.5), as quais apresentam as seguintes características:

- 1- A primeira representação compreende a condensação do texto original que gera alguns tipos de produtos documentários como os resumos, os quais geralmente apresentam uma relação de contiguidade e semelhança com os textos de origem, inclusive com a utilização da Linguagem Natural (LARA, 1993, p. 4).
- 2- A segunda representação consiste na utilização de uma Linguagem Documentária, que segundo Lara tem a função de normalizar unidades significantes ou conceituais presentes no texto original, a partir de elementos que constituem, de alguma forma, uma condensação de áreas de assuntos, a qual se caracteriza por ser exterior ao texto (LARA, 1993, p.5).

Assim como García Gutierrez, Lara também ressalta a importância do contexto para a realização eficaz da Análise Documentária ao sugerir a observação das seguintes variáveis (1993, p. 42):

- a) a estrutura do texto original;
- b) a informação bruta presente nesse mesmo texto;
- c) o estado de sistematização metodológica e terminológica da área em questão;
- d) a instituição na qual o processo se desenvolve;
- e) o usuário da informação documentária;
- f) o estoque de conhecimento anterior do documentalista e sua formação ideológica.

Para Kobashi, a “análise documentária é [...] a área que responde pelo tratamento de conteúdo de texto (2008, p.48). A autora também ressalta as características teóricas, metodológicas e pragmáticas da área quando coloca que a Análise Documentária apresenta três aspectos indissociáveis, que pertencem a diferentes esferas:

- a esfera teórica, na qual se determina o próprio objeto da análise documentária, suas funções seus métodos e procedimentos metodológicos;
- a esfera da produção, em que são engendradas as regras de geração das diversas modalidades de informação documentária;
- a esfera pragmática, na qual se identificam as condições de aderência entre usuários e sistema documentário” (2008, p.48).

Para que esses três aspectos possam existir e evoluir a área vem desenvolvendo vários conceitos afim de sistematizar, registrar e oferecer meios de reflexão sobre o fazer, conforme abaixo:

Leitura Documentária, Informação Documentária, Modelização Documentária, Representação Documentária, Indexação, Produtos Documentários

Leitura Documentária

Segundo Lara (1993, p.49-53, grifo nosso):

“Tem como objetivo a identificação e extração de referenciais dos textos originais, para sua transformação em texto documentário, caracterizando-se pela presença de operações seletivas”.

“A **leitura documentária** deve ser realizada levando-se em consideração o contexto institucional, pois é a partir de sua organização e objetivos, que se determinam os paradigmas de pertinência de informação. Ao se proceder a leitura, determinados objetivos são perseguidos quando da identificação e do descarte de informações presentes nos documentos”.

“Para a **leitura documentária** concorrem vários fatores: a qualidade do texto (nível de estruturação do texto), o conhecimento prévio e as estratégias de leitura. Excetuando-se o primeiro – identificado em função de parâmetros institucionais, os fatores restantes são diretamente dependentes da habilidade do profissional documentalista”.

“A leitura para fins documentários não é “neutra”, uma vez que, sendo a linguagem intrinsecamente comprometida com o conceitual e com o ideológico, tanto o processo de produção de texto, quanto o de recepção não se isentam destes componentes. E é esse comprometimento que garante o carácter interativo da leitura”.

Informação Documentária

Segundo Tálamo e Lara (2006, p. 206-211, grifo nosso):

“Algo intencionalmente construído a partir da análise da produção do conhecimento e dos objetivos institucionais de sua disseminação; algo que se apresenta sob formas específicas; algo que instaura uma relação comunicativa particular. Decorre dessa compreensão que a **informação** não é um dado, mas uma construção, e que sua transmissibilidade está condicionada às condições de aderência definidas por elos de significação” (p.206).

“Quanto ao significado veiculado pela **informação documentária**, o aspecto central para a Linguística Documentária - para além da arbitrariedade da relação significante/significado - é que a identificação do significado é negativa, oposicional, relacional”.

“O significado da **informação documentária** [...] não é exterior à linguagem, mas dependente da noção de arranjo da própria Linguagem Documentária. A motivação dessa significação é explicitada pela hipótese de organização, cuja formulação é fundada na articulação da linguagem de especialidade e da linguagem dos usuários expressa por

categorias de organização dos domínios, categorias textuais e ideacionais contextualizadas nos espaços de trânsito da informação definidos por políticas institucionais”.

Segundo Lara (2002, p. 127, grifo nosso):

“O qualificativo documentário pretende distinguir entre a acepção geral de informação (notícia, dado, indagação, sinal etc.) e o conceito de informação como resultado do processo de análise documentária: produto documentário que designa um conteúdo, que se apresenta sob determinada forma (resumos, descritores) e que visa o estabelecimento de uma relação comunicativa particular. A **informação documentária** não existe ‘*a priori*’, mas é resultado da segmentação de conteúdos feita a partir de hipóteses de organização”.

Modelização Documentária

“Conjunto de operações que envolvem, depois da primeira e fundamental modelização promovida pela língua natural, aquelas próprias das atividades que dão forma aos construtos documentários e que lhes confere marcas das referências utilizadas para organizar o conjunto de informações. Para que a operação não seja aleatória, a Linguística Documentária propõe que se constituam hipóteses de organização cujos referenciais institucionais (instituições e seus usuários) articulem quadros nocionais e linguagens compartilhadas no interior de domínios do saber ou de atividades. A formalização dessas hipóteses em linguagem combina dados da produção e da recepção, garantindo-se assim o caráter socializado da informação documentária” (TÁLAMO e LARA, 2006, p. 207).

Representação Documentária

Para Lara (1999; 2009, grifo nosso):

“... a **representação documentária** é uma construção e, necessariamente, depende de sua inserção sócio-institucional” (LARA, 2009, p. 48).

“O processo de representação constitui o que se denomina análise documentária, atividade metodológica que compreende a leitura documentária, a identificação das categorias temáticas do documento e a seleção dos conceitos considerados mais importantes para a recuperação do documento. A cada documento analisado atribui-se uma ou mais representações, dependendo da complexidade do documento e da política de indexação adotada pelo sistema de informações. Assim, as **representações documentárias** são versões sintéticas dos documentos e, embora não o substituam, sinalizam para o seu conteúdo. Do ponto de vista do processo de análise documentária a representação é feita documento a documento; já do ponto de vista do sistema de informações ao qual ele será integrado, a representação não é individualizante, mas remete à classe de documentos que compartilham daquela representação” (LARA, 2009, p. 49).

“A designação **representação documentária** abrange tanto o ato de representar como o produto obtido a partir da ação de representação. Inúmeras designações remetem ao mesmo conceito ou dele se aproximam: sob o ângulo do produto, referimo-nos às **representações documentárias** quando falamos de **resumos documentários**, **índices** ou mesmo **informação documentária** de um modo genérico; sob o ângulo do processo, as designações **classificação**, **indexação**, **representação temática** ou **fabricação da informação documentária** referem-se todas às operações que caracterizam um processo de representação no âmbito documentário. Enquanto produto ou processo, as diferentes designações dizem respeito a distintos níveis de representação, como também a diferentes pontos de partida para a sua consecução” (LARA, 1999, p. 9).

“A discussão sobre a **representação documentária**, portanto, transcende os limites estritos da Documentação no seu sentido convencional, já que problemas documentários são, pela sua natureza, problemas de comunicação. Enquanto **signos documentários**, as **representações documentárias** não podem ser vistas numa relação simples entre objeto e representação, mas supondo uma relação triádica que compreende objeto, representação e interpretante” (LARA, 1999, p. 10).

“Jean-Claude Gardin é um dos primeiros autores a reconhecer que a atividade de **representação documentária** se desenvolve no universo da linguagem. Gardin identifica a atividade de representação documentária como um gênero de representação probabilística resultante de escolhas empíricas realizadas para a expressão do conteúdo de textos científicos: significados de textos são retirados e substituídos por outros que não são, necessariamente, encontrados no texto – o que caracterizaria operações de construção de metalinguagens – com o objetivo de permitir buscas retrospectivas de informação” (GARDIN⁹, 1970, p.630; 1973a¹⁰, p.144; 1973b¹¹, p.67, citado por LARA, 1999, p. 52).

“As **representações documentárias** podem ser analisadas como “estruturas significantes” intimamente ligadas à função de produção do conhecimento. Sob este ângulo, a função das representações é a de exercer a mediação, agenciando a produção do conhecimento para modificar os estoques de informação dos indivíduos e das sociedades” (LARA, 1999, p. 127).

“As **representações documentárias** são o resultado de atividades orientadas para a organização e o controle de “estoques de informação”, mas sua natureza estática implica em que não necessariamente produzem, por si só, qualquer conhecimento: apenas possuem a competência para produzi-lo através de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte e os receptores” (BARRETO, 1994, p. 4 citado por LARA, 1999, p. 127).

⁹ GARDIN, J.C. Procédures d'analyse sémantique dans les sciences humaines. In: POUILLON, J. et MIRANDA, P. (orgs). **Échanges et communications**: mélanges offerts à Claude Lévi-Strauss à l'occasion de 60ème. Anniversaire. Paris: Mouton, 1970, p. 628-657.

¹⁰ GARDIN, J.C. Document analysis and linguistic theory. **Journal of Documentation**, v. 29, n.2, p. 137-168, 1973.

¹¹ Id. Linguistique et documentation. **Bolletino d'informazioni**, v. 13, n. 2/3, p.67-85, 1973.

Indexação

O termo Indexação não é trabalhado diretamente pela abordagem Linguística Documentária, porém é utilizado com frequência na literatura de Análise Documentária e por isso o abordaremos aqui.

Indexação por Kobashi (2008, grifo nosso):

“Na **indexação** procura-se obter um grau ainda maior de compactação do texto base: do processo de análise resultam palavras ou sintagmas indicadores de conteúdo” (p. 50).

“... a **indexação** tem como objetivo caracterizar o conteúdo de um documento por meio de uma linguagem documentária; suas operações básicas são: identificar o tema do texto; elaborar um enunciado temático e representar o enunciado temático. [...] na **indexação**, há uma operação final de conversão do enunciado temático para a linguagem documentária adotada no sistema, observando, igualmente a política de indexação” (p. 58).

Produtos Documentários

Produtos Documentários por LARA (2009, p. 23, grifo nosso):

“... os **produtos documentários**, em sua forma e conteúdo, estão intimamente ligados à história das ideias e das relações de autoridade e poder, da mesma forma que qualquer processo de informação é mediado por sistemas de categorias que melhor respondem por visões de mundo. Embora haja uma oferta de sentido via representação documentária, enquanto signo documentário, necessariamente o **produto documentário** solicita uma seleção interpretativa”.

Segundo Tálamo e Lara (2006, p. 207, grifo nosso):

“A elaboração dos **produtos documentários** desenvolve-se no interior da linguagem, caracterizando-se como um processo sucessivo de escolhas. Desde a seleção do que compõe ou não o conjunto a ser analisado, a pertinentização e a construção de conteúdos, até a definição das formas de sua disseminação está em jogo um universo de opções”.

“Partindo do princípio que a interação comunicativa transcende a produção de efeitos, qual um esquema unidirecional emissor-receptor, a construção de **produtos documentários** deve também observar as particularidades das trocas simbólicas próprias da linguagem”

“[...] os **produtos documentários** (representação documentária, informação documentária) são formulações sintéticas, condensadas”

Como vimos, a Análise Documentária é um processo que se constitui de operações relacionadas, dependentes umas das outras, e corresponde a uma parte do processo identificado na literatura pelo termo indexação. Para que seja possível a realização dessas operações de modo a se obter resultados eficazes de recuperação e comunicação de informações, é necessário, na perspectiva da Linguística Documentária, o uso das Linguagens Documentárias.

3.3 As Linguagens Documentárias (Ids)

O termo Linguagem Documentária nasce na década de 70, com o surgimento dos tesouros documentários (Tálamo, 1997), com o objetivo de organizar, representar, recuperar e comunicar informações. Na literatura encontramos várias formas de designar o conceito, como: linguagem de indexação, vocabulários controlados, linguagens de recuperação, entre outras:

Atribui-se as causas dessa variação a diferentes orientações teórico-metodológicas relacionadas ao entendimento do que é informação, à delimitação de seus objetos de análise (assunto, informação, descritor), à estrutura de representação (código, linguagem, vocabulário, lista). Tais diferenças terminológicas também estariam relacionadas aos níveis de abordagem da representação documentária (ou ao foco privilegiado): objeto de análise, processos, produtos, instrumentos de representação (LARA, 2009, p. 53).

As **Ids** são construídas a partir de elementos da Linguagem Natural e da Linguagem de Especialidade, estruturando seus termos e fixando, ou controlando, a significação das palavras por meio de relações; da Terminologia, a Documentação observa os métodos utilizados para organização dos termos e dos conceitos, como também a linguagem de especialidade e, por consequência, de parte dos usuários da informação (ANDRADE, 2005).

Segundo García Gutiérrez, a Linguagem Documentária é o marco referencial da mensagem captada e transformada pela Análise Documentária. ... “é a institucionalização da realidade num referente [...] que se converte em regulador da própria realidade analisada. Assim como **AD**, as Linguagens Documentárias também são investidas do Pragmático” (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990, p.24).

[...] o papel da Linguagem Documentária é levar as estruturas do conhecimento e de entendimento aos usuários por meio da síntese contextual, através de qualquer expressão formal como ocorre em Linguagem Natural. Outro método que tenha como objetivo uma formalização precisa da descrição na área ou submeter as ideias a uma rigidez na estrutura do significado, nos conduzirá a uma perda substancial do espírito e da informação do documento (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990, p. 27).

Tálamo caracteriza a Linguagem Documentária como sistema que é simultaneamente um modo de organização e uma forma de comunicação da informação:

[...] o tratamento de informação envolve criação e agregação de valor a um conteúdo, respondendo pela socialização desse mesmo conteúdo, que passa, então, a ser entendido efetivamente como informação. Nesse sentido, a Linguagem Documentária não é apenas referência para organização, mas também meio de promoção de fluxos de várias ordens visando interlocução adequada (TÁLAMO, 1997, p. 10).

Com base em Gardin, Cintra et al. caracterizam a Linguagem Documentária como sendo constituída de um léxico, uma rede paradigmática e uma rede sintagmática (CINTRA et al., 2002). Lara ressalta que:

[...] o eixo paradigmático das Linguagens Documentárias é representado pela estruturação vertical (conjunções e disjunções) e horizontal (associações não-hierárquicas) do conjunto de termos do léxico. Já o eixo sintagmático é muito precário se comparado ao das Línguas Naturais, pois os recursos de combinação entre os termos são muito restritos [...] (LARA, 2002, p. 137).

Tálamo e Lara afirmam que a Linguagem Documentária apresenta-se como “estrutura que opera os conteúdos documentados, articulando-os em esquemas classificatórios” e ainda destacam que a Linguagem Documentária tem só duas das funções da linguagem natural, a referencial e a metalinguística (2006, p. 208).

A Linguagem Documentária apresenta-se como um modo de organização e por meio dos métodos da Terminologia, “segmenta, a seu modo, o universo enfocado segundo perspectivas pragmáticas. A partir dessa segmentação [...] a Linguagem Documentária configura-se como instrumento facilitador da comunicação em contextos documentários específicos” (LARA, 2002, p. 138).

Embora a Linguística Documentária se aproprie dos métodos da Terminologia para construção de Linguagens, a Linguagem Documentária não é Terminologia, pois ambas têm objetivos diferentes, conforme aponta Lara ao diferenciar os objetivos da Terminologia e da Ciência da Informação:

[...] a Terminologia visa estudar a estrutura, a formação, o desenvolvimento, o uso e a gestão de terminologias em diferentes domínios; a ciência da informação, quando constrói Linguagens Documentárias, tem como objetivo assegurar a organização e a transferência da informação (LARA, 2002, p. 137-138).

Nessa perspectiva, as Linguagens Documentárias demandam uma configuração que torne explícitos os significados dos termos e dos conceitos que as compõem, para assim possibilitar a oferta de sentidos. Isto posto, vejamos os principais conceitos referentes à configuração das Linguagens Documentárias.

Comunicação Documentária, Domínio, Signo Documentário, Semiose Documentária, Mensagem Documentária, Relações nas Linguagens Documentárias, Relações Hierárquicas, Relações Genéricas, Relações Partitivas, Relações Associativas, Relações de Equivalência, Conceito, Termo, Definição.

Comunicação Documentária

Em relação à Comunicação Documentária, Lara afirma (2009, p. 142-144, grifo nosso):

“Em nossa dissertação de Mestrado (Lara, 1993), propusemos a denominação ‘**Comunicação Documentária**’ para caracterizar o processo específico de comunicação em sistemas documentários que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação [...] É importante observar, no entanto, que a proposta original realizada à época, não contempla alguns aspectos importantes além de poder induzir à uma interpretação equivocada. [...] No trecho acima, os termos ‘codificação’ e ‘decodificação’, tributários da Teoria da Informação, de Shannon e Weaver, são muito marcados pelo entendimento de algo que ocorre de uma forma líquida, podendo pressupor uma relação de biunivocidade entre o que foi emitido e o que é recebido. Essa concepção é problemática porque, além de considerar a língua como um código destinado à transmissão da informação, não observa a complexidade da inter-relação dos elementos no processo comunicacional. De fato, o código linguístico é um

instrumento de comunicação apenas se considerar que a mensagem depende de sua enunciação. Quanto ao termo ‘recuperação’ salientamos que, embora ele seja usual no discurso dos estudos de Organização da Informação, só pode ser interpretado num sentido muito pragmático, razão pela qual é preciso relativizá-lo para evitar que seu entendimento reforce as considerações anteriores sobre a relação de biunivocidade entre a representação e sua apropriação”.

“[...] a **comunicação documentária** supõe, necessariamente, interpretação”.

“A **comunicação documentária** visa agilizar fluxos de informação institucionalizada por meio da oferta de mensagens documentárias e mecanismos para o exercício da seleção da informação. Seus sistemas de significação – as linguagens documentárias, que constituem a base para a formulação das mensagens documentárias – têm como parâmetro os quadros de referências simbólicas e os possíveis sentidos sociais da informação (Lara & Tálamo, 2008). Do ponto de vista metodológico, a identificação desses quadros”.

Lara em 2006 (p. 25, grifo nosso):

“[...] a função da **comunicação documentária** é criar condições para que os signos intencionalmente construídos orientem a interpretação segundo os objetivos do sistema visado. Não se deseja que os signos da Linguagem Documentária, ou os termos que conduzem o usuário ao conjunto de textos indexados num sistema de informação, sejam interpretados a partir da experiência individual de cada um. Desse modo, a interpretação ficaria aberta, introduzindo problemas no processo de comunicação documentária”.

Domínio

Sobre Domínio, Lara e Tálamo afirmam (2007, grifo nosso):

“As decisões sobre a categorização e a classificação se mostram, dessa maneira, como resultado da observação dos enunciados realizados nos **domínios** de especialidade, o que permite substituir a organização empírica por outra fortemente vinculada à literatura de especialidade”.

“A experiência didático-pedagógica também mostra que o trabalho terminológico e terminográfico, na ausência de dicionários especializados, o que é um problema frequente, confere as bases para o levantamento e validação do uso dos termos nos **domínios** especializados, permitindo substituir práticas empíricas por procedimentos fundados na observação das unidades que adquirem valor terminológico nos discursos de especialidades. Do mesmo modo, encaminha-se a solução das questões de uso, alterando-se a ênfase usualmente conferida apenas à estruturação do vocabulário”.

Segundo Lara (2002, p. 135, grifo nosso):

“O **domínio** é um campo especializado do conhecimento (áreas do saber ou de atividades) expresso por uma língua de especialidade (língua utilizada pelo **domínio** e caracterizada pelo uso de meios de expressão linguística particulares). Enquanto subconjunto do sistema linguístico, as línguas de especialidade refletem o modo mais ou menos normalizado de se comunicar num dado **domínio** do saber, o que seria impossível na língua geral onde os sentidos são variáveis”.

Signo Documentário

Segundo Lara (2009, p. 149-150, grifo nosso):

“O **signo documentário** deve ser observado simultaneamente nos processos de significação e nos processos comunicacionais”.

“O **signo documentário** é uma construção que, embora conserve a idéia de arbitrariedade do signo linguístico (enquanto primeiro código a partir do qual a Linguagem Documentária é formulada) é motivado, porque procura estabelecer a relação significado/significante (enquanto um segundo código) recorrendo ao sub-código linguístico relativo ao domínio de especialidade ou atividade, ou seja, sua terminologia (termos, frases, conceitos, organização conceitual)”.

“O **signo documentário**, portanto, responde por um recorte duplo, que combina referências validadas socialmente pelas comunidades discursivas aos objetivos informacionais. O signo documentário, enquanto oferta de sentido, é institucional e mobiliza referências coletivas do que é informação”.

Em 2008 (grifo nosso), Lara afirma:

“O **signo documentário** - Linguagem Documentária e descritores como operadores de sentido - funcionam como elementos para um tipo particular de semiose - a **semiose documentária** - que não remete a significados cristalizados, mas a jogos interpretativos onde são combinadas as referências da emissão (via operadores de sentido) e da recepção (conhecimentos e experiências dos sujeitos sócio-institucionais). Esse processo interpretativo culmina na construção da informação [...]”.

Posição de Tálamo e Lara em relação ao signo Documentário (2006, p. 206-211, grifo nosso):

“Signo de um código razoavelmente impreciso e incompleto, muitas vezes circunstancial, cuja conformação remete originalmente ao signo linguístico, mas é deficiente em relação a ele na sua potencialidade de realização como unidade comunicativa e significativa. Ele pode remeter, também, a símbolos não-linguísticos, mas passíveis de tradução Linguística. O **signo documentário** se mostra, nesse sentido, como uma unidade de uma linguagem intermediária. Logo, o seu funcionamento depende necessariamente de outros sistemas semióticos”.

“Parte de um sistema sógnico cuja unidade mínima é o descritor, isto é, um elemento indivisível, já que a sua divisão o descaracterizaria como conceito. Os descritores podem coincidir com a palavra, porém são mais frequentemente expressos como sintagmas

nominais. Nunca constituem argumentos, mas termos simples ou descrições, ou ainda proposições, caso sejam considerados a partir de definições. Considera-se, portanto, que a impossibilidade de formular argumentos (ou melhor, simulá-los por analogia ao argumento enquanto produto de um raciocínio complexo) seja a sua principal limitação”.

“Os **signos documentários** significam exclusivamente de forma relacional, porém não na língua geral, mas no interior de linguagens construídas com base nos conceitos (termos) das linguagens especializadas dos domínios de saber e de atividades”.

Semiose Documentária

Para Lara (2009, p. 154, grifo nosso):

“[...] na Linguagem Documentária e nas mensagens construídas a partir dela, desenvolve-se um tipo particular de semiose, que podemos denominar de ‘**semiose documentária**’. Considerando os objetivos pragmáticos da Linguagem Documentária de desempenhar a função informativa espera-se que a semiose não dispare aleatoriamente e não se desenvolva no universo aberto da interpretação. Seus signos são construídos intencionalmente para orientar a indexação e a interpretação segundo os objetivos do sistema visado evitando, desse modo, que os termos sejam interpretados a partir da experiência individual de cada indivíduo. Porém, por mais que a **semiose documentária** funcione sob pressão do controle vocabular, sempre sobram resíduos, já que a segmentação operada no universo das linguagens de especialidade, como na linguagem geral, não compreende a totalidade do *continuum*”.

Segundo Lara (2006, p. 26, grifo nosso):

“[...] a **semiose documentária** [...] funciona sob condições controladas em função dos universos focalizados e dos objetivos visados”.

“[...] a **semiose documentária** coloca em jogo operadores semântico-semióticos que possam localizar, no domínio focalizado (por exemplo, no domínio da Política Cultural ou no domínio da culinária) - quais são os termos e como eles se relacionam de modo significativo”.

Mensagem Documentária

Segundo Lara (2009, p. 149-156, grifo nosso)

“A **mensagem documentária** é o produto da atividade documentária que se caracteriza como ponto de encontro entre emissão e recepção” (p. 149).

“A Linguística Documentária (Lara, 2008) propõe a centralidade da **mensagem documentária** no processo comunicacional observando sua condição de ponto de encontro entre referenciais da emissão e da recepção, ambas ligadas a ordens institucionais”(p.155).

“As **mensagens documentárias** são construídas a partir da Linguagem Documentária, espécie de interpretante ou conjunto de possibilidades interpretativas referidas simultaneamente às linguagens de especialidade e às hipóteses de organização adotadas pelo sistema informacional. Essa é o meio pelo qual são criadas **mensagens documentárias** cujo significado não é cristalizado porque, considerando a condição de signo das unidades da linguagem documentária, elas levam a um processo interpretativo que combina referências da emissão e da recepção” (p.155-156).

Para Lara e Tálamo (2006, p. 207, grifo nosso):

“... a **mensagem documentária** é indireta, [...] objetiva desencadear um processo semiótico particular que vai dos indicadores (os produtos documentários propriamente ditos) para a informação e desta para a produção”.

Segundo Lara (1993, 2002, p. 137, grifo nosso):

“As **mensagens documentárias** referem-se às representações feitas a partir da seleção de signos documentários ou de combinação deles nas equações de busca”.

Sistema Nocional ou Sistema de Conceitos

“Segundo a norma ISO 1087, um **sistema nocional** é um conjunto estruturado de noções que reflete as relações estabelecidas entre as noções que o compõem e no qual cada noção é determinada pela sua posição no sistema “(ISO 1087 citada por CINTRA et al., 2002, p. 50, grifo nosso).

Relações Hierárquicas

“As **relações hierárquicas** são aquelas que acontecem entre termos/conceitos de um conjunto, onde cada termo/conceito é superior ao conceito seguinte. O que estabelece a posição do termo na hierarquia são as características dos conceitos. As divisões existentes numa relação hierárquica caracterizam-se pelos conceitos de superordenação e subordinação” (CINTRA et al., 2002, p. 51, grifo nosso).

Relações Genéricas

“Envolve semelhança entre os conceitos. Quando a intensão do conceito subordinado inclui a intensão do conceito superordenado mais, pelo menos, uma característica adicional, ou característica delimitativa. O conceito superordenado numa relação genérica é chamado de conceito genérico e o conceito subordinado, conceito específico” (LARA, 2005, p.15).

Relações Partitivas

“Existe uma **relação partitiva** quando o conceito superordenado representa o todo, enquanto que o subordinado representa partes desse todo. As partes, juntas, formam o todo. O conceito superordenado em uma relação partitiva é chamado conceito

compreensivo (integrante) e o conceito subordinado é chamado conceito partitivo. Conceitos subordinados no mesmo nível compartilham características na mesma dimensão e são chamados conceitos coordenados” (LARA, 2005, p.17, grifo nosso).

Relações Associativas

“As **relações associativas** apresentam uma dependência resultante de uma contiguidade espacial ou temporal, do tipo causa/efeito, antes/depois, esquerda/direita, acima/abaixo, produtor/produto, material/ produto, as relações associativas ocorrem quando é possível estabelecer uma conexão temática entre os conceitos” (CINTRA et al., 2002, p. 62, grifo nosso).

Relações de Equivalência

“A **equivalência** é um recurso importante para as LDs, pois permite normalizar a polissemia, indicando que várias palavras, uma vez que compartilham significados próximos, expressam-se por um mesmo descritor. De outro lado, permite compatibilizar a linguagem dos usuários com a linguagem do sistema, funcionando assim como um operador de sentido. Elas estão presentes nas **lds**, como os tesauros, para evitar a ocorrência de sinônimos. Os termos equivalentes remetem o conjunto de não-termos ou não descritores para o conjunto dos termos ou descritores” (CINTRA et al., 2002, p. 74-75, grifo nosso).

Conceito

Segundo LARA (2002, p. 135, grifo nosso):

“O **conceito** é uma unidade de conhecimento formada por uma combinação de características. A formação do **conceito** é um processo de abstração que tem como base a seleção de propriedades (características) de um conjunto de um ou mais objetos. O **conceito**, conseqüentemente, não tem vida independente, mas é o resultado de uma proposição feita dentro de um domínio do saber. Cada **conceito** é determinado pela posição que ocupa no conjunto estruturado de **conceitos**, denominado sistema conceitual”.

Termo

“A unidade básica da terminologia é o **termo**, designação verbal do conceito dentro de um domínio específico. A designação é uma representação do conceito por um signo que o denota (um símbolo, um nome ou um termo). Para elaborar um sistema de conceitos, enquanto conjunto estruturado segundo as relações que os unem, o trabalho terminológico parte de definições” (LARA, 2002, p. 135, grifo nosso).

Definição

Segundo Lara (2004, p. 93, grifo nosso):

“[...] Uma **definição** é um enunciado que descreve um conceito permitindo diferenciá-lo de outros conceitos associados, podendo ser formulada de duas maneiras básicas: **definição por compreensão** (ou por intensão), ou ainda, **definição intensional**, que compreende a menção ao conceito genérico mais próximo (o conceito superordenado) – já definido ou supostamente conhecido – e às características distintivas que delimitam o conceito a ser definido; e **definição por extensão ou extensional**, que descreve o conceito pela enumeração exaustiva dos conceitos aos quais se aplica (conceitos subordinados), que correspondem a um critério de divisão (ISO 1087-1). Essa mesma concepção está presente na ISO 704, que caracteriza uma **definição** como uma unidade com intensão e extensão únicas (ISO 704)”.

“Sager critica a teoria terminológica clássica pelo fato de ela reconhecer apenas a **definição** analítica (aquela possível pela hierarquia) e propõe considerar a **definição** como um processo que utiliza vários métodos, salientando que poucas definições seguem o padrão clássico “gênero e diferença”. Além dessa **definição** (definição por análise) ou analítica, o autor considera que o processo definicional pode ser feito por sinonímia, por paráfrase, por síntese, por implicação (usando a palavra em um contexto explicativo), por denotação (que é a **definição** por extensão ou enumeração, admitida pela teoria clássica), por demonstração (a definição ostensiva), além das definições que combinam vários dos tipos anteriores” (SAGER, 1990, citado por LARA, 2004, p.93, grifo nosso).

Em 2002 (p. 135, grifo nosso), Lara aponta:

“A **definição** é a representação de um conceito por um enunciado descritivo que permite diferenciá-lo de conceitos relacionados dentro de um domínio de especialidade”.

Estes foram trechos que remetem a conceitos que consideramos importantes para caracterizar a Linguística Documentária, Análise Documentária e a Linguagem Documentária. A partir deles fizemos nossa interpretação sobre a delimitação do campo. Reiteramos que, por se tratar de um recorte, citações importantes podem não ter sido contempladas.

3.4 Reflexões sobre a Linguística Documentária

Com o que foi exposto, tentamos caracterizar a abordagem Linguística Documentária que também se mostra como uma abordagem Linguístico-Semiótica. Reiteramos que o levantamento não teve a pretensão de esgotar o assunto, e que os conceitos aqui expostos foram produto de recorte de textos selecionados relativos a diferentes datas de publicação.

Verificamos que o objetivo da Linguística Documentária é o de fornecer metodologias e instrumentos para organização, recuperação e comunicação de informações por meio de Linguagem. Para tal, a Linguística Documentária busca fundamentação teórica principalmente na Linguística Estruturalista e Aplicada, na Semiótica e na Terminologia, de modo a garantir que a Linguagem Documentária tenha características de um instrumento eficaz na comunicação em ambientes documentários.

Entendemos que a Linguística Documentária, no âmbito da Ciência da Informação, se propõe a compreender como se dão a comunicação e a interpretação de mensagens nas situações gerais para, então, aplicá-las em situações de busca e recuperação de informações mediadas por sistemas e dentro de instituições. Assim, ela visa a possibilitar relações entre as pessoas neste contexto.

Como foi dito, essas situações de comunicação e interação não se referem aos contextos gerais do cotidiano, e sim aos contextos de profissionais de uma área de trabalho, de pesquisadores científicos, de professores e estudantes; a comunicação a que se propõe na Linguística Documentária não é comunicação geral ou de massa, e sim a comunicação característica de ambientes documentário-informacionais. Tal gênero de comunicação visa conduzir à apropriação das informações e a transformação das mesmas em conhecimento, seja para a geração de produtos, prestação de serviços, para tomada de decisões e, num sentido mais amplo, para o desenvolvimento social.

Nesse cenário, um aspecto importante é que nem sempre os sujeitos envolvidos nessas situações de produção, uso e circulação de informações estão em situação de comunicação direta e presencial, ou contando com um profissional da informação *in loco* para fazer a mediação (que podem usar elementos do contexto da pesquisa para aprimorar ou refinar a busca). A interação é normalmente realizada por meio de troca de informações materializadas em documentos armazenados em sistemas implementados por diversas tecnologias, inseridos em instituições de diferentes naturezas, com objetivos específicos.

Tal situação demanda um esforço muito maior no uso da Linguagem, pois temos que contemplar os ditos e os não ditos no tratamento da informação, dentro das necessidades e objetivos dos sujeitos envolvidos em todo esse processo. Esse panorama explica as dificuldades ressaltadas relativas ao funcionamento da Linguagem Natural para construção e uso de instrumentos de organização, representação, recuperação e comunicação das informações. Há que se observar que a produção e a recepção se realizam em diversos níveis: o foco não é só no que está dito e em quem disse, mas também naquele que trata a informação e a disponibiliza, em quem interage com o sistema em função de objetivos.

Considera-se importante a apropriação que a Linguística Documentária fez da Linguística no que se refere à contribuição de Hjelmslev. Ao propor ver o signo como união de forma e substância, o autor torna mais clara a noção de que, via forma, são expressos os recortes dos conteúdos. As ações, os sentimentos, as atitudes nas diversas culturas e sociedades têm suas diferenças apreendidas pelos elementos que compõem o plano de expressão e o plano de conteúdo. As formas e as substâncias de expressão carregam consigo as diversas formas e substâncias de conteúdo.

A linguagem associa-se à cultura, como resultado do trabalho seja coletivo ou não [...] sobre as substâncias da expressão e do conteúdo que nos leva a tê-la como um modo de vida social, reconhecendo-se nela os três fatores fundamentais do universo da cultura: o sujeito linguístico, o sistema de signos e o contexto (TÁLAMO e LARA, 2006, p.205-206).

Por meio de análise da linguagem, no que se refere à sua configuração e ao seu funcionamento enquanto instrumento de comunicação, a Linguística Documentária busca o entendimento e o desenvolvimento de conceitos como Documentação, Documento, Informação, Contexto, Discurso, Texto, Representação entre outros, para aplicá-los na elaboração e uso dos instrumentos e métodos de Organização da Informação, resultando na criação de conceitos como Leitura Documentária, Representação Documentária, Informação Documentária, Mensagem Documentária, Produtos Documentários, entre outros.

No que se refere à Documentação, foram mapeadas algumas características que García Gutierrez imprimiu ao conceito. Num primeiro momento, o autor descreve a Documentação como um conjunto de documentos, o qual ele caracteriza como dinâmico porque este conjunto está sempre sendo atualizado com a entrada de novas informações. Nesta perspectiva, o foco é mais operacional: como lidar com essas atualizações constantes na construção e uso dos instrumentos e métodos de organização da informação? Num sentido mais amplo, entendemos que García Gutiérrez concebe a Documentação como uma disciplina, cujo objetivo é auxiliar o desenvolvimento da ciência, a partir da criação de métodos e instrumentos para organização, representação e recuperação de documentos e informações. No que se refere à concepção desses métodos e instrumentos, uma das relações que ele faz que consideramos mais importantes é a identificada entre a Documentação, os elementos pragmáticos e o Contexto, quando afirma que ela gira em torno de uma interrogação e do uso, apresentando uma estrutura linguística e extralinguística. Assim, devemos olhar o que acontece na prática e integrar esses referenciais ao processo de representação com o objetivo de recuperar e comunicar informações, e não teorizar para modelizar a prática.

Entendemos por extralinguístico tudo o que serve à significação mas não está formalmente na linguagem, ou seja, aquilo que pragmaticamente contribui à significação. O extralinguístico relaciona-se ao contexto no qual a informação está inserida, bem como ao conhecimento do usuário para fazer interpretação e uso de uma informação. García Gutiérrez menciona que o extralinguístico não era estudado pela Documentação,

mas, citando Wittgenstein, afirma que o contexto determina forçosamente o significado de uma palavra, ou seja, o significado de uma palavra é esclarecido pelo uso.

Observa-se que o foco de García Gutiérrez volta-se ao trabalho da Documentação no universo científico, razão pela qual ele pesquisa e desenvolve instrumentos e métodos de representação voltados para esse tipo de informação.

Ao analisarmos o objeto da Linguística Documentária proposto pelo autor – a Estrutura da Documentação – entendemos o codificável e o decodificável como um fluxo, um movimento entre produtores e usuários da informação, o qual é mediado pelos processos e resultados da Organização da Informação, como a análise, a síntese, a representação e a recuperação da informação. O profissional da informação codifica a partir dos instrumentos e métodos do trabalho de organização, os quais resultam em representações, informações documentárias; o usuário decodifica a partir das informações documentárias, produtos documentários e mensagem documentária, segundo um processo de semiose documentária. Acrescentamos a essa discussão, a importância de se contemplar o profissional da informação na estrutura da Documentação, pois este também é usuário da informação em determinado momento do processo, está inserido num contexto, tem uma ideologia. Todos esses aspectos também influenciam os resultados da Organização da Informação, como apontou Lara (1993) ao analisar os critérios que devem ser levados em consideração para a realização da Análise Documentária.

As autoras Tálamo e Lara falam em Estrutura Simbólica da Documentação e sobre as questões linguísticas advindas da mediação necessária entre os produtores e os usuários de informação. Entendemos a inserção do adjetivo simbólico como a necessidade de se atentar não somente às formas de expressão, aos significantes na construção das linguagens e representações, mas principalmente às formas de conteúdo, aos significados. As representações devem ser construídas com base nos contextos, observando-se as culturas das quais elas fazem parte, para que possam estabelecer processos de significação e de comunicação.

Como um dos objetivos do nosso trabalho é verificar como o campo denomina e caracteriza os seus conceitos, destacamos o termo Atividade Documentária como equivalente ou relacionado à Organização da Informação. O conceito apresenta características epistemológicas e metodológicas, pois, como afirma Lara, “a Atividade Documentária é uma prática social” e essa relação com o social remete a reflexões sobre o que é documento, o que é informação, o que é documentação, o que é informatividade, seleção, critérios de relevância, entre outros. O aspecto metodológico refere-se às operações necessárias para realização de análise, síntese, representação e construção de linguagens documentárias, bem como ao modo de realizá-las.

Ao analisarmos o conceito de documento proposto por García Gutiérrez verificamos que ele ressalta a importância de sua elaboração pela Linguística Documentária, pois é partir da análise da constituição e função do documento que se obtêm elementos para construção e uso dos métodos de organização, representação e recuperação de informações. O autor o concebe como uma unidade discursiva e textual, discursiva do ponto de vista da relação entre produtor e consumidor da informação e textual do ponto de vista do analista.

Para Lara e Tálamo, na perspectiva da Linguística Documentária, o foco do documento faz ressaltar a unidade textual, pois o texto, considerado como um objeto acabado, é o que permite operacionalizar o trabalho da Documentação. Já o discurso é um objeto em construção (depende de leituras, contextos), o que dificultaria o mapeamento de possíveis interpretações. A nossa interpretação é que as autoras, ao inserir os métodos da Terminologia na construção das Linguagens Documentária, pleiteiam a recuperação (mesmo que indiretamente) daquilo que afirmam os discursos originais a partir dos quais se identifica a terminologia, aumentando assim as chances de se estabelecer comunicação mais consistente.

O entendimento do conceito de informação é fundamental para delimitar o campo. Na Ciência da Informação e na Linguística Documentária, o conceito apresenta no mínimo duas facetas, sendo que uma refere-se à informação produzida pelo autor, com uma mensagem, uma ideia a ser disseminada e a outra à informação já como resultado do

trabalho de Organização da Informação, que surge da Representação Documentária e se apresenta como Informação Documentária.

A definição de informação proposta por Tálamo e Lara (2006, p.206) no sentido do resultado da Organização da Informação como “algo intencionalmente construído a partir da análise da produção do conhecimento e dos objetivos institucionais de sua disseminação, como algo que se apresenta sob formas específicas e que se instaura uma relação comunicativa particular”, relaciona-se à construção e ao uso das Linguagens Documentárias pelo fato dela se propor a estabelecer um elo entre os produtores e usuários da informação, ou seja, ver a informação como uma construção é focar não somente no produtor, mas também no sujeito que usará a informação.

Também é importante para a Ciência da Informação e mais especificamente para Linguística Documentária, o entendimento dos conceitos de informação e conhecimento, bem como a relação entre ambos, pois frequentemente encontramos os termos Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Representação da Informação e Representação do Conhecimento. E como lidar com essas variações? A partir do entendimento da origem e fundamentação de cada conceito, pois nem sempre podem ser tomados como equivalentes, mas como denominações decorrentes de posicionamentos teóricos distintos. O que observamos é que na Linguística Documentária utilizam-se os termos Atividade Documentária e Organização da Informação devido às características do conceito de informação (informação como construção, o fato da informação poder circular enquanto mensagem), e à relação documento e informação trabalhada pelo campo. Isto posto, nos parece que a ideia é que o sujeitos se apropriam das informações para poder transformá-las em conhecimento. Já o termo Organização do Conhecimento é mais usado pela Análise de Domínio, conceito que será abordado no próximo capítulo.

Lara, em suas pesquisas mais recentes, busca o entendimento do conceito informatividade e relevância informacional a partir dos trabalhos de Capurro e Hjørland. Ao analisarmos os aspectos desses conceitos destacados pela autora, depreendemos que tanto a informatividade como a relevância informacional referem-se ao uso da informação, ao pragmático, às questões de emissão e recepção, pois ambos os grupos

usam a informação (as pessoas nas instituições e seus usuários. Lara (2009) aponta a relação entre informatividade e a função informativa do documento, o que nos faz conceber a informatividade como as possibilidades que um documento tem de informar, as quais são delimitadas de acordo com os objetivos da instituição e as necessidades dos usuários em relação às informações contidas nos documentos, e essa delimitação é o que caracterizamos como relevância informacional. Em nossa experiência profissional, observamos que os objetivos das instituições e as necessidades informacionais dos usuários colaboram para definir a informatividade e a relevância informacional dos documentos suscitando questões do tipo: o que armazenar, como armazenar, como organizar, como disseminar, como proteger (pois nem sempre as instituições querem tornar uma informação acessível, muitas vezes pela questão da vantagem competitiva).

Um outro conceito importante para a Linguística Documentária é o conceito de seleção, o qual aparece geralmente relacionado à Análise Documentária e à construção das Linguagens Documentárias. Observamos que ele está presente em todas as fases da organização da informação, desde a seleção dos documentos que irão compor o sistema de informação, das informações que serão enaltecidas, selecionadas nos documentos, dos termos que representarão os documentos, dos termos e conceitos que constituirão a linguagem para organização e recuperação, ou seja, são sucessivas escolhas encadeadas que contribuem para a produção, oferta e seleção de sentido, conforme podemos ver em Lara (2009).

Para que se possa avaliar a informatividade, a relevância informacional e para realizar as sucessivas escolhas, entra em cena o contexto, que na perspectiva da Linguística Documentária, num nível mais amplo, também relaciona-se às questões de uso, emissão e recepção das informações e num nível mais específico, metodológico, ao uso da linguagem na organização da informação, como podemos ver em García Gutiérrez quando ele cita Wittgenstein que diz que o “significado de uma palavra é esclarecido pelo uso”. Nesse sentido, entendemos que o contexto deve ser analisado, mapeado para realização dos processos da Análise Documentária bem como para construção das Linguagens Documentárias. Nessa perspectiva, Kobashi e Fernandes

apresentam tipos de contextos com base em Armengaud para colaborar na sistematização das operações que envolvem a **OI**.

García Gutierrez caracteriza o resultado da Análise Documentária como uma síntese contextual composta de enunciados que propõem a estrutura cognitiva do autor, ou seja, não se trata simplesmente de extrair as palavras que mais aparecem no documento, como fazem os sistemas automatizados de indexação, e sim de tentar formular uma proposta de significação a partir daquilo que o autor quis comunicar. Em nossa opinião, falta aqui mencionar com maior ênfase o papel do usuário nessa estruturação, muito embora ele afirme que a estrutura da Documentação, como objeto da Linguística Documentária, se relaciona simultaneamente à estrutura cognitiva do produtor e a interpretativa do consumidor. De fato, a construção da informação documentária visa informar e tornar o usuário informado.

Ao analisarmos a trajetória do campo, verificamos que os autores brasileiros preocuparam-se em fundamentar os processos e resultados da Análise Documentária com o desenvolvimento de conceitos de Leitura Documentária, Informação Documentária e Produtos Documentários. A configuração das Linguagens Documentárias é relacionada ao signo documentário e os resultados da utilização das Linguagens Documentárias, com os conceitos de semiose documentária, mensagem documentária e comunicação documentária. Destaca-se que esses conceitos constituem apropriações, na perspectiva da Ciência da Informação, de contribuições da Linguística, da Comunicação e da Semiótica, entre outras.

Julgamos relevante analisar conjuntamente algumas características dos conceitos signo documentário, informação documentária, mensagens documentárias e produtos documentários, pois a princípio são termos diferentes para falar dos mesmos objetos. Em primeiro lugar todos são informação documentária, porque informação documentária refere-se à informação que passou por tratamento. O signo documentário é o descritor no interior da linguagem documentária. A mensagem documentária também é informação documentária, porém são os descritores utilizados no momento de compor uma sintaxe para formular uma busca, e os produtos documentários são o

resultado da organização da informação, da atividade documentária, como os resumos, os índices, a linguagem documentária no todo. Diante disso, depreendemos que esses termos referem-se à informação documentária em vários momentos do processo de organização da informação, ou ainda, como se os conceitos traduzissem o caminho que a informação percorre para ser tratada. Cada termo, no entanto, procura destacar um aspecto dentro do processo informacional.

Ao analisarmos as características e as funções da Análise Documentária e da Linguagem Documentária, entendemos que o método **(AD)** e o instrumento **(Id)** têm como objetivo oferecer produtos que facilitem a comunicação entre produtores e usuários da informação, por meio da busca por significação e não por coincidência de formas, que seria normalização pura e simples de descrições.

Nesse sentido, o fato das Linguagens Documentárias serem construídas com elementos da Linguagem Natural, e esta por sua vez, ser um sistema modelizante e modelizável, faz com a Linguagem Documentária também tenha a funcionalidade de modelizar a partir das representações que são feitas para caracterizar as informações dos documentos. A Linguagem Documentária também se torna modelizável no momento em que passa por atualizações, as quais são feitas a partir do uso, conforme podemos ver em Lopes quando ele caracteriza os signos na Linguagem Natural.

Os signos são suportes exteriores e materiais da comunicação entre as pessoas e, por outro lado, são o meio pelo qual se exprime a relação entre o homem e o mundo que o cerca. A organização social dessas mediações atribui às linguagens a função de sistemas modelizantes. A língua natural carrega consigo os valores de uma sociedade; um indivíduo ao aprender uma língua assimila também a ideologia do grupo, ou seja, através de uma língua se obtém um modelo de mundo (LOPES, 1977, p. 16).

Dessa forma, a Semiótica contribui para análise dos aspectos pragmáticos na elaboração e uso dos instrumentos e métodos de Organização da Informação ao inserir as questões de representação, interpretação e de contexto na concepção do signo. Tal perspectiva contempla um conceito de informação como construção, que inclui a possibilidade de interpretação da mensagem.

A Terminologia, por sua vez, contribui para que as Linguagens Documentárias cumpram mais efetivamente sua função de comunicar informação, seja via método com a utilização das noções de sistema de conceitos, termo, definição, domínio, conceito ou observação dos pontos de vistas das áreas de especialidade ou de atividade que possibilitam maiores condições de interpretação.

Uma outra questão importante na Linguística Documentária é o fato de que os sujeitos são vistos e analisados dentro dos grupos. A **LD** não se propõe a trabalhar instrumentos e métodos de Organização com base nos indivíduos isolados.

Para finalizar, o que consideramos importante reiterar, é que o trabalho de Organização da Informação, na perspectiva da Linguística Documentária, envolve escolhas, ou seja, de seleção de perspectivas a formulação de hipóteses de organização a partir de critérios explícitos, os quais devem ser construídos observando-se os contextos dos quais fazem parte, sendo que o contexto, dentro da abordagem, é caracterizado pelos objetivos da instituição, as necessidades dos usuários e a linguagem de especialidade.

Para construir o capítulo referente à Análise de Domínio tomamos como ponto de partida a definição inicial do artigo de Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*, na qual os autores destacam a necessidade de entender informação no contexto dos domínios do conhecimento e das comunidades discursivas. Isto posto, optamos por começar com a apresentação do posicionamento dos autores em relação a esses conceitos, juntamente com os conceitos de Critérios de Relevância, Disciplina, Especialidade, Profissões, etc. por entendermos que essas noções são o ponto central da Análise de Domínio.

No que concerne à fundamentação teórica, ressaltamos o papel do Cognitivismo e da Psicologia Social na Análise de Domínio, já que os autores assim o fizeram. Optamos por destacar o papel da linguagem na Análise de Domínio por considerarmos a linguagem o principal instrumento de organização da informação.

Na seção referente à Organização do Conhecimento, descrevemos os objetivos e funções da OC proposta pelos autores, bem como os conceitos subjacentes, as análises que os autores fazem das principais abordagens de Organização do Conhecimento, os métodos da OC, para finalizar com as reflexões sobre a abordagem.

Assim como no capítulo referente à Linguística Documentária, também optamos por apresentar primeiramente o posicionamento dos autores em relação à abordagem para depois expor nossas reflexões.

Reiteramos que todos os textos em língua estrangeira são tradução livre da autora.

¹² As expressões Paradigma Analítico de Domínio e Análise de Domínio foram usadas como sinônimos porque Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen assim as tratam.

4.1 Análise de Domínio: objetivos, funções, teorias, instrumentos e métodos

A Análise de Domínio tem seus primeiros desenvolvimentos em 1990. No ano de 1995, Birger Hjørland e Hanne Albrechtsen publicaram um artigo denominado *Toward a new horizon in information science: domain-analysis*, o qual é considerado um marco para abordagem. Nesse artigo, os autores apresentam a Análise de Domínio como um novo paradigma em Ciência da Informação, cujo objetivo é entender informação, no contexto da Ciência da Informação, por meio da compreensão dos Domínios do Conhecimento, como podemos observar na citação abaixo:

O melhor caminho para entender informação em Ciência da Informação na perspectiva do paradigma analítico de domínio é estudar os domínios do conhecimento como reflexão, ou comunidades discursivas, que são partes da divisão social do trabalho. Organização do Conhecimento, estrutura, padrões de cooperação, formas de linguagem e comunicação, sistemas de informação, e critérios de relevância são reflexões do objeto de trabalho dessas comunidades e suas regras na sociedade. A psicologia dos indivíduos, conhecimento, necessidades de informação, critérios de relevância devem ser vistos nesta perspectiva (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 400).

Hjørland e Albrechtsen concebem o paradigma analítico de domínio como um paradigma social, cujas bases teóricas estão na Psicologia Social, na Sociolinguística, na Sociologia do Conhecimento e na Sociologia da Ciência. Os autores destacam o caráter funcionalista do paradigma analítico de domínio, cujo objetivo é entender as funções implícitas e explícitas da informação e comunicação, bem como rastrear os mecanismos subjacentes do comportamento informacional a partir desta reflexão. A abordagem também é classificada pelos autores como filosófica-realista, porque segundo eles, tenta encontrar as bases para Ciência da Informação em fatores que são externos às percepções subjetivas e individualistas dos usuários, ao contrário dos paradigmas cognitivista e comportamental (1995, p. 400).

Todavia, os autores destacam que a abordagem analítica de domínio reconhece que os domínios do discurso compreendem atores com suas visões de mundo, estrutura do conhecimento pessoal, tendências, critérios subjetivos de relevância, estilos cognitivos particulares, etc. [...]: “há uma interação entre estruturas de domínio e conhecimento individual e entre o indivíduo e o nível social” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 409).

No que se refere aos **Domínios do Conhecimento**, Hjørland e Albrechtsen buscam nas pesquisas educacionais o trabalho de Alexander¹³ (1992) que discute o conceito de domínio do conhecimento. Segundo Alexander, disciplina e domínio não são sinônimos. Na visão dela, a disciplina tem três elementos: um domínio, um conjunto de regras ou generalizações, e uma história. Ela afirma que o oposto da visão de domínio específico é denominada visão estratégica.

Hjørland e Albrechtsen preferem falar em estratégias de domínio geral e estratégias de domínio específico. Eles ressaltam que a terminologia de Alexander parece implicar que a visão de domínio específico é oposta a uma estratégia, ideia que os autores não compartilham (ALEXANDER, 1992 citada por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995).

Hjørland mantém três glossários na web, sobre Ciência da Informação, de Organização do Conhecimento e um Epistemológico, os quais são chamados de “*lifeboat*”. No *lifeboat* sobre Ciência da Informação, Hjørland destaca que o conceito de **domínio do conhecimento**¹⁴, ou **domínio específico do conhecimento**, foi desenvolvido no campo da Inteligência Artificial, dos sistemas especialistas e das ciências cognitivas. Ele afirma que nesses campos a introdução do domínio do conhecimento representa uma mudança de paradigma se comparada ao pensamento em algoritmos universais e formas de inteligência global. Hjørland destaca que na psicologia, a visão de inteligência humana de Jean Piaget, que

¹³ Alexander, P. A. Domain knowledge: evolving themes and emerging concerns. **Educational Psychologist**, v.27, n.1, p. 33-51, 1992.

¹⁴ Hjørland, B. **Domain knowledge**. In: Core Concepts in Library and Information Science (LIS). Disponível em: http://www.iva.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20z/discourse_community.htm. Acesso em: jan. 2009.

sugere quatro estágios de desenvolvimento, foi dominante até 1980. Depois disso, tornou-se mais comum pensar em inteligência com base em conhecimento em domínios específicos (HJØRLAND, 2006).

Para ampliarmos a compreensão do conceito de **domínio**, recorremos ao trabalho de Jens Erick Mai, pesquisador da Universidade de Toronto, que utiliza a Análise de Domínio para desenvolver metodologias de indexação. Ele ressalta o fato de Hjørland e Albrechtsen não apresentarem um conceito fechado de domínio. Nesse sentido ele afirma:

Domínio é um conceito aberto e em crescimento que se desenvolverá como conceito sendo usado e aplicado na pesquisa e prática. Neste *paper* o conceito é usado para referir-se a um grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns, como por exemplo, uma área de *expertise*, um campo da literatura, ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa organização. Este uso da noção de domínio centrado na atividade ajuda a determinar o contexto na tarefa de indexação (MAI, 2005, p. 605).

Outro conceito importante para a compreensão da Análise de Domínio é o de **Comunidade Discursiva**. Hjørland e Albrechtsen (1995) não chegam a definir Comunidade Discursiva, só afirmando que elas constituem partes da divisão social do trabalho. Nesse mesmo artigo alguém pergunta a eles o que é comunidade discursiva e eles respondem:

Não é nosso trabalho dar uma definição final de um conceito como comunidade discursiva. A CI deveria relacionar [o conceito] a outras definições feitas em outras ciências, ex: a linguística. [...] alguns pesquisadores usam esse conceito de uma maneira, e fazem estudos empíricos a partir de determinada definição. Outros cientistas criticam o conceito por ter consequências infrutíferas e propõem uma nova definição, etc. (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 421).

Em seu *lifeboat*, Hjørland (2006) apresenta algumas características de comunidades discursivas propostas por Swales¹⁵ (1990) conforme abaixo:

- Apresenta um amplo conjunto de metas de um público com objetivos comuns;
- Apresenta mecanismos de comunicação entre seus membros;
- Usa mecanismos de participação principalmente para fornecer informações e *feedback*;
- Utiliza e, portanto, possui, um ou mais gêneros no discurso comunicativo de seus objetivos;
- Adquiriu alguns léxicos específicos (terminologia especializada, acrônimos);
- Apresenta um nível mínimo de membros, com um grau adequado de conteúdo relevante e *expertise* discursiva;
- Comunidades de prática, comunidade de falantes, comunidade epistêmica, comunidade intelectual, pensamento coletivo podem ser considerados conceitos sinônimos próximos (SWALES, 1990 citado por HJØRLAND, 2006).

Hjørland afirma que o termo ‘pensamento coletivo’ foi introduzido por Ludwing Fleck, que para muitos parece ser o precursor de Thomas Kuhn. O autor afirma que a teoria de Fleck é interessante do ponto de vista da Ciência da Informação porque considera o papel de diferentes tipos de documentos, assim como a interação entre a comunidade científica e a sociedade geral (HJØRLAND, 2006).

Também ressalta que termos como comunidade discursiva, comunidade epistêmica, comunidade intelectual e pensamento coletivo estão crescendo e sendo usados na literatura juntamente com os termos "disciplina" e "especialidades". O autor pontua que eles são termos que enfatizam o desenvolvimento de linguagens comuns e gêneros. “A comunidade discursiva é uma entidade menos formal do que uma disciplina; é mais uma unidade determinada pelo seu grau real de comunicação. No entanto, a terminologia não é bem definida ou prevista” (HJØRLAND, 2007).

¹⁵ Hjørland, B. **Discourse community**. In: Core Concepts in Library and Information Science (LIS). http://www.iva.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/discourse_community.htm. Acesso em: Março: 2010.

Com o objetivo de compreender o funcionamento dos domínios de conhecimento e das comunidades discursivas, Hjørland e Albrechtsen pesquisam sobre comunicação nas especialidades, por meio do trabalho de Wilson (1993), conforme segue:

[...] nós temos que colocar o problema de comunicação entre especialidades, em vez de entre indivíduos. Esta abordagem [...] não se preocupa em como um indivíduo é afetado, mas como a especialidade como um todo é afetada [...]; é o grupo como um todo que tem ser convencido de que a informação tem uma lógica apropriada ou qualidades de prova. Nossa hipótese de eficiência relaciona-se à adequação da situação cognitiva de cada indivíduo em uma especialidade de informação. A abordagem realística para eficiência em comunicação deve esperar uma grande variação de indivíduos [...]. Mas o atraso de um indivíduo em encontrar informação pode ser completamente sem importância para a situação coletiva; isso pode não significar diferença [...] (WILSON¹⁶, 1993, p. 379-380 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 401).

Hjørland e Albrechtsen também citam os trabalhos de Amba e Lyer sobre as necessidades de informação dos cientistas, que por sua vez citam Motes (1962) que afirma que “o tipo da área temática determina o tipo de necessidade”. (Ambar e Lyer¹⁷, 1992, p.98 citado por Hjørland e Albrechtsen, 1995, p. 401). Hjørland e Albrechtsen se referem ao trabalho de Taylor de 1991 sobre os Ambientes de Uso de Informação, porém sem ampliar a discussão e apresentar conceitos para Ambientes de Uso de Informação.

A relação entre a comunicação do conhecimento e os critérios de relevância é importante para construção do paradigma Analítico de Domínio, como observamos na definição inicial que caracteriza a abordagem. Nesse sentido, Hjørland e Albrechtsen destacam a pesquisa de Saracevic¹⁸, de 1975, sobre relevância da literatura do assunto e relevância do conhecimento do assunto. Saracevic ressalta

¹⁶ Wilson, P. Communication efficiency in research and development. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 44, p. 376-382, 1993..

¹⁷ Amba, S., & Lyer, H. Contextual information needs: retrieval techniques and the research process. In A. Neelamegham (Ed.). **Cognitive paradigms in knowledge organisation**. Second international ISKO conference (pp. 95-107). Madras: Sarada Ranganathan Endowment for Library Science, 1992.

¹⁸ Saracevic, T. Relevance: a review of and a framework for the thinking on the notion in information science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.26, p. 321-343, 1975.

que a relevância da literatura do assunto e a relevância do conhecimento são relacionadas, mas não são o mesmo. A relevância da literatura do assunto está ligada aos sistemas de recuperação de informações que possibilita a comunicação do conhecimento e a relevância do conhecimento do assunto relaciona-se à interpretação e à apropriação do conteúdo de determinada área.

Hjørland e Albrechtsen também analisam o papel da relevância na recuperação da informação a partir dos trabalhos de Froehlich, que relaciona a relevância no uso da linguagem comum aos resultados e à eficácia dos sistemas de informação. Froehlich aponta que nos sistemas de informação de um determinado domínio que se propõe a realizar um conjunto de tarefas, o uso da relevância na linguagem comum pode orientar os usuários a fazerem julgamentos relevantes. O autor também salienta que o que deve ficar claro nesse contexto são os esquemas interpretativos e os tipos de critérios utilizados (FROEHLICH¹⁹, 1994, p. 132 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 402).

Hjørland também discute que as questões epistemológicas relativas relevância²⁰ são relacionadas à questão da subjetividade e da objetividade.

As pessoas podem acreditar que alho cura o cancer. Tais crenças subjetivas podem ser mais ou menos bem fundamentadas. Na ciência médica a prática normal é fazer experimentos para decidir tais questões (para não perguntar aos pacientes no que eles acreditam). [...] Diferentes teorias (e paradigmas) implicam diferentes critérios para o que é considerado relevante (cf., Hjørland, 2002). (HJØRLAND, 2010).

¹⁹ Froehlich, T. J. Relevance reconsidered-Towards an agenda for the 21st century: Introduction to special topic issue on relevance research. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, p. 124-134, 1994.

²⁰ Hjørland, B, Nicolaisen J. **Relevance**. In: The epistemological lifeboat. Disponível em: <http://www.iva.dk/jni/lifeboat/info.asp?subjectid=114>. Acesso em: fev. 2010.

Os conceitos de **Disciplina, Comunidades Científicas, Especialidades, Especialização, Profissões e Contexto** também contribuem para a compreensão do conceito de domínio e, conseqüentemente, para o entendimento da Análise de Domínio. Isto posto, transcrevemos abaixo as características, contextos e ideias desses conceitos propostos por Hjørland.

Disciplina²¹

“O termo **disciplina** refere-se a unidades organizacionais nos programas de educação (por ex. nas escolas) e a unidades organizacionais em produção do conhecimento. O termo disciplina foi herdado do vocabulário do século XIX e é entendido como um ramo de instrução para transmissão do conhecimento e como um mapa conveniente da administração acadêmica” (DOGAN²², 2001, p. 14851 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

“A **disciplina** científica, como a principal unidade de diferenciação interna da ciência, é uma invenção da sociedade do século XIX. Existe uma longa pré-história semântica da disciplina como um termo utilizado para a ordenação do conhecimento para fins de instrução nas escolas e universidades. Mas só o século XIX estabeleceu sistemas reais de comunicação disciplinar. Desde então, a disciplina tem funcionado como uma unidade de formação de estrutura no sistema social da ciência, nos sistemas de ensino superior, como um assunto de domínio de ensino e aprendizagem nas escolas e, finalmente, como a designação de papéis ocupacionais e profissionais” (STICHWEH²³, 2001, p. 13727 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

“Pierce (1991) descreve **disciplinas** como organizações sociais que desenvolvem normas e critérios para o que conta como conhecimento oficial. **Disciplinas** são lugares de batalha, que concorrem com outras **disciplinas** sobre seus limites e criam sociedades que excluem os não-membros. “Em certa medida, a exclusão daqueles sem formação universitária na **disciplina** assemelha-se à profissionalização de um campo aplicado. Existem, no entanto, diferenças importantes entre a profissionalização e a exclusão de amadores em uma **disciplina** acadêmica. Profissões procuram limitar o desempenho de determinados tipos de trabalho de seus próprios membros; **disciplinas** são contribuições legítimas de corpos de conhecimento” (PIERCE²⁴, 1991, p. 26 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

²¹ Hjørland, B. **Disciplines, specialties, professions and discourses in knowledge organization (KO)**. In: Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/disciplines_in_knowledge_organiz.htm.

²² Dogan, M. .Specialization and recombination of specialties in the social sciences. In: Smelser, N. J. & Baltes (eds). **International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences**. Pergamon:Elsevier Science, 2001, p.14851-14855.

²³ Stichweh, R. Scientific disciplines, history of. IN: Smelser, N. J. & Baltes, P. B. (eds.). *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences*. Oxford: Elsevier Science, 2001, p. 13727-13731.

²⁴ Pierce, S. J. Subject areas, disciplines and the concept of authority. *LISR [Library and Information Science Research]*, v. 13, 21-35, 1991.

“Talvez os profissionais da informação devam ser mais críticos em relação ao próprio conceito de autoridade. A autoridade só é legítima dentro dos limites da comunidade na qual se baseia. Muitas questões pertencem a áreas reivindicadas pelas **disciplinas** concorrentes, e algumas a áreas além dos limites reconhecidos nas comunidades disciplinares. Mesmo quando somos capazes de localizar fontes confiáveis para responder às perguntas, elas tendem a ser menos seguras do que parecem, e maior autoridade não é garantia de qualidade. A autoridade diz apenas que os criadores da fonte têm qualificações e afiliações institucionais que correspondem às expectativas de uma dada comunidade disciplinar, não que a fonte é infalível, nem mesmo que a sua comunidade disciplinar é o melhor para buscar as informações solicitadas” (PIERCE, 1991, p. 31 citado por HJØRLAND, 2007).

Comunidades Científicas²⁵

“As **comunidades científicas** são sistemas de comunicação. Neste contexto, o surgimento da disciplina científica é equivalente à invenção de novas formas de comunicação específicas das comunidades disciplinares. Na origem, pode-se pensar nas novas formas de publicações científicas. No século XVIII, existiram várias formas de publicação, no entanto, não foram totalmente especializadas” (STICHWEH, 2001, p. 13728 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

Especialidades²⁶

“Dogan apresenta a visão de que as disciplinas não são mais as unidades mais importantes da comunicação científica. Ele coloca que atualmente, nenhuma pessoa em disciplinas como Sociologia, pode dominar o conhecimento de toda a disciplina. Cada disciplina formal torna-se gradualmente desconhecida na sua totalidade. O processo de especialização tende a separar as atividades que anteriormente eram unidas, bem como os estudiosos pertencentes à mesma disciplina formal, mas que estão interessados em diferentes áreas” (DOGAN, 2001, p. 14851 citado por HJØRLAND, 2007).

“Na Sociologia da Ciência, o termo disciplina é definido como «um conjunto de **especialidades**” (CRANE e PEQUENAS EMPRESAS, 1992, p. 198 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

“Há mais comunicação entre as **especialidades** pertencentes a diferentes disciplinas do que entre as **especialidades** dentro da mesma disciplina” (DOGAN, 2001, p. 14852 citado por HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

“A proliferação de revistas científicas relaciona-se à proliferação das comunidades, porque as novas comunidades desejam criar seus próprios periódicos (Price, 1965 citado por Hjørland, 2007). Periódicos novos estão organizados dentro das estruturas existentes, mas [...] na medida em que novos campos de ciência e tecnologia se estabelecem, as já existentes se reorganizam” (VAN DEN BESSELAAR & LEYDESDORFF²⁷, 1996, LEYDESDORFF, 2006, p. 601 citado por HJØRLAND, 2007).

²⁵ Hjørland, B. **Disciplines, specialties, professions and discourses in knowledge organization (KO). In:** Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/disciplines_in_knowledge_organiz.htm.

²⁶ Hjørland, B., op. cit.

²⁷ Van den Besselaar, P., & Leydesdorff, L. Mapping change in scientific specialties: a scientometric reconstruction of the development of artificial intelligence. **Journal of the American Society for Information Science**, 47, 415-436, 1996.

Especialização²⁸

“A **especialização** é em primeiro lugar, a orientação intelectual. Depende de uma decisão para se concentrar em uma área relativamente pequena da atividade científica e, como é o caso de tal decisão, é preciso um contexto social de apoio, isto é, outras pessoas tomarem a mesma decisão. Essas decisões são raras por volta de 1750, quando as orientações enciclopédicas dominaram entre os cientistas profissionais e amadores, mas elas ganharam destaque nas últimas décadas do século XVIII. Em segundo lugar, as **especializações** constituem pontos de diferenciação para o sistema educacional, que é praticamente o único lugar onde essas funções especializadas podem ser institucionalizadas como papéis ocupacionais. Disso resulta um acoplamento das estruturas emergentes disciplinares da ciência e das funções das estruturas das instituições de ensino superior” (STICHWEH, 2001, p. 13728 citado por HJØRLAND, 2007).

Profissões²⁹

“**Profissões** são parte da divisão social do trabalho na sociedade, e uma maneira de estudar a organização social do conhecimento é o estudo da natureza e da estrutura da divisão do trabalho. O estudo das profissões é uma especialidade dentro das Ciências Sociais. O desenvolvimento das linguagens de especialidades está relacionado ao desenvolvimento de ambas: as disciplinas e as profissões” (HJØRLAND, 2007, grifo nosso).

Contexto

Classificação de **contexto** por Talja, Keso, and Pietilainen³⁰ (1999, p. 752) citados por Mai (2005, p. 605, grifo nosso):

“Abordagem objetivada: **contexto** é evocado e descrito. O estudo do **contexto** deve ser abordado como algo que possa ser captado, descrito e concretizado a fim de se obter seu controle em determinadas situações”

“Abordagem interpretativa: o **contexto** não é entendido como uma entidade independente, mas como um portador de significado. **Contexto** pode ser visto como algo que envolve um dado fenômeno e um dado significado para aquele fenômeno. Nesse sentido, o **contexto** não é um conjunto de entidades que podem ser identificadas e representadas, mas é uma medida para aquelas noções intangíveis que criam significado e entendimento”.

Como vimos, os conceitos de domínio, disciplina, especialidade e profissões possuem características em comum, são relacionados, mas não são sinônimos. Na perspectiva da pesquisa de Hjørland, o conceito de disciplina tem origem na educação e o conceito de domínio na inteligência artificial. Dessa forma, para ele a noção de disciplina está mais ligada ao conhecimento científico, às fundamentações

²⁸ Hjørland, B. **Disciplines, specialties, professions and discourses in knowledge organization (KO). In:** Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/disciplines_in_knowledge_organiz.htm.

²⁹ Hjørland, B., op. cit.

³⁰ Talja, S., Keso, H., & Pietilainen, T. The production of context in information seeking research: a metatheoretical view. **Information Processing and Management**, v. 35, p. 751–763, 1999.

teóricas; já a noção de domínio refere-se ao relacionamento entre o conhecimento científico e as aplicações práticas. Em relação ao conceito de contexto, este remete à localização dos sujeitos e dos lugares na produção e uso do conhecimento.

Após apresentarmos características, ideias e contextos de Domínios do Conhecimento, Comunidades Discursivas, Comunicação nas Especialidades, Necessidades de Informação, critérios de relevância, Disciplinas, Especialidades, Especialização, Comunidades Científicas e Profissões, vejamos como Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2008) constroem a relação Cognitivismo e Análise de Domínio.

4.2 A Análise de Domínio e o Cognitivismo

A Análise de Domínio é considerada por Hjørland e Albrechtsen uma alternativa ao Cognitivismo na Ciência da Informação, por isso eles vão buscar na Psicologia Social e na Sociologia do Conhecimento e da Ciência as bases para a formação da abordagem adotada.

Quando defendemos os estudos de domínio como uma nova abordagem em CI, nós estamos sugerindo uma integração teórica de duas linhas de pesquisa [...]: estudos cognitivos e estudos bibliométricos, que temos rotulado como precursores dos estudos de domínio. Esta integração é parcialmente alcançada pela mudança das teorias sobre cognição. Neste caminho, a Análise de Domínio constrói teorias de cognição mais sociocultural, pragmática e realista, o que representa uma teoria alternativa ao fenômeno cognitivo, e a esse respeito, a Análise de Domínio e o Cognitivismo não são pontos complementares da visão, mas dois pontos de vista teóricos mutuamente excludentes (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 413).

Nesse sentido, os autores se apoiam nos trabalhos de Vygotsky para o desenvolvimento de uma Psicologia Social. Com essa pesquisa, eles verificam que Vygotsky foi precedido pelo filósofo John Dewey, que se preocupou em descrever o modo como as relações socioeconômicas influenciam a conduta dos sujeitos.

Ocupações determinam os modos fundamentais da atividade, e por isso controlam a formação e os hábitos. As ocupações determinam os modelos principais de satisfação, os padrões de sucesso e fracasso. Por isso, elas fornecem as classificações de trabalho e definições de valor [...]. Além disso, elas decidem as relações que são importantes, e assim oferecem o conteúdo ou material de atenção e as qualidades que são significativas. [...] (DEWEY, 1902³¹, p.219-220 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p.405).

³¹ Dewey, J. Interpretation of savage mind. *The Psychological Review*, v. 9, p. 217-230, 1902.

Hjørland e Albrechtsen (1995) também se reportam aos trabalhos do psicólogo J.S. Bruner e do linguista Noam Chomsky (1956-1957) relacionados ao 'inatismo', à classificação da mente humana como um computador e à linguística como parte da psicologia. Ressaltam que esta forma de cognitivismo tornou-se cada vez menos rígida, passando dos estudos de estados mentais dos indivíduos de modo isolado para enxergá-los na dependência dos contextos socioculturais

Os autores destacam que o foco no funcionamento cognitivo do domínio específico representa uma tendência atual muito forte, contrastando com um longo período em que a mente humana era percebida como uma calculadora universal. "Hoje a cognição humana é vista muito mais como domínio específico do que os fundadores das ciências cognitivas imaginaram" (HJØRLAND e ALBRECHTSEN , 1995, p. 405).

Para ilustrar essa mudança de paradigma, os autores recorrem à pesquisa de Gigerenzer e Hug sobre formas de raciocínio. Com base na pesquisa sobre tarefa de seleção produzida por Peter Wason (1966), Gigerenzer e Hug apontam que o raciocínio é guiado pelo conteúdo da tarefa, em vez de ser guiado pela estrutura formal. Gigerenzer e Hug também discutem a relação entre estrutura e conteúdo, informação relevante e informação irrelevante (GIGERENZER e HUG³², 1992, p. 128 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, p. 406).

[...] Informação relevante corresponde aos problemas de estrutura. Informação irrelevante ao conteúdo sem importância. Todavia, diferentes teorias fazem diferentes divisões. O ponto central é que não há uma simples e única linha de divisão entre estrutura e conteúdo ou entre informação relevante e irrelevante para o raciocínio lógico. [...] (GIGERENZER e HUG, 1992, p. 168-169 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 406).

³² Gigerenzer, G.; Klaus, H. Domain-specific reasoning: social contracts, cheating, and perspective change. *Cognition*, 43(2), 127-171, 1992..

Hjørland e Albrechtsen (1995) sintetizam as diferenças entre o Cognitivismo e Domínio Específico, conforme tabela abaixo:

Cognitivismo	Domínio Específico
A prioridade é dada ao entendimento das necessidades dos usuários isolados e as análises intrapsicológicas. A intermediação entre produtores e usuários enfatiza o entendimento psicológico.	A prioridade é dada ao entendimento das necessidades dos usuários numa perspectiva social e nas funções dos sistemas de informação nos negócios ou nas disciplinas.
O foco é o usuário. Normalmente o contexto disciplinar é parte da estrutura cognitiva do indivíduo.	Foco em nenhum domínio do conhecimento ou estudo comparativo de diferentes domínios do conhecimento. Olha o usuário no contexto da disciplina.
Inspirado principalmente na Inteligência Artificial e na psicologia cognitiva.	Inspirado principalmente no conhecimento sobre estruturas de informação em domínios, na Sociologia do Conhecimento e na Teoria do Conhecimento (estudo das ciências).
A teoria psicológica enfatiza a função das estratégias cognitivas na performance.	A teoria psicológica enfatiza a interação entre atitudes, estratégias e conhecimento na performance cognitiva.
Conceitos centrais são os de estrutura individual do conhecimento, processamento individual da informação, memória a curto e longo prazo, classificação categorial x situacional.	Conceitos centrais são: comunicação profissional e científica, documentos (incluindo bibliografias), disciplinas, assuntos, estruturas de informação, paradigmas, etc.
Metodologia caracterizada pela abordagem individualista (individualismo metodológico).	Metodologia caracterizada pela abordagem coletivista: (o coletivismo metodológico).
Melhor exemplo de aplicação: interface de usuários (lado externo do sistema de informação).	Melhor exemplo de aplicação: representação/classificação de assunto (lado interno do sistema de informação).
Teoria implícita do conhecimento: principalmente positivista e racionalista; tendências para a Hermenêutica.	Teoria do conhecimento: realismo científico, formas de construtivismo social com tendências para Hermenêutica.
Posição ontológica implícita: idealismo subjetivo.	Posição ontológica: realismo

Quadro 1: Algumas diferenças entre cognitivismo e ponto de vista domínio específico (HJØRLAND e ALBRECHTSEN , 1995, p. 412).

Como vimos, Hjørland e Albrechtsen vêem o cognitivismo como precursor da Análise de Domínio. Porém, os autores buscam um cognitivismo que considera a relação entre o indivíduo e o grupo e que concebe as ações coletivas como fundamentais para determinar a forma como as pessoas pensam e agem, diferente do Cognitivismo mais tradicional, cujo objeto é a observação do indivíduo nas diferentes facetas do cotidiano.

Nesse sentido, Hjørland e Albrechtsen (1995) ressaltam que a visão de domínio específico que eles defendem é mais ligada ao pragmatismo americano e ao funcionalismo do começo do século XX do que às abordagens positivistas e racionalistas baseadas no behaviorismo e cognitivismo.

A seguir, passaremos a expor as questões de linguagem na perspectiva da Análise de Domínio, às quais consideramos fundamentais para Organização da Informação e do Conhecimento.

4.3 O Papel da Linguagem na Análise de Domínio

Hjørland destaca que entender a relação entre a Linguística e a CI é entender que ambos os campos são influenciados por mudanças de visões epistemológicas e tentativas de estabelecer relações interdisciplinares. Segundo o autor, a “Epistemologia é o caminho para entender ambos os campos e a Pragmática é o caminho para analisar a Linguística na Ciência da Informação” (HJØRLAND, 2008, p. 99).

Hjørland e Albrechtsen (1995) analisam a linguística sob a perspectiva da psicologia caracterizando-a como um processo cognitivo, o qual deve ser visto no quadro do desenvolvimento sociocultural.

Sobre o Estruturalismo, eles afirmam que a posição estruturalista foi muito atraente aos linguistas, porque ela poderia isolar o sistema da linguagem de outros fenômenos sociocognitivos, tornando-a, desse modo, uma disciplina mais forte e mais independente. “Ela também foi atrativa porque pressupunha contribuições à inteligência artificial, como uma teoria formal do conteúdo-independente” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 407).

Hjørland (2008, p. 98) ressalta que o ponto de vista dominante na linguística do início da década de 90 em diante, em particular nos EUA (ex: Noam Chomsky com a escola da gramática gerativa), não tem tido o valor esperado em relação ao processamento da linguagem natural. O autor também destaca que na fundamentação teórica e técnica (como escrever regras em forma de algoritmos) existem importantes similaridades entre gramática gerativa e processamento de dados eletrônico.

Na prática, parece que a linguagem natural ainda depende das tradicionais categorias da gramática e dicionários elaborados tradicionalmente. Isto demonstra, em minha opinião, que os problemas relacionados à automação de texto em oposição aos problemas relacionados à automação matemática da computação são fundamentais e não podem ser eliminados apenas por versões de computador orientadas da linguística (HJØRLAND, 2008, p. 98).

Hjørland e Albrechtsen relacionam o papel social da linguagem à Organização do Conhecimento citando Rowley, cujas pesquisas são desenvolvidas na área da Arquitetura da Informação e Winograd & Flores, da Ciência da Computação. Ambos abordam as características da linguagem em sistemas de recuperação de informações:

Há um método alternativo para o desenho de dispositivos de recuperação de assunto que é a construção de linguagens ou esquemas, os quais dependerão de alguma visão teórica sobre a natureza e a estrutura do conhecimento (ROWLEY³³, 1987, p. 168, citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 402).

Para entender como os significados são compartilhados, nós devemos olhar para o social em vez da dimensão mental (WINOGRAD e FLORES³⁴, 1986/1987, p. 60, citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 402).

Os autores também são favoráveis a uma abordagem de linguagem que seja mais funcionalista e sociolinguística e que enfatize o uso da linguagem em comunidades discursivas.

Escritores numa comunidade disciplinar são parte de uma tradição de discurso e são responsáveis pelas disciplinas do passado, pelas suas preocupações partilhadas, e conhecimento compartilhado (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 407).

³³ Rowley, J. E. (1987). **Organizing knowledge**: introduction to information retrieval. Aldershot: Gower, 1987.

³⁴ Winograd, T.; Flores, C. F. **Understanding computers and cognition**: a new foundation for design. Reading, MA: Addison- Wesley Publishing, 1986/1987.

Eles também destacam que pesquisas recentes em Sociologia do Conhecimento influenciaram o campo fazendo com que “a formação do conhecimento aconteça num relacionamento dialético entre comunidade e seus membros, uma dialética que é mediada pela linguagem e influenciada pela história específica da disciplina” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 407).

Hjørland e Albrechtsen analisam a relação entre linguagem e a produção de textos afirmando que a abordagem que prevaleceu em linguagem e literatura tem se concentrado principalmente em textos isolados de suas origens social, cultural e histórica.

Na perspectiva da inteligência artificial e da abordagem formalista da análise de texto, um texto é explícito na medida em que os escritores detalham as coisas. Essa visão legalista de significado de texto afirma que quanto mais um texto é detalhado, maior a probabilidade de ser explícito e inequívoco. Seguindo este argumento, a clareza e a autonomia textual são idênticas e diretamente relacionadas ao grau de elaboração de texto (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 407).

Nesse sentido, Hjørland e Albrechtsen destacam que a visão positivista e racionalista da ciência teve um entendimento nominalista da linguagem “como etiquetas colocadas nos elementos do conhecimento percebido”. Segundo eles, nesta visão, a linguagem não contribui para a percepção da realidade, mas é funcionalmente limitada à comunicação de algum conhecimento já existente no indivíduo, bem como voltada à percepção do indivíduo, livre de tradições culturais (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 408)

Ela é uma filosofia que enfatiza um recomeço, uma visão independente das coisas. Esta visão tradicional de epistemologia e da Teoria da Ciência é hoje substituída por uma tendência mais holística que reconhece a importância da linguagem na percepção da realidade, introduzindo assim uma dimensão histórica, cultural e social na Teoria do Conhecimento e na Teoria da Ciência. Realidade não pode ser entendida ingenuamente, pelo sujeito isolado e despreparado. Ele é o sujeito que conhece, que é formado pela história e cultura, incluindo o desenvolvimento concreto de domínios específicos de conhecimento, que têm a possibilidade de conhecer a realidade. Importantes posições modernas incluem formas de hermenêutica, construtivismo social e realismo científico (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 408).

Para contrapor o argumento de que uma interpretação de texto eficiente depende somente da qualidade do texto, os autores usam o trabalho de Nystrand e Wiemelt para os quais “os textos dizem somente o que é necessário e o que é necessário e relevante depende, mais do que o objetivo dos escritores, mas também do que os leitores sabem ou não sabem” (NYSTRAND e WIEMELT³⁵, 1991 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 408).

Dessa forma, Hjørland e Albrechtsen afirmam que a clareza não deveria ser julgada em termos de ajuste ou de combinação entre a intenção do escritor e representação do texto, mas sim em termos de reciprocidade entre escritor e leitor, mediada pelo texto (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 408).

Hjørland e Albrechtsen (1995) citam Putnam (1978) que destaca que o significado das palavras é parcialmente determinado pela divisão do trabalho linguístico na sociedade e novamente pela divisão social do trabalho. Putnam considera as comunidades linguísticas como corpos coletivos e ressalta que esses corpos se dividem para interpretar o significado das palavras. Nessa visão, o mundo do trabalho orienta a forma como as pessoas interpretam os significados das palavras na comunicação do cotidiano, bem como na esfera profissional.

Após traçarem esse panorama sobre a linguagem, Hjørland e Albrechtsen colocam que de acordo com a estrutura da Análise de Domínio, o significado de um termo só pode ser entendido no contexto no qual ele aparece. “O significado de um termo como ouro só pode ser entendido pela interpretação do discurso no qual ele aparece” (1995, p. 413).

Com o objetivo de reforçar o argumento de que o significado de um termo só pode ser dado num contexto, os autores também analisam o papel da Terminologia na Análise de Domínio, por meio dos trabalhos de Henriksen que não reconhece um tipo especial de linguagem **LSP** – Language for Special Purpose (que poderia ser um tipo específico de linguagem). A argumentação utilizada por ela é a de que as

³⁵ Nystrand, M.; Wiemelt, J. **When is a text explicit:** formalist and dialogical conceptions. Text, 11, 25-41, 1991.

linguagens são sempre usadas para objetivos especiais. Todavia, Henriksen reconhece a importância de conhecimento de assunto específico para comunicação científica (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 420).

Eu questionei a validade e a utilidade do conceito dinamarquês de terminologia e linguagem geral, ou a forma referida na literatura em inglês mais frequentemente como Linguagem para Objetivos Especiais e Linguagem para Objetivos Gerais. [...] argumentei contra tal distinção e contra o tipo de análise linguística que conta somente com o método estruturalista e limita sua investigação a elementos formais do texto, sejam eles terminológicos, sintáticos ou composicionais; argumentei a favor da abordagem que vê a linguagem como comunicação num contexto sócio-cultural, como atividade dinâmica entre pessoas da vida real no tempo e no espaço, uma atividade envolvendo mais que o texto nele mesmo, falado ou escrito, como fenômenos que constituem o psicológico do remetente, o conhecimento a priori do destinatário, as intenções, convenções sociais do remetente, etc. Todo tempo você usa a linguagem para objetivos especiais, sem estar preocupado se você ensina seus filhos a escovar os dentes ou se você fala sobre as vantagens e desvantagens do ácido fosfórico (HENRIKSEN³⁶, 1990, p. 28 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 420).

Hjørland afirma que a Análise de Domínio toma como ponto de partida a terminologia de um dado campo, “porém pouco é dito sobre como a terminologia é selecionada”. Destaca que a Análise de Domínio reconhece um dilema, um círculo hermenêutico: “selecionar a terminologia e as necessidades de se ter um entendimento do campo, mas para ter um entendimento do campo é necessário saber sobre os conceitos” (2008, p. 95).

Hjørland (2008) observa que os conceitos podem ser estudados pela Psicologia, pela Linguística, Sociologia, Filosofia, Inteligência Artificial, etc. O autor ressalta que cada um desses campos tende a enfatizar diferentes aspectos dos conceitos e ao mesmo tempo, todos os campos lutam com os mesmos problemas fundamentais em relação à natureza dos conceitos.

³⁶ Henriksen, C. Two papers on “Fag(sprog) lig kommunikation.” Rolig papir 46. Roskilde: Roskilde Universitetscenter. 49 pages, 1990. (Content: 1. Hvad skal vi med fagsprog som forskningsområde? 2. Communication strategies in Scientific-Technological Discourse).

Há teorias básicas (epistemológicas) de conceitos que são comuns a todos esses campos e competem por atenção dentro de cada campo. É este nível epistemológico que é o mais importante. Se uma teoria forte é desenvolvida neste nível, todas as disciplinas envolvidas serão beneficiadas (HJØRLAND, 2008).

Esses foram os posicionamentos dos autores em relação ao papel da linguagem na Análise de Domínio. Como vimos, eles criticam o Estruturalismo e se mostram favoráveis a uma abordagem de Linguagem que contemple o contexto dos sujeitos no que se refere à interpretação. Em relação à Terminologia, os argumentos são muito poucos para se identificar uma posição, a não ser o reconhecimento da pouca distinção entre a linguagem de especialidade e a linguagem do cotidiano.

Isto posto, a seguir apresentaremos as questões referentes aos conceitos e aplicações da Organização do Conhecimento.

4.4 Organização do Conhecimento sob o ponto de vista da Análise de Domínio

Em 2008, Hjørland, publicou um artigo chamado *What is knowledge organization (KO)?* onde deixa mais explícito o modo como concebe a relação entre a Análise de Domínio e a Organização do Conhecimento. A “Análise de Domínio é a primeira abordagem que visa a uma fundamentação metodológica de forma sistemática para Organização do Conhecimento” (2008, p. 90).

Nesse trabalho, Hjørland (2008) propõe duas categorias para falar de Organização do Conhecimento (**OC**): uma no sentido específico, outra em sentido amplo. Segundo o autor, a Organização do Conhecimento num sentido específico refere-se a atividades de descrição, indexação e classificação de documentos, realizadas por bibliotecários, arquivistas, especialistas em informação, especialistas nas áreas do conhecimento, bem como por leigos e algoritmos de computador, em bibliotecas, em bases de dados bibliográficas, em arquivos e outros tipos de instituição de memória. No sentido amplo, a **OC** volta-se à divisão social do trabalho mental, à organização de universidades e outras instituições de pesquisa de educação superior, à estrutura de disciplinas e professores, à organização social da mídia, à produção e à disseminação do conhecimento.

A Organização do Conhecimento como campo de estudo refere-se à natureza e à qualidade dos Processos de Organização do Conhecimento (**POC**), bem como aos Sistemas de Organização do Conhecimento (**SOC**) usados para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos (2008, p. 86). A Biblioteconomia e a Ciência da Informação são as disciplinas que cuidam da **OC** no sentido específico; já a Sociologia do Conhecimento e a Metafísica são centrais na **OC** num sentido mais amplo. “A importância de se considerar o campo mais amplo da **OC** é para que se desenvolva o campo mais específico da **OC**” (HJØRLAND, 2008, p. 87).

Hjørland também ressalta que o foco da Análise de Domínio é “a questão da objetividade e da subjetividade da **OC**” (2008, p. 90). O autor afirma que a subjetividade não se refere somente a diferenças individuais: tais diferenças não podem ser usadas como guia para Organização do Conhecimento. O importante são as visões coletivas partilhadas por muitos usuários.

Um tipo de subjetividade relativa a muitos usuários relaciona-se a posições filosóficas. Em qualquer campo do conhecimento diferentes visões estão sempre em jogo. As diferentes posições filosóficas [...] têm implicações para critérios de relevância, necessidades de informação e critérios de Organização do Conhecimento (HJØRLAND, 2008, p. 95).

Assim, a “Análise de Domínio é um ponto de vista sociológico-epistemológico”, sendo que “diferentes pontos de vista necessitam de diferentes sistemas de organização” (HJØRLAND, 2008, p.95).

O autor ressalta que o campo da Organização do Conhecimento consiste de algumas unidades, elementos ou entidades a serem organizadas e algumas relações entre essas unidades (como as relações semânticas e as relações bibliográficas). Hjørland classifica as unidades de Organização do Conhecimento em Documento, Informação e Conhecimento (HJØRLAND, 2008, p. 96. Isto posto, vejamos como Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2008) contextualizam esses conceitos.

Conhecimento

Hjørland e Albrechtsen apresentam um manifesto para uma percepção funcionalista e pragmática do **conhecimento** (1995, p. 407, grifo nosso), conforme abaixo:

“Primeiramente o homem é um ator, atuando num mundo biofísico, sociocultural e subjetivo”;

“Viver e atuar nos três mundos constitui o *a priori* do **conhecimento** humano”;

“Uma vez que o viver e o atuar constituem o *a priori* do **conhecimento** humano, o **conhecimento** é construído de tal forma que uma aplicação do **conhecimento** bem construído irá diretamente e indiretamente servir para viver e atuar”;

“Quando o **conhecimento** torna-se parte de um sistema de atuação, ele funciona como ação interna determinante”;

“Há uma continua interação entre **conhecimento** e ação, tanto que o **conhecimento** é criado em e através da ação e, assim que o ator adquire experiência através da ação, essa ação influencia a ação subsequente”.

“**Conhecimento-valor, conhecimento factual, conhecimento processual** são três tipos de **conhecimentos** conectados a três tipos de ações internas determinantes. Ter **conhecimento-valor** significa o **conhecimento** que cumpre o critério de bons valores (*good values*). Ter o **conhecimento** factual significa ter crença verdadeira sobre os três mundos nos quais alguém está vivendo. Ter um **conhecimento** processual significa saber como executar um ato específico ou ato sequência”;

“O **conhecimento** pode ser articulado ou desarticulado. **Conhecimento** desarticulado, é por exemplo, **conhecimento** tácito, familiaridade, **conhecimento** por habilidade. O **conhecimento** pode ser articulado a toda a linguagem, ciência e arte “(SARVIMAKI, 1988, p.58-59 unis citado por HJØRLAND E ALBRECHTSEN, 1995, p. 407, grifo nosso).

“**Conhecimento** é uma entidade cultural e continua a mudar o seu padrão como um caleidoscópio. Uma emergência do novo **conhecimento** modifica a estrutura do todo. Ao contrário do que disse Henry Bliss (1870-1955) não há uma ordem permanente no conhecimento“. O padrão é novo a todo momento”, disse T.S.Eliot (1888-1965)”. (MCGARRY³⁷, 1991 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995 p. 416, grifo nosso).

Hjørland propõe duas visões de **conhecimento** (2008, p. 97, grifo nosso):

“Visão Positivista: **conhecimento** e Organização do Conhecimento como uma descrição nua ou duplicações prontas pré-existentes na natureza”.

“Visão Pragmática: **conhecimento** e Organização do Conhecimento como algo construído para lidar com alguma necessidade humana e interesse”.

“**A visão pragmática do conhecimento** é também conectada ao Falibilismo, a visão de que a pesquisa científica nunca é totalmente revelada, já que uma nova evidência pode mudar uma crença científica. A implicação do falibilismo é que nós não podemos entender o documento como representando o **conhecimento**, como tradicionalmente é entendido. Nós não deveríamos falar sobre **conhecimento** ou Organização do Conhecimento, mas sobre **conhecimento** pretendido e Organização do Conhecimento pretendida. A implicação é que cada **conhecimento** pretendido é apoiado e conectado a argumentos, teorias visões de mundo. Se isto é reconhecido pelas pessoas que fazem Organização do Conhecimento, então a atividade não é baseada no positivismo” (HJØRLAND, 2008, p. 97, grifo nosso).

³⁷ McGarry, K. Epilogue. In A. J. Meadows (Ed.), **Knowledge and communication: essays on the information chain**. London: Library Association, 1991.

Informação

“O enfoque da análise de domínio vê diferentes objetos como sendo informativos em relação à divisão social do trabalho na sociedade. Desta forma, **informação** é um conceito subjetivo, mas não fundamentalmente em um sentido individual. Os critérios sobre o que conta como **informação** são formulados por processos sócio-culturais e científicos. Usuários deveriam ser vistos como indivíduos em situações concretas dentro de organizações sociais e domínios dos conhecimento [...] Não é possível para um sistema de informação mapear todos os possíveis valores de **informação**. [...] A **informação** pode ser identificada, descrita e representada em sistemas de informação para diferentes domínios de conhecimento. É claro que surgem problemas para determinar se uma coisa é informativa ou não para determinado domínio. Alguns domínios têm alto grau de consenso e critérios de relevância explícitos. Outros domínios têm paradigmas diferentes, conflitantes, cada um contendo sua própria visão, mais ou menos implícita, da informatividade dos diferentes tipos de **informação**” (CAPURRO e HJØRLAND, 2007, p. 192).

Documento

Hjørland faz algumas afirmações para definir documento, na maior parte das vezes citando outros autores, conforme abaixo:

“A Ciência da Informação aborda principalmente a organização de livros e representação de livros na estante e no catálogo. Bibliografias incluem artigos e outros tipos de **documentos**. Arquivos organizam registros enquanto museus organizam objetos físicos. Os documentalistas fazem uso de um conceito genérico de **documento** para incluir não somente livros, artigos e registros e objetos, mas qualquer tipo de material indexado para servir a algum tipo de documentação, incluindo pintura, mapas e globos. O conceito de **documento** é importante, mas perdeu influência com a entrada dos computadores em 1950” (HJØRLAND, 2008, p. 96, grifo nosso).

“Buckland descreveu a história do conceito de **Documento**³⁸ na Biblioteconomia e Ciência da Informação. No início do século XX, os documentalistas sentiram falta de um termo genérico para as atividades da documentação. Não apenas textos, mas também objetos naturais, artefatos, modelos, objetos que refletissem as ideias e atividades humanas e objetos de arte. O conceito de **documento** (ou unidades de documentação) foi usado com um significado especial que incluía objetos físicos informativos” (Hjørland, 2008, grifo nosso). ‘Um antílope não é considerado **documento**, mas a captura da espécie, que foi estudada, descrita e incorporada a um zoológico para objetivos educacionais e de pesquisa, foi considerado um **documento**. Buckland chama a atenção para o fato de que a palavra “**documento**” vem do latim “*docere*” que vem do ensinar, informar e o sufixo “*ment*” significa uma ferramenta. Originalmente, a palavra **documento** significava uma ferramenta para ensinar ou informar, seja pela leitura, experiência ou texto’ (BUCKLAND, 1991, p. 355, grifo nosso)

“Na filosofia tradicional (positivista) são coisas, tais como **documentos**, os quais podem ser sentidos, vistos como concretos (enquanto, por exemplo, sociedade é visto como uma abstração). Este não é o caso da filosofia hegeliana na qual uma coisa não pode ser entendida isoladamente. O desenvolvimento tecnológico pode oferecer novos argumentos para a filosofia Hegeliana. Quando textos são integrados, por exemplo, sistemas de

³⁸ Hjørland, B. **Document**. In: Core Concepts in Library and Information Science (LIS). Disponível em: <http://www.iva.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/articles%20a-z/document.htm>. Acesso em: junho 2009

hipertexto tornam-se **documentos** difíceis de delimitar. Nystrand e & Wiemelt (1993) apontam que é necessário entender textos (e **documentos**) como fenômenos nas comunidades discursivas. **Documentos** não podem ser analisados isoladamente. **Documentos** únicos tornam-se uma abstração num fluxo de comunicação” (HJØRLAND, 2008, grifo nosso).

“**Documentos**³⁹ poderiam também ser vistos em relação à divisão do trabalho na sociedade. O conceito de fontes é relevante para essa proposta (cf., Kolding Nielsen, 1978). Antílopes são estudados por zoologistas, não por documentalistas, registros são fontes primárias para historiadores, leis são fontes primárias para advogados e estudantes de direito. Livros e publicações podem ser fontes secundárias para cientistas, mas eles são objetos primários para bibliotecários e especialistas em informação. O ponto é que o conceito de **documento** é uma abstração. Há diferentes tipos de práticas de documentação com diferentes tipos de **documentos**. O conceito de **documento** não pode ser entendido sem considerar os tipos de práticas” (HJØRLAND, 2008, grifo nosso).

Organização Intelectual do Conhecimento (OIC)⁴⁰

Em seu *lifeboat* sobre Organização do Conhecimento, Hjørland (2006, grifo nosso) faz as seguintes afirmações sobre o conceito de **Organização intelectual do Conhecimento**:

“O termo **Organização Intelectual do Conhecimento** é usado analiticamente em contraste ao termo Organização Social do Conhecimento. A **OIC** refere-se a descrições e representações de partes do mundo, como por exemplo, um mapa geográfico, o sistema periódico de química e física, as taxonomias da biologia etc. A **OIC** é relacionada assim com (partes de) da realidade estruturada”.

“muitas vezes, acredita-se que as descrições ou representações de partes do mundo são simplesmente verdadeiras, e que é base segura para organizar o conhecimento dos Sistemas de Organização do Conhecimento. No entanto, de acordo com o falibilismo, nosso conhecimento pode estar errado, pois não se pode ter certeza absoluta de que aquilo que nós acreditamos que são representações da realidade, não são apenas teorias ou construções”.

“A Organização do Conhecimento dentro de Biblioteconomia e da Ciência da Informação é baseada em garantia literária. Pode haver diferentes pontos de vista sobre a forma de aplicar este princípio a fim de tornar a Organização Social do Conhecimento alcançável. Alguns, por exemplo, Jaenecke (1994), sugerem que devemos desconsiderar o pseudo conhecimento, enquanto outras, por exemplo, Kiel (1994) sugerem uma atitude mais aberta em relação ao que conta como conhecimento válido”

“Por que é importante para a teoria da Organização do Conhecimento fazer a distinção entre Organização Intelectual e Social do conhecimento. Porque os métodos para organizar o conhecimento são muito diferentes nos dois casos. Na **OIC**, o método básico é o de

³⁹ Hjørland, B. op. cit.

⁴⁰ Hjørland, B. **Intellectual organization of knowledge**. In: *Lifeboat for Knowledge Organization*. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/intellectual_organization_of_knowledge.htm

considerar os argumentos teóricos e empíricos para os créditos de conhecimento e decidir com base nisso. No que se refere à Organização Social do conhecimento o que interessa é o método histórico, as investigações sociológicas e as perícias bibliométricas”.

Organização Social do Conhecimento (OSC)⁴¹

Com o objetivo de diferenciar a Organização Intelectual do Conhecimento e a Organização Social do Conhecimento, Hjørland (2007, grifo nosso) recorre aos trabalhos de Whitley (1984), que faz uma distinção entre “organização intelectual das ciências” e “organização social das ciências”.

“A organização intelectual das ciências não coincide com a sua organização institucional. As relações entre essas camadas de organização estão sujeitas a variações entre disciplinas, mas, como esse tipo de Organização do Conhecimento pode ser identificada? Enquanto uma típica **Organização Intelectual do Conhecimento** é exibida em taxonomias científicas, tais como o sistema periódico de física e química, ou a hierarquia de Lineu de zoologia e botânica, a **OSC** pode ser exibida na forma como o conhecimento é organizado em instituições de ensino superior e pesquisa, na estrutura disciplinar da divisão social do trabalho na sociedade”.

“A distinção entre “a organização intelectual das ciências” e “a organização social das ciências” é importante para a teoria da Organização do Conhecimento, e esta distinção constitui o cerne da teoria do **OC**. A preocupação não é apenas com a organização das ciências, mas com conhecimento em geral” (Hjørland, 2007). De acordo com Harris (2005) a ciência é – ‘como a arte, religião e história - uma das super categorias adotadas pela sociedade moderna para explicar e justificar certos tipos de atividade humana. Harris afirma que cada super categoria tem sua semântica própria cuja função é integrar o que de outro modo seriam formas estranhas de questionamento, e o resultado de integrações é como desenhar um certo mapa de nosso mundo intelectual’ (HARRIS⁴², 2005 citado por HJØRLAND, 2007).

“A forma como as disciplinas são organizadas nas universidades é um exemplo de organização social. Por exemplo, a Psicologia passou das humanidades às Ciências Sociais na Universidade de Copenhagen, em 2002. [...] a **OSC** não está apenas preocupada com a forma como as disciplinas são organizadas em superestruturas, mas também como elas são organizadas em sub-disciplinas, se, por exemplo, a psicologia social é uma parte da psicologia ou uma parte da sociologia (ou outras possibilidades). Em Biblioteconomia e Ciência da Informação, podemos perguntar se *Information Retrieval (IR)* é uma parte da Ciência da Informação e Biblioteconomia, uma parte de Ciência da Computação ou se Ciência da Informação e Biblioteconomia e Ciência da Computação tem tanto de **IR** quanto subdisciplinas (e, em seguida, se elas são distintas, ou se formam um campo interdisciplinar

⁴¹ Hjørland, B. **Social organization of knowledge**. In: Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/social_organization_of_knowledge.htm.

⁴² Harris, R. **The semantics of science**. London: Continuum International Publishing Group Ltd., 2005.

em que não há diferença entre a parte da Ciência da Informação e Biblioteconomia e a parte da Ciência da Computação)” (HJØRLAND, 2007).

“Os sistemas de classificação como Classificação Decimal de Dewey são baseados principalmente em disciplinas e, portanto, refletem a Organização Social do Conhecimento. Formas bibliométricas de Organização do Conhecimento são baseadas em documentos citando outros trabalhos, que também são um tipo de organização social do conhecimento (ver, por exemplo, mapas Åström em 2002, como exemplos de mapas bibliométricos)”.

“A **OSC** pode ou não corresponder à **OIC**. Pesquisadores podem ou não organizar-se (ou ser organizados por outros) de acordo com alguns modelos de peças ontológicas do mundo. Químicos, por exemplo, podem ser divididos em químicos orgânicos e inorgânicos, mas muitas vezes são divididos em diferentes áreas de aplicação. Eles geralmente não são socialmente divididos de acordo com a tabela periódica”.

“A relação entre a **OSC** e **OIC** está associada à questão do realismo *versus* construtivismo social. A teoria realista acredita que os cientistas descobrem estruturas fundamentais na realidade, e podem dividir-se em conformidade. Construtivistas sociais, por outro lado, acreditam que os modelos e teorias ontológicas refletem os interesses e estruturas sociais, que os modelos de ontologia não refletem a realidade, mas apenas um constructo que é formado por interesse social”.

Processos de Organização do Conhecimento (POC)⁴³

“São entendidos como **Processos de Organização do Conhecimento** a descrição, nomeação, abstração, catalogação, classificação, indexação, de documentos e objetos de informação” (HJØRLAND, 2010, grifo nosso).

Sistemas de Organização de Conhecimento (SOC)⁴⁴

“**Sistemas de Organização de Conhecimento** é um termo geral que se refere, entre outras coisas, às ferramentas que apresentam a interpretação organizada de estruturas do conhecimento. Este significado do termo corresponde a “ferramentas semânticas”. Num sentido mais amplo, **SOC** também podem ser entendidos como bibliotecas, enciclopédias, e a divisão social do trabalho na sociedade. Hodge 2000 escreve: “O termo Sistemas de Organização do Conhecimento destina-se a abranger todos os tipos de esquemas para Organização da Informação e a promoção da Gestão do Conhecimento. **SOCs** incluem esquemas de categorização e classificação, que organizam materiais no nível geral, cabeçalhos de assuntos que oferecem acessos mais detalhados e arquivos de autoridade que controlam as versões variantes de informações essenciais tais como nomes geográficos e pessoais, bem como também incluem vocabulário altamente controlado, tal como os

⁴³ Hjørland, B. **Knowledge organizing processes**. In: Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organizing_processes.htm.

⁴⁴ Hjørland, B. **Knowledge organizing systems**. In: Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization_systems.htm.

tesauros e esquemas menos tradicionais, como as redes semânticas e ontologias” (HODGE⁴⁵, 2000 citado por HJØRLAND, 2008, grifo nosso).

Hodge apresenta os seguintes tipos de sistemas de Organização do Conhecimento reconhecendo que as listas não são abrangentes (HODGE, 2000 citado por HJØRLAND, 2008).

Listas de Termos: Arquivos, Glossários, Dicionários, Dicionário Geográfico.

Classificações e Categorias: Cabeçalhos de Assuntos, Esquemas de Classificação, Taxonomias (Segundo Hodge são os termos última árvore, muitas vezes usados de forma intercambiável), Esquemas de Categorização.

Listas de Relacionamentos: Tesauros, Redes Semânticas, Ontologias.

De acordo com Hodge (2000, grifo nosso), os **SOCs** devem ter as seguintes características comuns, que são fundamentais para a sua utilização na organização de bibliotecas digitais:

- “Os **Sistemas de Organização de Conhecimento** impõem uma visão particular do mundo em uma coleção e em seus itens”.
- “Uma mesma entidade pode ser caracterizada em diferentes caminhos, dependendo do **SOC** usado”.

Os exemplos acima mencionados podem ser dados para representar **SOC** num sentido específico da palavra. Existem outros tipos de **SOC** neste entendimento específico que também devem ser considerados:

- Mapas bibliométricos
- Mapas conceituais
- Hipertexto
- Anéis de Sinonímia
- Tipologias
- Topic Maps
- Webpacs
- Folksonomias
- “Os mapas bibliométricos deveriam ser incluídos em Taxonomia porque a Organização Bibliométrica do Conhecimento tornou-se uma área de pesquisa que deveria ser vista como uma abordagem em Organização do Conhecimento” (HJØRLAND, 2008).

⁴⁵ Hodge, G. (2000). **Systems of knowledge organization for digital libraries**. Beyond traditional authority files. Washington, DC: *the Council on Library and Information Resources*. <http://www.clir.org/pubs/reports/pub91/contents.html>.

Hjørland ressalta que os **SOC** também poderiam incluir (HJØRLAND, 2008, grifo nosso):

- Guias bibliográficos e bibliografias;
- Teorias e sistemas conceituais;
- Culturas e subculturas;
- Disciplinas, ramos e a divisão social do trabalho na sociedade;
- Enciclopédias e manuais;
- Sistemas simbólicos, linguagens e meios;
- Modelos de atores, sistemas e processos em diferentes domínios.

“Num sentido específico, Hodges definiu os **SOCs** como ferramentas semânticas, porque eles são essencialmente conceitos selecionados que são fornecidos com seleção de informações sobre suas relações semânticas a outros conceitos e símbolos” (HODGES, 2000 citado por HJØRLAND, 2008, grifo nosso).

Classificação de acordo com o ponto de vista domínio-analítico⁴⁶

Hjørland (2006, grifo nosso) faz as seguintes afirmações com base em seu trabalho com Nissen Pedersen (2005):

“A **classificação** é a ordenação dos objetos (processos ou idéias, seja qual for) em classes com base em algumas propriedades”.

“As propriedades dos objetos não são apenas "dadas", mas só estão disponíveis para nós na base de algumas descrições e pré-compreensões desses objetos. Não é possível enumerar todas as propriedades de um objeto em uma descrição”.

“Descrição (ou qualquer outro tipo de representação) dos objetos é tanto um reflexo da coisa descrita como do sujeito que está fazendo a descrição. As descrições são mais ou menos intencionais e carregadas de teorias. Por exemplo, na descrição de produtos químicos, médicos enfatizam os efeitos de produtos químicos, enquanto que químicos "puros" enfatizam outras coisas, tais como suas propriedades estruturais”.

“A seleção das propriedades dos objetos a serem classificados devem refletir o objetivo da **classificação**. Não há, portanto, uma "forma neutra ou objetiva de selecionar as propriedades para a **classificação**”.

“A crença (falsa) de que existem critérios objetivos para a **classificação** pode ser chamada de "positivismo", enquanto que a crença de que as **classificações** estão sempre refletindo um efeito pode ser denominada "pragmatismo”.

⁴⁶ Hjørland, B. **Classification theory according to the domain-analytic point of view**. In: Lifeboat for Knowledge Organization. Disponível em: http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/Hj%C3%B8rland%20&%20Nissen_2005_summary%20of%20arguments.htm

“Vimos que diferentes domínios (química e farmacologia) podem precisar de diferentes descrições e diferentes **classificações** de objetos para servir ao seu propósito específico na divisão social do trabalho na sociedade. Os critérios de **classificação** são geralmente de domínio específico. Diferentes domínios desenvolvem linguagens específicas, que são úteis para descrever, diferenciar e classificar os objetos em seus respectivos domínios”.

“Em todos os domínios, existem diversas teorias, abordagens, interesses ou "paradigmas", que também tendem a descrever e classificar os objetos de acordo com as suas opiniões e objetivos”.

“Qualquer **classificação** será sempre um reflexo de uma certa visão ou abordagem para os objetos que serão classificados”.

“Sistemas de **classificação** que não consideram os diferentes objetivos e interesses refletidos na literatura de um determinado domínio são "positivistas". Os critérios para a **classificação** devem ser baseados na compreensão dos objetivos específicos, os valores e interesses em jogo”.

	Soluções tecnológicas (Otimismo Tecnológico)	Soluções baseadas no homem (Pessimismo Tecnológico)
Visão Pragmática	Soluções são baseadas em frágeis indicadores estatísticos, refletem pontos de vista e interesses. As soluções são otimizadas para diferentes domínios, gêneros e "paradigmas".	As pessoas são treinadas para operar com base no entendimento do assunto e os interesses em jogo.
Visão Positivista	Tende basear as soluções em médias estatísticas, sem considerar pontos de vista e interesses.	As pessoas são treinadas para operar com base em regras pré-definidas e os princípios (Para funcionar "automaticamente")

Quadro 2: Visões positivista e pragmática da classificação.

Diante do exposto, observamos que os autores discutem a Organização do Conhecimento tanto do ponto de vista técnico, metodológico, como do ponto de vista social. O ponto central desta discussão é que, para eles, não há um conhecimento caracterizado como “verdadeiro”, e sim conhecimentos que são produzidos de acordo com as necessidades e interesses dos atores, com seus objetivos, crenças, paradigmas, etc, os quais são norteados pela divisão social do trabalho.

A seguir, vejamos como essas discussões epistemológicas sobre Organização do Conhecimento aparecem nos instrumentos e métodos de Organização do Conhecimento na perspectiva da Análise de Domínio.

4.4.1 Análises das Abordagens de Organização do Conhecimento

Como vimos anteriormente, a Análise de Domínio tem como objetivo instrumentalizar a Organização do Conhecimento. Para alcançar esse objetivo, Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2008) analisam as principais abordagens para Organização do Conhecimento, conforme descritas a seguir.

Abordagem Tradicional,
Abordagem Analítico-Facetada,
Abordagem da Recuperação da Informação **(RI)**,
Abordagem Orientada ao Usuário,
Abordagem Bibliométrica.

Abordagem Tradicional

Para falar sobre as classificações bibliográficas, Hjørland e Albrechtsen pesquisaram os trabalhos de Henry Evelyn Bliss (1870-1955), que publicou a primeira edição da classificação bibliográfica (1940-1953). Os autores destacam que Bliss estava procurando por um consenso na comunidade científica e que, ao fazê-lo, acreditou que era possível identificar e mapear uma estrutura básica permanente de uma área de assunto (cf Ambar e Lyer, 1992). Hjørland e Albrechtsen ressaltam que a existência de uma estrutura básica provou estar errada e que é ingênuo considerar que o consenso garante a verdade. Porém, os autores alertam que “isso não significa automaticamente rejeitar a construção de consenso como um método e que uma importante característica da área temática pode ser o grau de estabilidade, o grau de consenso entre os pesquisadores num dado tempo” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 403).

Hjørland atribui as seguintes características à Abordagem Tradicional (2008, p. 88-90).

A abordagem tradicional é expressa pelos sistemas de classificação usados em bibliotecas e bases de dados. CDD, CDU, LCC, etc.

Ordem natural —→ classificação científica —→ classificação biblioteca (**OC**)

Nessa perspectiva, Hjørland afirma que para organizar livros, os bibliotecários deveriam conhecer o desenvolvimento científico (2008, p. 89).

Características da abordagem tradicional (Hjørland, 2008, p. 89)

Princípio do vocabulário controlado;

Regras de Cutter sobre especificidade;

Princípios de Hulmes na literatura da área;

Princípio de organização do geral para o específico;

O princípio de ordem do geral para o específico pode ser relacionado a uma visão essencialista de entendimento.

Hjørland coloca que a abordagem tradicional mostra sinais de imprecisão nas suas bases teóricas e metodológicas e questiona se é o conhecimento do assunto ou a competência em **OC** que fazem a construção e a administração dos **SOCs** (2008, p. 90).

O autor ressalta que parece consenso que a Organização do Conhecimento resume-se em apenas ler as relações corretas entre os conceitos e ainda afirma que não há muita indicação de como isso é feito (HJØRLAND, 2008, p. 90).

Abordagem Analítico-Facetada (facet-analytical)

A classificação facetada como um método de análise classificatória dos assuntos das disciplinas “é um tipo de análise de domínio (Mills, 1957; Hjørland, 1988, Hjørland e Albrechtsen, 1995). Os autores afirmam que “o conceito de categorias fundamentais é um conceito filosófico, o qual deve ser analisado sob ponto de vista das doutrinas filosóficas básicas” (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 403).

Hjørland e Albrechtsen ressaltam que a teoria de Ranganathan é pouco preocupada com o real, com disciplinas orgânicas, seus desenvolvimentos, diferenciações, integrações e interações mútuas, e muito preocupada com idéias artificiais que podem ser combinadas e separadas como um quebra-cabeça, de forma mecânica. “A teoria parece ser baseada numa teoria racionalista, concebendo a realidade como ideias platônicas, em vez de desenvolvimentos orgânicos no conhecimento (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 403).

A seguir, as análises que Hjørland faz da Abordagem Analítico-Facetada (2008, p. 90-91).

Metodologia analítico-sintética

Significado de análise na abordagem: dividir cada assunto dentro de conceitos básicos (HJØRLAND, 2008, p. 90).

Significado de sintético na abordagem: combinação de unidades e conceitos relevantes para descrever o assunto principal da informação (HJØRLAND, 2008, p. 90).

Os assuntos (como eles aparecem, por exemplo, no título de um livro) são primeiro analisados dentro de poucas categorias comuns, as quais são chamadas facetas que correspondem à Personalidade, Matéria, Energia, Espaço e Tempo (HJØRLAND, 2008, p. 90).

Hjørland relacionou a filosofia básica da análise de faceta à filosofia dos primitivos semânticos e deste modo a uma teoria semântica mais ampla. De acordo com sua análise, elementos semânticos não são atributos diretos da linguagem, mas são relacionados a modelos de realidade, os quais são expressos na linguagem (HJØRLAND, 2008, p. 90).

Componentes químicos podem ser expressos em fórmulas químicas por elementos químicos: eles não são dados na linguagem natural. Os nomes dos elementos químicos são neste caso os primitivos semânticos. Relações semânticas, incluindo a relação entre elementos e expressões compostas, são ligadas a teorias da realidade (HJØRLAND, 2008, p. 91).

Para Hjørland, Ranganathan expressa as seguintes visões (2008, p. 91):

- O sistema enumerativo tem uma fundamentação superficial;
- A descoberta de novos conhecimentos não pode ser antecipada num sistema enumerativo;
- A descoberta de novos conhecimentos pode ser antecipada no sistema facetado (baseada na visão que o novo conhecimento é formado pela combinação de categorias existentes a priori).

Hjørland destaca que as questões básicas da Organização do Conhecimento, tais como as relacionadas à seleção e definição de termos e de suas relações semânticas, estão presentes nos sistemas enumerativo e facetado. O autor julga que este não é assunto puramente lógico, mas uma questão empírica, pois enquanto é correto que pode ser mais fácil combinar elementos existentes para formar novas classes e portanto, mais fácil localizar novos assuntos nos sistemas facetados, é impossível para qualquer sistema antecipar a descoberta de novos conhecimentos. “A crença em que isto deveria ser possível revela que parte da

filosofia da análise de faceta não tem contato com o mundo real” (HJØRLAND, 2008, p. 91).

Abordagem da Recuperação da Informação (RI)

Hjørland considera a Organização do Conhecimento e a **RI** dois subcampos diferentes da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, mas fortemente relacionados (2008, p. 91).

Recuperação da informação relaciona-se ao trabalho de pesquisa e **OC** relaciona-se ao trabalho de descrição. Eles tentam resolver o mesmo tipo de problema: capacitar os usuários a encontrar informação relevante (WARNER, 2002 citado por HJØRLAND, 2008, p. 91).

Hjørland destaca que as abordagens da **OC** e **RI** competem e que a **RI** tradicional é ligada ao paradigma físico.

No paradigma dirigido ao sistema, um sistema perfeito é definido como aquele que encontra a melhor combinação entre uma questão do usuário e documentos de uma coleção. Essa perspectiva levou muitos pesquisadores a focarem mais na combinação de algoritmos, deixando de lado questões do contexto do usuário (GRUZD, 2007, p. 758 citado por HJØRLAND, 2008, p. 91).

Paradigma dirigido ao sistema: revocação e precisão.

Paradigma orientado ao usuário: avaliação do usuário.

Hjørland aponta que embora o tesouro tenha se desenvolvido na tradição da Recuperação da Informação, esta é céptica no que se refere a todas as formas de interpretação, indexação e classificação humanas. O foco é a recuperação de texto integral: o pressuposto é que os textos contêm toda a informação necessária para recuperá-lo (2008, p. 92).

O autor também afirma que a abordagem **RI** é geralmente baseada em pressupostos positivistas: a recuperação pode ser determinada por testes, sem considerar diferentes visões e paradigmas e sem considerar o texto como uma fusão de diferentes visões, cada uma atribuindo diferentes significados aos termos. A **RI** é principalmente baseada em coberturas estatísticas, e tem negligenciado investigar como diferentes tipos de representações e algoritmos podem servir a diferentes visões e interesses (2008, p. 92).

Abordagem Orientada ao Usuário

Hjørland destaca que, de alguma maneira, todas as abordagens de Organização do Conhecimento concordam sobre o objetivo principal dos sistemas e processos que é satisfazer as necessidades de informação dos usuários (2008, p. 92).

O autor ainda ressalta que se o termo “orientado ao usuário” é proposto como um rótulo significativo para uma abordagem, há a necessidade de que ele seja definido numa visão um pouco mais precisa. Para tal, é necessário distinguir os significados dos enunciados abaixo (2008, p. 92):

- Organização do Conhecimento usuário-amigável.
- Organização do Conhecimento orientado ao mercado.
- Organização do Conhecimento baseada em estudos empíricos de usuários.
- Organização do Conhecimento feita pelos usuários (tentativas recentes de folksonomias).

Hjørland concluiu que “a visão orientada ao usuário parece excluir o estudo de documentos”, afirmando “que os adeptos dessa abordagem têm feito críticas ao paradigma bibliográfico” (2008, p. 93).

[...] usuários desejam recuperar documentos relevantes em suas consultas de busca e não querem ver documentos não relevantes, e documento pertinente para uma consulta é uma propriedade dos documentos discernida objetivamente (HILDRETH, 2001 citado por HJØRLAND, 2008, p. 93).

O autor destaca que se a relevância do documento para uma consulta é uma propriedade objetivamente discernível, então este é um problema epistemológico que, de acordo com Hildreth (2001), é percebido de maneira diferente no modelo de Cranfield e na Visão Orientada ao Usuário Tradicional. O autor ressalta que ambas as abordagens têm negligenciado as teorias epistemológicas e deste modo confundem o conceito de usuários e o conceito de subjetividade. “Estudar usuários e sua psicologia envolve a mistura do estudo da subjetividade em diferentes visões do conhecimento” (HJØRLAND , 2008, p. 93-94).

Conceito de relevância no modelo de Cranfield **(RI)** e na Visão orientada ao usuário:

Cranfield: a relevância foi avaliada por *experts* em assuntos. O modelo de Cranfield ao usar experts para avaliação esperava que o sistema fornecesse referências relevantes para todos os usuários, supondo um padrão de usuários (HJØRLAND, 2008, p. 94).

Visão Orientada ao Usuário: os usuários fizeram a avaliação (frequentemente com as mesmas medidas de revocação e precisão). Algoritmos são frequentemente criados de uma média de avaliação de usuários como uma tentativa de criar um usuário-padrão (HJØRLAND, 2008, p. 94).

Hjørland pontua que o que tem sido negligenciado em ambas as abordagens é o desenvolvimento de diferentes representações do mesmo documento para diferentes tipos de usuários. Ambas as tradições são enraizadas no positivismo que entende a representação como objetiva, neutra e com a mesma dimensão (HJØRLAND, 2008, p. 94).

Abordagem Bibliométrica

Hjørland e Albrechtsen avaliam que “técnicas bibliométricas podem oferecer uma valiosa informação sobre uma disciplina e sobre as relações entre as disciplinas” (1995, p. 403).

Os autores também ressaltam que análises de citação e estudos dos usos dos documentos de grande complexidade são desenvolvidos, “mas pouco é entendido sobre as causas e consequências de citar e de usar documentos” (Brooks T.A, 1986, 1987 citado por HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 403).

Eles também destacam que estudos bibliométricos podem descrever algum tipo de realidade, algum padrão sociológico em comunicação científica.

Eles podem em alguns caminhos comuns descrever como as coisas têm se desenvolvido, mas não podem interpretar esse desenvolvimento, nem dizer se esse desenvolvimento é útil sob novas circunstâncias, ou apenas representa algum tipo de condição social (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 403).

Isto posto, os autores concluem que o que a bibliometria pode realmente medir é a tendência em pesquisa que deve ser interpretada ou a administração da rotina dos procedimentos padrões. Eles afirmam que a bibliometria pode mostrar tendências sociológicas no desenvolvimento do conhecimento, mas a interpretação dessas tendências deve ser baseada num conhecimento mais amplo de Sociologia e Filosofia da Ciência (HJØRLAND e ALBRECHTSEN , 1995, p. 404).

Os autores ainda ressaltam que:

[...] do ponto de vista da Análise de Domínio, a bibliometria e a infometria são somente um método, e como tal, devem ser suplementadas por outros métodos, e baseadas numa metodologia abrangente, a metodologia da Análise de Domínio (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 404).

Hjørland (2008, 94-96) apresenta as seguintes características da Abordagem Bibliométrica :

Base: referências bibliográficas utilizadas para organizar redes de trabalho de *papers*. União bibliográfica introduzida por Kesler em 1963, análise de co-citação por Marshakova 1973 e Small 1973.

O nível de indexação profunda é parcialmente determinado pelo número de termos atribuídos para cada documento. Este tipo de indexação de citação corresponde ao número de referências de um determinado artigo, o qual pode conter, em média, de 10-15 referências, as quais fornecem um alto nível de profundidade.

As referências, cuja função é servir como pontos de acesso, estão previstas pela alta *expertise* de assunto; os *experts* escrevem nos principais periódicos. Essa *expertise* é muito maior do que catálogos de bibliotecas ou base de dados bibliográficas são capazes de oferecer.

Hjørland organiza as vantagens e desvantagens da bibliometria (2008, p. 94).

Vantagens	Desvantagens
Citações são fornecidas por especialistas altamente qualificados no assunto.	A relação entre citações e assuntos relacionados é indireta e pouco clara (relacionada à organização social do conhecimento e à organização intelectual do conhecimento).
O número de referências reflete a profundidade e a especificidade da indexação.	Não prevê uma estrutura lógica clara com classes mutuamente exclusivas e exaustivas.
Indexação de citação é uma forma dinâmica de representação de assunto.	Relações explícitas semânticas não previstas.
Referências são distribuídas nos artigos, o que permite a utilização da estrutura do <i>paper</i> no contexto da interpretação das citações.	Formas de citações imprecisas podem causar ruídos.
A forma de artigos científicos é um tipo de sistema de auto-organização.	

Quadro 3: Vantagens e desvantagens da Bibliometria.

Hjørland aponta problema na cobertura de dados, pois segundo o autor, os mapas bibliométricos são vulneráveis na forma de seleção dos periódicos. “Não há um caminho neutro e objetivo para seleção dos dados na análise bibliométrica” (HJØRLAND, 2008, p. 94).

Para Schrider, “os métodos bibliométricos podem ser utilizados para fornecer termos candidatos para tesouro” (SCHRIDER, 2004 citado por HJØRLAND, 2008, p. 94). Hjørland destaca que os mapas bibliométricos podem ser considerados uma ferramenta de Organização de Conhecimento que podem suplementar o tesouro. O autor ainda afirma que os mapas bibliométricos mostram redes de trabalho de cooperação de autores, enquanto os tesouros mostram *links* ontológicos, bem como que a bibliometria é relacionada ao pólo social (HJØRLAND, 2008, p. 94).

Essas foram as análises que Hjørland e Albrechtsen (1995) e Hjørland (2008) fizeram sobre as principais abordagens para Organização do Conhecimento. A seguir apresentamos as discussões e as possíveis aplicações dos instrumentos e métodos de Organização do Conhecimento do ponto de vista da Análise de Domínio.

4.4.2 Análise e Indexação com Foco no Domínio

Segundo Hjørland, a indexação de um documento pode refletir as necessidades de um grupo de usuário ou um dado objetivo. O autor afirma que:

[...] qualquer descrição ou representação de um documento é mais ou menos adequada ao cumprimento de certas tarefas. A descrição nunca é objetiva e neutra e o objetivo não é padronizar descrições ou fazer uma descrição única para todos os grupos (HJØRLAND, 2008, p. 95).

Hjørland (2008) ressalta que a representação de documentos é feita para capacitar usuários para fazer discriminações relevantes.

Sobre a Indexação orientada à pergunta do usuário, Hjørland cita Rowley e Farrow que afirmam que:

[...] para conseguir uma indexação consistente, o indexador deve realizar uma apreciação metódica da estrutura de assunto e da natureza da contribuição que o documento está fazendo para o avanço do conhecimento (ROWLEY & FARROW, 2000, p. 99 citado por HJØRLAND, 2008, 95).

Hjørland (2008, p. 95) destaca que os assuntos de um documento são potencialmente informativos. “O indexador deve perguntar: “Qual uso pode ser feito deste documento particular relativo a outros documentos?”.

Segundo Hjørland (2008), o tipo de informação julgada relevante para uma dada tarefa depende da teoria utilizada para fazer o julgamento. O critério usado para representar documentos é, em princípio, o mesmo critério que está implícito nas teorias científicas.

Se alguém acredita que a esquizofrenia é causada pelo problema de comunicação entre mãe e filho, então estudos de interação familiar são considerados relevantes. Se, por outro lado, alguém acredita que esquizofrenia é causada por fatores genéticos, então os estudos de genes tornam-se relevantes. Esta é a razão pela qual os índices de citação têm uma vantagem por ser um caminho de indexação extremamente dinâmico (HJØRLAND, 2008, p. 95).

Embora Hjørland proponha Análise de Domínio como abordagem para Organização do Conhecimento, nos textos selecionados não foram encontradas metodologias de Organização do Conhecimento, somente discussões conceituais e possíveis aplicações. Dessa forma, usamos o trabalho de Jens Erick Mai, pesquisador da Universidade de Toronto, que propõe etapas mais específicas para realização de análise e indexação como foco no Domínio.

Segundo Mai (2005) o objetivo da indexação é determinar o assunto dos documentos e traduzi-lo em termos de indexação (ex: descritores, cabeçalhos de assunto, números de chamada, códigos de classificação ou termos de indexação), para tornar possível a recuperação por assunto.

Para o autor, existem duas abordagens para indexação: a abordagem orientada ao documento e abordagem centrada no usuário. Na abordagem orientada ao documento, o foco é na descrição fiel da entidade documento e a recomendação é que o indexador recorte do texto o que o autor afirmou. A idéia básica é que o indexador estabeleça o assunto principal do documento somente pela análise do documento; o objetivo é representar o documento como verdade possível e assegurar que a representação por assunto seja válida por muito tempo (MAI, 2005).

Na indexação orientada ao usuário, Mai destaca que o indexador deveria se perguntar: “como eu devo fazer para tornar este documento visível aos usuários potenciais? Quais termos eu devo usar para transferir conhecimento àqueles interessados?” (MAI, 2005, p. 600). Na abordagem orientada ao usuário, a idéia básica é que o indexador tenha em mente as necessidades de informação do usuário e a terminologia quando determinar o assunto e os termos de indexação para o documento. Já a abordagem centrada no documento, sugere que o indexador

tenha em mente as necessidades dos usuários somente quando faz a seleção dos termos de indexação.

A proposta de Mai é estender a abordagem orientada ao usuário para Abordagem centrada no domínio. Para justificar o uso da abordagem centrada no domínio, o autor apresenta a abordagem centrada no documento por meio de discussão de suas principais tarefas, bem como a concepção e utilização das normas de indexação, as quais, em sua visão, são baseadas na abordagem centrada no documento. O autor também apresenta e discute os conceitos de disciplina, domínio, contexto e significado de texto segundo as bases apresentadas por Hjørland e Albrechtsen (1995).

Segundo Mai (2005, p. 608), os principais argumentos a favor da abordagem centrada no documento são:

- 1) “a representação do documento baseada em características estáveis dos documentos não estão sujeitas a mudanças no decorrer do tempo e por essa razão a indexação torna-se mais durável”;
- 2) “é difícil prever como o documento será usado no futuro e por essa razão é melhor indexar o documento de acordo com o que ele contém realmente”. Porém, Mai destaca que a abordagem centrada no documento não remete à natureza interpretativa e subjetiva da indexação e falha em mostrar como o indexador estabelece o assunto principal independente de qualquer contexto ou uso.

Mai propõe as seguintes etapas para indexação centrada no Domínio:

Analisando o domínio (2005, p. 608)

“A indexação centrada no domínio começa com uma análise do domínio, seguida da análise das necessidades dos usuários, que determina as perspectivas e regras dos indexadores e por último, da análise do documento no contexto do domínio e das necessidades dos usuários. O pressuposto da abordagem centrada no domínio é que o assunto principal e o significado dos documentos podem ser determinados somente no contexto de um

entendimento do domínio. As necessidades dos usuários em um domínio recortam o significado e o assunto principal dos documentos através do discurso dos usuários no domínio. E, por essa razão, é da maior importância que os indexadores entendam o domínio, as regras e os interesses dos usuários no domínio, e analise criticamente suas próprias regras como indexadores, antes de analisar um documento para obtenção do assunto principal”.

“Um indexador não necessita questionar sobre o domínio, usuários e indexadores para cada documento que é indexado; estas análises são somente necessárias como uma base regular”.

“O tipo específico de questão bem como a quantidade de questionamentos necessários variam de domínio para domínio”.

“O assunto principal do documento é vinculado ao domínio no qual o documento será usado”.

“[...] o indexador necessita de um entendimento substancial sobre a natureza do domínio, incluindo história, escolas de pensamento, paradigmas, frentes de pesquisa, atividades, finalidades e objetivos para entender as regras de um documento particular no domínio”.

“Os indexadores devem identificar as propostas e finalidades do domínio no todo, seu desenvolvimento histórico, e as tradições de pesquisa na atualidade. A última finalidade dessa análise é obter entendimento do domínio que habilite o indexador a se posicionar num argumento dentro do domínio”.

Analisando os usuários (MAI, 2005, p. 608)

“O indexador analisa as regras dos usuários, como e onde eles se encaixam no domínio e estabelece suas necessidades e interesses específicos dentro do domínio. Esta análise dá ao indexador conhecimento sobre os usuários no contexto do domínio. O indexador questiona onde os usuários se encaixam dentro de um grande domínio para identificar tópicos específicos que são de seu potencial interesse, ou verifica se há tendências específicas sobre as quais os usuários estão interessados, ou se há um nível de especificidade que caracteriza as necessidades dos usuários. O indexador necessita dessas informações para identificar os assuntos principais do documento que podem interessar ou ser úteis aos usuários”.

“O indexador deve posicionar os usuários dentro do domínio para entender completamente os potenciais usos do documento. Utilidade e relevância para os usuários ampliam o assunto principal do documento; o indexador necessita identificar não somente o assunto principal do documento, mas também como o documento será usado”.

O papel dos indexadores (MAI, 2005, p. 608-609)

“Um importante aspecto a ser observado na indexação são os interesses implícitos e explícitos dos indexadores, pois talvez seja esperado que os indexadores assumam uma regra neutra ou nenhuma regra. Todavia, a análise e a indexação são dependentes de uma interpretação no contexto e de uma tomada de decisão no processo, o que faz com que o indexador assuma certa posição”.

“É necessário analisar as regras do indexador para torná-las explícitas. O indexador poderia assumir uma regra ativa, exploradora (Wilson, 1968, p. 25) na qual faria julgamentos claros na representação dos documentos ou, alternativamente o indexador poderia assumir uma regra mais descritiva (Wilson, 1968, p. 51) onde o indexador tentaria representar o documento de forma mais neutra possível. Essas escolhas não podem ser feitas num nível global de padrão de indexação. A regra adequada para o indexador é determinada localmente”.

“Fazendo uma análise do domínio, dos usuários e dos indexadores, a análise do assunto principal do documento começará pela pergunta sobre qual discurso do domínio o documento é parte e como os usuários usarão o documento. Essas questões asseguram que o documento será posto dentro do contexto do domínio e dos usuários. As respostas para essas questões serão baseadas em análises prévias do domínio e das necessidades e interesses dos usuários”.

“Somente depois do documento ter sido colocado dentro do contexto, o indexador identificará o assunto principal que deverá ser representado e traduzido dentro da linguagem de indexação”.

Para finalizar, Mai destaca que o conceito de análise em indexação precisa ser estendido a uma grande quantidade de documentos. Segundo o autor, uma análise do assunto principal do documento extrai o contexto e o uso potencial deste. Também ressalta que o indexador traz conhecimento, impressões e experiências para análise do documento e “a abordagem centrada no domínio faz explicitar qual conhecimento o indexador deveria trazer e como o indexador deveria usar esse conhecimento”(MAI, 2005, P. 610).

Na visão de Mai (2005), frequentemente a indexação é explicada como um procedimento em dois passos, por meio do qual o indexador primeiro analisa o documento para determinar o assunto principal e depois traduz o assunto principal dentro dos termos de indexação. O autor aponta que na abordagem centrada no domínio, esses dois passos são os últimos passos numa série de análises que começa com uma análise do domínio e inclui uma análise das necessidades de informação dos usuários, assim como as regras dos indexador

Mai ainda observa que, apesar do procedimento em dois passos ser benéfico ao separar a análise do assunto principal do documento e a criação e seleção de termos de indexação, ela é insuficiente para exteriorizar os passos que o indexador deve realizar na indexação do documento.

A análise do documento para estabelecer seus assuntos principais é um fenômeno complexo e requer explicações complexas para guiar os indexadores. Essa abordagem oferece uma estrutura que administra a complexidade e guia o indexador através da extensão da análise requerida (MAI, 2005).

A imagem abaixo representa as diferenças principais entre abordagem centrada no documento e abordagem centrada no domínio.

1. Approaches in indexing: document-centered and domain-centered.

Figura 1: Representação gráfica das análises centradas no documento e no domínio (Mai, 2005, p. 607).

Com o exposto, observamos que os autores discutem a Organização do Conhecimento na Análise de Domínio dos pontos de vista teórico e metodológico e por meio de análises das principais abordagens de Organização e Recuperação da Informação da atualidade. A seguir, apresentamos nossas reflexões em relação à abordagem.

4.5 Reflexões sobre a Análise de Domínio

Reiteramos que nossas reflexões são feitas com base numa seleção de textos. Isto posto, ressaltamos que essa pesquisa não esgota o assunto, que é bastante amplo e necessita de muita reflexão para contribuir ao entendimento e desenvolvimento da abordagem.

Hjørland e Albrechtsen propõem a Análise de Domínio como um paradigma na Ciência da Informação. Se considerarmos o conceito de paradigma concebido por Thomas Kuhn, verificamos que os autores estão propondo uma nova forma de pensar **CI**. Porém, na nossa concepção, é um tanto exagerado falar em paradigma, pois não há, efetivamente, novos valores em jogo.

Nesse sentido, ao propor a Análise de Domínio como um paradigma, os autores estão propondo uma reflexão sobre o objeto de estudo na Ciência da Informação, que para Hjørland e Albrechtsen, relaciona-se com o comportamento da informação nas atividades e processos que ocorrem nos Domínios do Conhecimento e nas Comunidades Discursivas. Essa visão fundamenta, em seguida, a Organização do Conhecimento.

De acordo com o que foi pesquisado, esta nova forma de pensar relaciona-se à trajetória de uma Ciência da Informação mais tecnicista, com bases positivistas e racionalistas para uma Ciência da Informação mais social, mais pragmática. No contexto da pesquisa dos autores, essa trajetória é norteadada pela transição de um Cognitivismo tradicional para um Cognitivismo Social, ou a visão de domínio específico que os autores preconizam. O importante da visão pragmática é a de que ela não pressupõe a existência de uma verdade.

Verifica-se, nesse percurso, uma mudança de foco em relação às propostas tradicionais de indexação que procura explorar a relação produção, organização, recuperação e uso do conhecimento. Uma característica importante da Análise de

Domínio é que todos os aspectos trabalhados pela abordagem são vistos a partir da divisão social do trabalho, procurando enfatizar os usos da informação.

O paradigma Analítico de Domínio é visto por Hjørland e Albrechtsen como uma alternativa ao Cognitivismo, que de acordo com autores apresenta características mais racionalistas e positivistas. Já as bases da Análise de Domínio estão na Psicologia Social, na Hermenêutica, na Sociologia da Ciência, etc. Dessa forma, no que se refere às questões de raciocínio, de produção e uso do conhecimento, de comportamento de busca de informação, no âmbito da organização, recuperação e comunicação de informações, o paradigma cognitivista volta-se ao indivíduo e a Análise de Domínio à atuação dos indivíduos nos grupos.

Hjørland e Albrechtsen fazem um contraponto entre a visão cognitivista e a visão de Domínio específico para demonstrar a importância em se deslocar o foco do indivíduo para o social. Ressalta-se a referência à filosofia de John Dewey, que afirma a centralidade das ocupações na determinação dos modos de vida, dos hábitos e dos desejos de consumo. Na nossa visão, os autores usam essa citação para exemplificar como as nossas atividades profissionais acabam por determinar a forma como agimos, pensamos e nos relacionamos com as pessoas, dentro e fora do cenário profissional e como elas são traduzidas no contexto pragmático da Organização do Conhecimento.

Nessa perspectiva, para construir o paradigma Analítico de Domínio, Hjørland e Albrechtsen buscam na Educação, na Filosofia, na Psicologia e na Sociologia, o entendimento de como funcionam as disciplinas, as especialidades e as profissões, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de domínios do conhecimento e comunidades discursivas.

Em relação aos conceitos de disciplina e especialidade, não se pode negar a profunda relação existente entre eles. As especialidades estão hierarquicamente subordinadas às disciplinas: elas surgem em função da grande quantidade de conhecimento produzido, implicando a necessidade de seleção, uma vez que é

impossível ter acesso a tudo ou informar-se sobre tudo o que é produzido. Ambos os conceitos estão ligados às formas como as pessoas se organizam e se relacionam, bem como essas relações determinam as formas de produção, transmissão e consumo da informação pela sociedade.

Para construir a Análise de Domínio por meio do entendimento dos conceitos de Domínios do Conhecimento e Comunidades Discursivas, bem como para estabelecer a relação entre eles com a organização, recuperação e uso da informação, os autores reforçam a questão da atuação dos indivíduos nos grupos enfatizando a importância da comunicação nas especialidades (Wilson, 1993). Destacam, também, a importância de relacionar o tipo de área temática às necessidades de informação (Motes, 1962). Quando Amba e Lyer citam Motes (Ambar e Lyer, 1992, p.98 citado por Hjørland e Albrechtsen, 1995, p. 401) e dizem que “o tipo da área temática determina o tipo de necessidade”, entendemos que a forma como a área está consolidada, como seus membros se relacionam, produzem e usam o conhecimento determinam o tipo de necessidade de informação. Nesta perspectiva, a área temática e as necessidades de informação configuram-se em contextos que devem ser levados em consideração nos processos de organização, recuperação e comunicação da informação. A Organização do Conhecimento, portanto, deve partir do princípio de que o papel social da Ciência da Informação é colaborar para estabelecer comunicação entre as pessoas em ambientes informacionais-institucionais de diversas naturezas.

No que se refere ao conceito de Domínio voltado à Organização do Conhecimento, concordamos com a visão de Mai que se refere a Domínio como “um grupo de pessoas que trabalham juntas numa instituição, as quais compartilham objetivos comuns, como por exemplo, ser uma área de *expertise*, um campo da literatura, ou um grupo de pessoas trabalhando juntas numa instituição. Na nossa visão, esse conceito remete ao relacionamento entre as pessoas na produção e uso de conhecimento e informações, o que vai ao encontro do tipo de Organização da Informação na qual acreditamos, como uma atividade que colabora para o

estabelecimento de comunicação entre as pessoas no cenário de produção e uso do conhecimento, desenvolvimento de produtos e prestação de serviços.

Um outro conceito importante para a construção da Análise de Domínio é o de Comunidade Discursiva, que Hjørland e Albrechtsen não definem no artigo de 1995. Em alguns momentos, os autores falam em Domínios do Conhecimento como sinônimo de Comunidades Discursivas, como podemos observar na definição inicial do paradigma Analítico de Domínio, pois eles dizem que para entender informação na Ciência da Informação devemos estudar os Domínios do Conhecimento **ou** as Comunidades Discursivas. De fato, a relação entre os dois conceitos é bastante forte.

Hjørland usa a definição de Comunidades Discursivas proposta por Swales (1990) que vai ao encontro da definição de Domínio proposta por Mai. Contudo, a definição de Swales apresenta características mais específicas ao enfatizar o uso de gêneros discursivos e a terminologia específica entre os membros da comunidade. Porém, ressaltamos que não ficou clara a diferença entre Domínios do Conhecimento e Comunidade Discursiva. Na nossa concepção, domínio e comunidades discursivas são conceitos relacionados, porém cada um deles enfatiza uma característica. Os domínios estabelecem fronteiras entre as áreas temáticas nas quais as pessoas e seus objetos de estudo e trabalho fazem parte; já o conceito de comunidade discursiva está ligado à comunicação dentro de uma área temática, o que faz ressaltar a linguagem de especialidade e os conceitos utilizados por seus membros, a partir dos quais se estabelecem a comunicação entre eles.

Hjørland e Albrechtsen destacam os critérios de relevância como importantes no contexto da Análise de Domínio e na Organização do Conhecimento. Como vimos, os autores citam os trabalhos de Saracevic que discute a importância da relevância da literatura do assunto e da relevância do conhecimento do assunto para o processo de comunicação do conhecimento. Ao relacionarmos a pesquisa de Saracevic aos processos e resultados da Organização do Conhecimento, compreendemos que a relevância da literatura da área relaciona-se ao modo como

seus membros compartilham as formas de classificação, respondendo de modo razoavelmente homogêneo às perguntas: Quem são as autoridades no assunto? A quais instituições essas pessoas pertencem? Quais suas linhas de pesquisa ou de trabalho? Quais são as fontes primárias e secundárias mais confiáveis?

No que se refere à relevância do conhecimento do assunto, as questões principais são: Quais são as bases teóricas que fundamentam determinado conhecimento? Quais são os paradigmas utilizados para construção do mesmo? Qual conteúdo é considerado mais consistente para responder a determinada demanda de informação?

Com a proposta de organização a partir das perguntas acima, procuramos precisar melhor o significado atribuído pelos autores para distinguir esses conceitos, cujas características nos parecem muito próximas e difíceis de delimitar. A relevância do conhecimento do assunto está mais relacionada ao conteúdo e a relevância da literatura do assunto a referências institucionais que corroboram para a construção desse conhecimento. Nesse sentido, entendemos por conteúdo o que está ligado ao tema, ao assunto e ao significado e, por referências institucionais, o que está ligado às instituições, às afiliações, às linhas de pesquisa, às áreas de concentração, etc.

Hjørland (2008, 2010) discute a relevância também do ponto de vista dos sistemas, por meio de análises das abordagens Recuperação de Informação (RI) e Orientada ao Usuário, nas quais ele compara a visão de relevância no modelo de Cranfield e na visão orientada ao usuário. Como vimos, o autor critica ambas as abordagens por elas não serem capazes de lidar com representações voltadas aos contextos institucionais e dos usuários.

A reflexão sobre critérios de relevância implica, necessariamente, o conceito de seleção. Em nosso entendimento, a relevância é determinada por aquilo que se considera importante em função de determinados objetivos e, de modo derivado, o que deve ser selecionado, registrado, organizado, recuperado e conseqüentemente utilizado, uma vez que não é possível armazenar e usar tudo o que é produzido,

mesmo que seja pertinente ao contexto institucional. Em função da seleção, é necessário explicitar os critérios utilizados para afirmar, num sistema informacional, o que é relevante. Trata-se de outro modo de dizer que a seleção e o critério de relevância determinam as hipóteses de organização que implicam os modos de organização da informação.

No que tange às questões de linguagem, verificamos que, frente ao objetivo dos autores de ressaltar os aspectos sociais, a proposta de Análise de Domínio na Organização do Conhecimento é formulada a partir da visão da linguística do ponto de vista da psicologia, ressaltando o papel da linguagem no processo cognitivo e suas relações com os ambientes socioculturais (1995, p. 405). Hjørland (2008) reforça essa visão quando ele diz que “a Pragmática é o caminho para analisar a Linguística na Ciência da Informação” (HJØRLAND, 2008, p. 99). Ou seja, o mecanismo de funcionamento da linguagem deve ser analisado na prática, no uso.

Os autores são críticos em relação ao Estruturalismo, ressaltando que ele foi atraente para os linguistas “por isolar o sistema de linguagem de outros fenômenos cognitivos”, ou seja, por buscar na própria linguagem a essência dos significados sem olhar para o contexto. Observa-se que os autores não conhecem – ou não se referem – aos desenvolvimentos da linguística estrutural desde Benveniste, que afirmou a importância da enunciação, incluindo o sujeito no processo de comunicação linguística. Hjørland (2008) parece reconhecer somente a contribuição de Chomsky na linguística, pontuando apenas sua impressão (pessimista) no caso concreto das possibilidades da automação da Documentação. Dito de outro modo, não discutem o papel fundamental da linguagem como instrumento de comunicação, centrando-se principalmente na cognição, apesar de afirmarem sua preferência a um cognitivismo que englobe o social.

Hjørland e Albrechtsen (1995) relacionam a importância da linguagem à construção de linguagens para recuperação de informação, bem como ao entendimento de textos, que é uma das ferramentas mais utilizadas para construção e disseminação de conhecimento, salientando que a interpretação de um texto depende não

somente das habilidades do autor, mas também das habilidades do leitor, ou seja, que a emissão e a recepção não podem ser vistas de forma isolada. O entendimento, a interpretação e a compreensão de um texto não dependem somente das habilidades linguísticas do autor, mas também do capital intelectual e das habilidades do leitor. Os autores criticam a visão positivista e racionalista da ciência que vê a linguagem como etiqueta, bem como as abordagens que preconizam a análise de textos isolados de suas origens sociais e históricas.

Em relação à Terminologia, Hjørland e Albrechtsen (1995) reconhecem a importância da Linguagem de Especialidade como instrumento de comunicação nas Comunidades Discursivas. Porém, Hjørland (2008) fala da dificuldade de selecionar a terminologia, associando-a ao não entendimento dos conceitos, já que eles têm de ser analisados sob várias teorias, cada uma delas implicando visões particulares. É intrigante a referência à Henriksen quanto à não reconhecimento da LSP, mas Hjørland e Albrechtsen (1995) não comentam muito esse aspecto. Quanto à dificuldade em selecionar a terminologia associada ao conhecimento dos domínios, os autores reconhecem que a terminologia implica não só designações, como o sistema de organização dos conceitos, embora não se refiram ao problema dessa forma.

As questões da linguagem não são devidamente enfrentadas na perspectiva Hjørland e Albrechtsen (1995). Por exemplo, eles não se referem à relação entre os estudos da linguagem e da Terminologia, tomando muitas vezes a expressão 'terminologia' sem as implicações que seriam derivadas das teorias terminológicas. Primeiramente, não parecem reconhecer a existência do campo de estudos terminológicos. Em segundo lugar, ao usar terminologia de um modo genérico, não deixam claro se a importância a que se referem se relaciona à construção de linguagens ou à recuperação informação. Os autores não relacionam o conceito de comunidade discursiva à terminologia ou aos estudos teóricos do campo da Terminologia. Quanto às discussões sobre a linguagem na Documentação ou Ciência da Informação, parecem não conhecer ou não reconhecer a literatura

produzida na França, na Espanha e, claro, no Brasil, afirmando apenas que a “linguística é pouco citada na Ciência da Informação (2008, p.98).

Como vimos, a Análise de Domínio se propõe como metodologia para Organização do Conhecimento, observando-se que Hjørland (2008) distingue entre um aspecto mais específico da **OC** que se relaciona aos processos e sistemas de Organização do Conhecimento, e um aspecto mais abrangente que se relaciona à divisão social do trabalho, implicando as formas como as instituições e a sociedade se organizam para produzir e usar conhecimento, serviços e produtos.

Ao sentido específico de **OC**, liga-se o conceito de Sistemas de Organização do Conhecimento (**SOCs**), que compreende o conjunto aberto de instrumentos de organização, representação, recuperação e comunicação de informações e conhecimento, tais como tesouros, ontologias, taxonomias, entre outros; tipos de publicações como guias bibliográficos e enciclopédias; tipos de organizações sociais, formas de organização educacional e até os equipamentos culturais como as bibliotecas e museus. Hjørland chama os **SOCs** de ferramentas semânticas, cujo objetivo é apresentar uma interpretação organizada do conhecimento. Observa-se que o termo Sistemas de Organização do Conhecimento é excessivamente abrangente, pois reúne não apenas instrumentos operacionais, como guias bibliográficos, enciclopédias, folksonomia, manuais.

A Análise de Domínio, ao enfatizar o papel do indivíduo no grupo, bem como o contexto em que se dá a **OC**, discute as questões da objetividade e da subjetividade. A pontuação sobre o fato de que a subjetividade deve ser olhada a partir de referências compartilhadas e não do indivíduo está presente em texto que Hjørland escreve com Capurro. Essas referências estão ligadas a posições filosóficas, que por sua vez determinam os critérios de relevância na Organização do Conhecimento.

Hjørland classifica as unidades de Organização do Conhecimento em Documento, Informação e Conhecimento (HJØRLAND, 2008, p. 96). No que se refere ao conceito de conhecimento, a visão de Hjørland e Albrechtsen (1995) é ligada ao aspecto funcional e pragmático do conhecimento, ou seja, ao fato de que o conhecimento surge a partir da necessidade. Como as necessidades e os usos mudam, eles não acreditam numa essência do conhecimento. Essa posição se reflete nas metodologias de Organização do Conhecimento, pois os autores criticam a utilização das representações como verdades.

No que se refere ao conceito de informação, a questão da subjetividade também está presente, mas não do ponto de vista individual, porque a ênfase está na construção de sentido, que ocorre no uso da informação. Destacamos que esse uso está presente em todas as fases do fluxo, pois a informação é usada de alguma forma por todos que estão envolvidos com ela, por quem produz, por quem trata, por quem dissemina, e por um usuário a quem chamamos de usuário final. O que acontece é que para cada um desses atores, um aspecto da informação será mais importante.

O conceito de Documento dos autores está alinhado a esse conceito de informação, pois também ressalta a idéia de contexto de produção e uso para determinar o que pode vir a ser documento. Dessa forma, o que pode ser Documento para uma pessoa, para um grupo, para uma disciplina ou para uma instituição, pode não ser para o outro.

No sentido de enfatizar a necessidade de se considerar o contexto na Organização do Conhecimento, Hjørland apresenta os conceitos de Organização Intelectual do Conhecimento e Organização Social do Conhecimento. A **OIC** está ligada às representações de elementos da realidade e a **OSC** refere-se à organização das instituições que produzem conhecimento. No entanto, existe uma relação de implicação entre elas. Há, portanto, uma forte relação entre as questões de organização do conhecimento e questões epistemológicas, que conformam os métodos e processos de organização.

Hjørland (2008) analisou as principais abordagens para Organização do Conhecimento com o objetivo de buscar fundamentação para construção da Análise de Domínio. Critica a abordagem tradicional afirmando que ela supõe uma verdade, uma essência, tendendo a presumir as representações como corretas ou incorretas. Já quanto à Classificação facetada, embora critique a rigidez do sistema em razão das categorias *a priori*, o autor é mais condescendente. No que se refere à abordagem da Recuperação da Informação, Hjørland aponta a competição existente entre a Organização da Informação e a Recuperação da Informação, ressaltando o caráter positivista da **RI** pelo fato de não considerar o contexto na elaboração de seus preceitos. Quanto à abordagem orientada ao usuário, Hjørland faz uma crítica ao abandono do tratamento dos documentos.

Quanto aos estudos bibliométricos, considerados por Hjørland e Albrechtsen (1995) precursores da Análise de Domínio, os autores consideram que as técnicas bibliométricas podem oferecer contribuições sobre disciplinas (a partir da análise das citações é possível observar quais são áreas pesquisadas nas disciplinas), bem como sobre a identificação das relações entre as disciplinas, apesar de criticarem a falta de método para interpretar tais relações. Pode-se afirmar que do ponto de vista social, a Bibliometria contribui para mostrar a atuação do coletivo na construção do conhecimento científico.

Embora não se possa afirmar efetivamente que Mai (2005) utilize a Análise de Domínio tal como proposta por Hjørland e Albrechtsen, o autor realiza um exercício discutindo as questões concretas da indexação, procurando mostrar as diferenças entre indexar com foco no documento, no usuário e no domínio, bem como o caminho da análise do documento na perspectiva do domínio. Tal proposta, no entanto, também falha em apresentar procedimentos para a realização das tarefas.

Em conclusão, pode-se afirmar que a Análise de Domínio tem o mérito de enfatizar a questão epistemológica da Organização do Conhecimento, o que ao nosso ver, contribui para a reflexão sobre a natureza da atividade, bem como para ressaltar seu caráter social. Muitas vezes, as atividades de organização da informação são vistas

apenas como tarefas técnicas, descontextualizadas dos objetivos institucionais. Nem sempre se considera o papel social da **OI** na circulação do conhecimento, considerando as necessidades dos usuários da informação. A proposta da Análise de Domínio, a seu modo, propõe a discussão das relações entre a produção e uso da informação preocupando-se em introduzir aspectos pragmáticos do processo.

5. Análise Comparativa entre a Linguística Documentária e a Análise de Domínio

Neste capítulo realizaremos uma análise comparativa entre as abordagens Linguística Documentária e Análise de Domínio a partir do destaque dos conceitos que julgamos serem mais representativos das duas vertentes.

Linguística Documentária, Análise de Domínio e o compromisso com o social

A análise dos textos relativos às duas abordagens permite afirmar que a Linguística Documentária se propõe como fundamentação teórico-metodológica para a Organização da Informação e a Análise de Domínio para a Organização do Conhecimento. Observamos que ambas as abordagens se referem à preocupação com os aspectos sociais na concepção de suas teorias, instrumentos e metodologias, o que se manifesta de várias maneiras, como exposto a seguir.

A Linguística Documentária, ao menos inicialmente⁴⁷, desenvolve suas análises e aplicações do ponto de vista da Documentação; a Análise de Domínio, da perspectiva da Ciência da Informação. Esse recorte traz à tona a íntima relação existente entre a Documentação e a Ciência da Informação, o que reitera o fato de Paul Otlet ser considerado um dos precursores da Ciência da Informação.

Tanto a Documentação, como a Ciência da Informação estão voltadas ao social, o que é possível verificar pelas afirmações destacadas a seguir e que podem ser aplicadas à reflexão e à construção de teorias e metodologias de Organização da Informação e do Conhecimento, tomadas como atividades nucleares do campo, hoje identificado como sendo da Ciência da Informação.

Para comprovar o que dizemos, retomamos García Gutiérrez, para quem:

⁴⁷ A produção bibliográfica da Linguística Documentária identifica, inicialmente, a Documentação como seu campo maior. Mais recentemente, especialmente nos textos elaborados por pesquisadores da ECA, a Linguística Documentária é inserida no contexto da Ciência da Informação como um de seus subdomínios.

O caráter social da Documentação, é portanto, a via pela qual a Linguística Documentária estabelece relações com a Sociolinguística, ciência relaciona a língua, a estrutura e os comportamentos sociais. [...] Os produtos transformados pelo método documentário são reflexo direto da composição, flutuações, manifestações e, inclusive, da relação de poder entre os diferentes extratos do grupo social produtor (GARCÍA GUTIÉRREZ, 1990. p.33-34).

Para Hjørland e Albrechtsen,

O paradigma analítico de domínio é um paradigma social que, concebe a Ciência da Informação como uma das ciências sociais [...] (HJØRLAND e ALBRECHTSEN, 1995, p. 400).

A Linguística Documentária trabalha a função social quando vê a Documentação sob a perspectiva da interrogação e do uso, conforme García Gutiérrez (1990). A função social da abordagem também está presente quando a Linguística Documentária usa a Linguística Estruturalista, a Terminologia (e as Linguagens de Especialidades), bem como a Semiótica. Na perspectiva da Linguística Estruturalista, a língua é um produto social, como podemos observar na citação de Saussure:

Mas o que é a língua? [...] É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem, e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social, para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 1972, p. 17).

A Linguística Estruturalista afirma que as línguas naturais carregam consigo os valores de uma sociedade: ao aprender uma língua, o indivíduo assimila também a ideologia do grupo, ou seu modelo de mundo.

Tálamo & Lara ressaltam esse aspecto quando se referem à linguagem:

A linguagem como elemento constitutivo da cultura informacional não exerce função meramente instrumental. Para além de seu funcionamento codificador, ela se propõe como representação, seja como insumo do processo social de geração de sentido, seja como resultado textual desse processo (TÁLAMO e LARA, 2006, p.25).

Ou ainda, conforme citado anteriormente:

No entanto, como a massa total de significação que pode ser expressa através de signos **é especificamente e arbitrariamente decupada por cada sistema** (grifo nosso), não só cada comunidade linguística instituída a manipula a seu modo, como também novos sistemas nela propõem formas semânticas distintas, segundo contextos igualmente distintos (TÁLAMO e LARA, 2006, p. 205, grifo do autor).

No que se refere à Terminologia, o fato da Linguística Documentária buscar o apoio de seu trabalho para a organização das linguagens documentárias nas linguagens de especialidade, sinaliza seu empenho em encontrar referências validadas socialmente nas comunidades de discurso. Tendo como base os sistemas de conceitos dos domínios e áreas de atividade, contextualiza os relacionamentos semânticos entre descritores a partir de determinados pontos de vista razoavelmente consensuais, não deixando de afirmar sua combinação na elaboração de linguagens documentárias, a objetivos institucionais e demandas de informação localizadas.

A Semiótica também colabora para o fortalecimento da função social da Atividade Documentária ao oferecer as referências para discussão e implantação de mecanismos de interpretação e seleção de informações via Linguagens Documentárias, conforme o que afirma a citação de Lara:

A perspectiva supõe a informação como um signo contextualizado pragmaticamente. Sua abordagem como signo, via descritores da linguagem documentária, a insere num processo interpretativo, mas somente quando é contextualizada de forma pragmática é que e a adquire um estatuto social, transformando-se, pela legitimação, em elemento efetivo de comunicação (LARA, 2006, p.343).

Hjørland e Albrechtsen preconizam o caráter social da Análise de Domínio a partir da subordinação da abordagem à Ciência da Informação, a qual consideram como uma ciência social. Referem-se também à relação entre a divisão social do trabalho, produção e o uso do conhecimento e Organização do Conhecimento. Para discutir essa relação, os autores buscam fundamentação teórica principalmente na Sociologia da Ciência, Sociologia do Conhecimento, na Filosofia e na Psicologia Social, afirmando que a forma como se dão as relações no mundo do trabalho

influenciam diretamente a produção e o uso do conhecimento, o que se estende às questões de Organização do Conhecimento.

Para tentar compreender como as pessoas atuam nesse processo, Hjørland e Albrechtsen, bem como Hjørland, individualmente, trabalham no desenvolvimento dos conceitos de Domínios do Conhecimento e Comunidades Discursivas, os quais por sua vez são discutidos por meio da análise dos conceitos de Disciplinas, Especialidades, Profissões, Comunidades Científicas, Pensamento Coletivo, entre outros. A Psicologia Social é utilizada principalmente para sustentar a argumentação a favor de um Cognitivismo que contribua para a análise da atuação dos indivíduos nos grupos, bem como para o entendimento do funcionamento da linguagem.

A Linguística Documentária desenvolvida pelos pesquisadores da ECA também trabalha com o conceito de Domínio, porém do ponto de vista da Terminologia, mais especificamente da Terminologia Comunicativa e da Socioterminologia. Os Domínios, como também as Áreas de Atividade, conceitos desenvolvidos pela Terminologia, tem como função balizar as hipóteses de Organização da Informação que sustentam o plano de classificação das Linguagens Documentárias. Embora na Linguística Documentária raramente se utilize o termo comunidades discursivas, a referência à terminologia dos domínios e áreas de atividade supõe, necessariamente, um conjunto de discursos que caracterizam tendências, compartilhamentos e temáticas.

No que se refere ao conceito de relevância, a Linguística Documentária não prioriza a discussão. Em 2009, Lara recupera o conceito de relevância de Capurro, concordando com o autor quando ele afirma que para a definição de algo como informativo para alguém concorrem estruturas informacionais, terminológicas e de linguagem das comunidades discursivas, o que mostra que o conceito de informação é subjetivo, porém não individual.

Na Análise de Domínio, o conceito de relevância tem como base as pesquisas de Saracevic, que diferencia relevância da literatura do assunto e do conhecimento do assunto. Hjørland também discute relevância do ponto de vista dos sistemas, criticando as abordagens da Recuperação da Informação, bem como a Orientada ao Usuário, pelo fato delas não lidarem com a questão da representação de forma contextualizada, ou seja, considerando os possíveis usos dos documentos.

A questão do contexto também é discutida por ambas as abordagens. García Gutiérrez fala sobre os aspectos linguísticos e extralinguísticos da Documentação e discute o conceito de contexto com base em Wittgenstein. No Brasil, Kobashi e Fernandes, já citadas, buscam especificar tipo de contextos para operacionalizar o trabalho de organização da informação, com base na pesquisa de Armengaud. Na Análise de Domínio, a discussão sobre contexto aparece nas questões sobre linguagem e no trabalho de Mai, onde ele apresenta duas abordagens para conceituar contexto: abordagem objetivada e a abordagem interpretativa. O que fica claro é que ambas as discussões estão ligadas às questões de linguagem, ou seja, passam pelos processos de significação, pela oferta de sentidos.

Atividade Documentária, Organização da Informação e Organização do Conhecimento

A Linguística Documentária usa os termos Atividade Documentária e Organização da Informação; a Análise de Domínio prefere o termo Organização do Conhecimento. Acreditamos que essa diferença de terminologia reside no fato da Linguística Documentária ter como foco as atividades que constituem o núcleo da Documentação e Ciência da Informação. Assim, a Linguística Documentária prioriza questões decorrentes de suas opções metodológicas, sem desprezar seus fundamentos epistemológicos. A Análise de Domínio, ao contrário, não prioriza a metodologia, optando por discutir a Organização do Conhecimento do ponto de vista epistemológico primordialmente. Embora Hjørland estabeleça diferença entre um sentido específico (que se aproximaria daquele dado pela Linguística Documentária, focando a atividade, ou a análise e indexação dos documentos) e um sentido mais

amplo (a organização mais geral do conhecimento, mais ampla que a da atividade específica, voltada à forma como as instituições e os atores que produzem conhecimento se organizam para alcançar tal objetivo), opta pelo termo conhecimento, e não informação. Além disso, os vários significados existentes para os conceitos de informação, conhecimento e documento também corroboram para as escolhas terminológicas.

Na Linguística Documentária, o termo Atividade Documentária em alguns contextos é mais amplo do que Organização da Informação, quando engloba todos os aspectos da Documentação, desde a criação do documento para o sistema documentário (emissão) até a utilização da informação pelo usuário (recepção). Em outros, o termo Atividade Documentária é praticamente sinônimo de Organização da Informação, referindo-se aos processos e às operações utilizadas para registrar a informação (que incluem a Análise Documentária) de forma que ela possa ser recuperada, comunicada e interpretada.

Conhecimento, Informação, Documento

Em relação ao conceito de Conhecimento, na Linguística Documentária, a análise é feita em relação ao conceito de informação, no contexto de construção das Linguagens Documentárias. Informação, como construção, é um produto da atividade documentária que se debruça sobre o conhecimento registrado. O conhecimento é, também, resultado da apropriação da informação. A Análise de Domínio discute o conceito do ponto de vista da metodologia da ciência, ao apresentar as visões Positivista e a Pragmática do conhecimento, o que ressalta o caráter epistemológico da Análise de Domínio e o foco no conhecimento científico.

No que se refere ao conceito de informação, a Linguística Documentária destaca, seja quando fala em Documentação, ou Ciência da Informação, sua característica institucionalizada, resultado de seleção e tratamento que visa atender a demandas específicas. Propõe especificar o conceito utilizando o termo informação documentária para salientar o produto da seleção e tratamento, uma construção com

o objetivo de desencadear processos de construção da significação no momento da recepção. Ao focalizar a construção e o uso de instrumentos e métodos, trabalha com informação como potencial para se tornar conhecimento, preocupando-se com os referenciais para a negociação do sentido.

A Análise de Domínio procura entender o comportamento da informação nos Domínios do Conhecimento e nas Comunidades Discursivas, ou seja, nas situações de produção e uso do conhecimento, as quais são visualizadas a partir da divisão social do trabalho. Na perspectiva da Análise de Domínio, a informação é subjetiva, porém a ênfase é no indivíduo que pertence a um grupo, o que determina as possibilidades e modos de interpretação.

O conceito de Documento em ambas as abordagens relaciona-se aos aspectos físicos e de conteúdo, ao concreto e ao abstrato, sendo que tanto a Linguística Documentária como a Análise de Domínio, ao destacar a função social do Documento, levantam aspectos pragmáticos. Não compartilham da ideia de uma materialidade que torna o documento algo objetivo e passível de ser representado com neutralidade. Nesse sentido, usando a terminologia da Análise de Domínio, consideramos que ambas as abordagens trabalham a objetividade e a subjetividade, sendo que a objetividade refere-se à face material do documento, a face que lhe dá identidade, e a subjetividade (não do ponto de vista do indivíduo, e sim do indivíduo no grupo) refere-se às questões de uso, de necessidades, de referências que corroboram para estabelecer os pontos de vista pelo quais o documento pode ser visto.

Uma questão que consideramos importante é que os conceitos de Documento, Informação, Conhecimento na Linguística Documentária são apresentados na fundamentação teórica da abordagem e na Análise de Domínio estão ligados à discussão sobre a Organização do Conhecimento. Essa organização é resultado de como cada abordagem constrói e analisa seus fundamentos.

Metodologias e Aplicações

No que se refere às questões metodológicas verificamos que a Linguística Documentária apresenta métodos mais desenvolvidos para organização da Informação relativos à análise de documentos e construção Linguagens Documentárias, especificamente os tesouros, o que resulta na criação e discussão de conceitos como Leitura Documentária, Produtos Documentários, Mensagem documentária, Signo Documentário, Semiose Documentária, Comunicação Documentária, entre outros. A Análise Documentária, outro conceito que pode ser englobado pela Linguística Documentária, ao menos na concepção de Guitérrez, não é discutido detalhadamente neste texto, pois a produção sobre esse tema é anterior ao período analisado. Seria importante assinalar, no entanto, que ela poderia ser cotejada com a perspectiva de Mai quando este fala em indexação a partir da Análise de Domínio.

Na Análise de Domínio, no quadro comparativo entre a Visão Cognitivista e a Visão de Domínio específico, verificamos que Hjørland e Albrechtsen colocam que o melhor exemplo de aplicação do Domínio Específico é a representação/classificação de assuntos, lado interno do sistema. O fato é que não encontramos metodologia de Organização do Conhecimento na Análise de Domínio, e sim contextos e situações na qual ela poderia ser aplicada. Somente no trabalho de Mai verificamos que ele propõe uma descrição de etapas a serem seguidas para análise do documento com foco no domínio, mas ainda assim, não caracterizadas como metodologia. Consideramos que isso pode ser explicado pela amplitude pretendida do conceito de Organização do Conhecimento trabalhado pela Análise de Domínio, cujas preocupações são mais da ordem epistemológica. Torna-se, assim, difícil, adotar a Análise do Domínio pois as metodologias são desenvolvidas *ad hoc*, a cada aplicação.

Hjørland e Albrechtsen falam na Bibliometria como método capaz de contribuir para a análise de tendências nas pesquisas científicas, porém ressaltam que para que haja interpretação dessas tendências deve ser utilizada a metodologia da Análise de Domínio. No entanto, não encontramos, nos textos analisados, uma indicação metodológica para sua utilização.

Em relação aos termos indexação e representação, vimos que a Linguística Documentária trabalha com os termos representação, e representação documentária, mas também utiliza o termo indexação, quando se refere, em especial, à Análise Documentária. Na Análise de Domínio, encontramos uma maior ocorrência do termo indexação, até pela influência das linhas americanas na abordagem. No quadro comparativo entre o Cognitivismo e o Domínio Específico, encontramos referência à representação, porém o conceito de não é discutido.

Hjørland faz críticas à visão das representações como objetivas e neutras, com base na visão pragmática que ele apresenta do Conhecimento. Essa perspectiva também é compartilhada pela Linguística Documentária quando sugere falar em hipótese de organização para a construção das linguagens documentárias. Se ela admite trabalhar com hipóteses de organização, é porque acredita na possibilidade de muitas visões, escolhendo uma ou outra em função das referências concretas das linguagens de especialidade combinada às razões institucionais do sistema documentário.

No que se refere aos resultados da Organização da Informação e do Conhecimento, observamos que a Linguística Documentária denomina genericamente Produto Documentário referindo-se aos índices e outros resultados da indexação e da representação documentária, como por exemplo, os resumos. As próprias Linguagens Documentárias também são consideradas produtos documentários. A Análise de Domínio propõe uma série produtos, serviços e estudos nos quais a metodologia da abordagem poderia ser aplicada, como os Guias de Literatura, as classificações, tesauros, estudos bibliométricos, etc.

O profissional da informação

Tanto a Linguística Documentária como a Análise de Domínio se posicionam em relação ao papel do profissional na hora de organizar informação. Ambas as abordagens fazem referência ao profissional no momento da análise do documento. A Análise de Domínio discute a importância de explicitar as regras utilizadas pelos indexadores para a realização de todo o processo. No nosso entendimento, essa proposta refere-se ao estabelecimento de política de indexação que contemple os profissionais envolvidos, para que as regras possam ser claras visando resultados mais consistentes na organização da informação. A Linguística Documentária procura detalhar as etapas do processo de análise documentária (seleção, leitura documentária, análise, síntese), bem como construir uma linguagem documentária (delimitação do domínio, especificação de objetivos, busca de referências nas linguagens de especialidade, organização das redes lógico-semânticas etc.).

A comparação aqui realizada não esgota todos os aspectos das duas vertentes que poderiam ser cotejados, até porque os textos analisados, limitados ao período de 1990 a 2010, bem como fruto de uma seleção, não necessariamente apresentam correspondência quanto aos termos e temas discutidos, a exemplo da Análise Documentária. Procuramos destacar aqui, a partir dos textos analisados, aqueles que consideramos mais significativos para ilustrar as semelhanças e diferenças entre as duas abordagens.

Foi possível verificar que as abordagens apresentam pontos em comum que às vezes não se revelam facilmente, porque cada uma delas parte de uma fundamentação teórica. Observamos que ambas têm como objetivo a preocupação com os aspectos sociais da organização e se preocupam com a atuação das pessoas no contexto de produção e uso de informações e do conhecimento. Vale ressaltar, no entanto, a ausência de uma proposta metodológica clara na abordagem da Análise de Domínio.

Para finalizar, procuramos reunir em um quadro as principais semelhanças e diferenças entre as duas abordagens.

	Linguística Documentária	Análise de Domínio
Ponto de Partida	Documentação, Ciência da Informação	Ciência da Informação
Bases teóricas	Linguística Estruturalista, Terminologia, Semiótica, Lógica, Comunicação, Análise do Discurso	Psicologia Social, Sociolinguística, Sociologia da Ciência, Sociologia do Conhecimento, Filosofia
Objetivos	Fundamentar teórica e metodologicamente a elaboração de instrumentos e métodos de organização da informação. No período analisado, os pesquisadores da ECA focam na construção de linguagens, especificamente os tesauros.	Discutir a Organização do Conhecimento do ponto de vista epistemológico, propondo a Análise de Domínio como metodologia para organização do Conhecimento.
Foco nos aspectos Sociais	Trabalha os aspectos sociais a partir das visões de língua e linguagem propostas pela Linguística Estruturalista de Saussure e de seus seguidores. Procura referendar seus recortes na Terminologia buscando a validação social dos termos, ou seja, seu uso efetivo nos discursos dos domínios e áreas de atividade.	Trabalha o social a partir do desenvolvimento e discussão dos conceitos de Domínios do Conhecimento, Comunidades Discursivas, Disciplinas, Especialidades, Relevância, sem especificar como operacionalizar a análise.
Metodologias	Apresenta metodologia para Análise Documentária e para a construção de Linguagens Documentárias, em especial, os tesauros.	Não foram encontradas metodologias. Apresenta etapas para análise do documento com base no domínio, exceção feita ao trabalho de Mai. Aponta a Bibliometria como um dos recursos metodológicos para a análise.
Conhecimento	Discute o conceito de conhecimento com foco na relação informação e conhecimento. Visão pragmática.	Discute o conceito com base em análise comparativa entre a visão positivista e a visão pragmática.

		Favorável à visão pragmática do conhecimento.
Informação	Trabalha com o conceito de informação institucionalizada para ressaltar os vínculos da seleção com os critérios de organização. Adota o termo informação documentária para especificar o produto da atividade documentária. Destaca o papel da negociação de sentido para construir a informação, bem como as referências validadas socialmente via terminologias.	A informação é um conceito subjetivo mas não individual. Relaciona-se às Comunidades discursivas e Domínios do Conhecimento.
Documento	Documento, produto de seleção. Prefere utilizar texto como unidade de análise.	Não se refere a documento explicitamente, a não ser citando outros autores.
Domínio	Conceito de domínio abordado através da Terminologia. O domínio é referência para delimitação da linguagem documentária, como um dos elementos para a escolha da hipótese de organização e, conseqüentemente, para o engendramento das redes semânticas.	Conceito de Domínio abordado a partir da Educação, da Psicologia, da Sociologia, etc. Tem como objetivo compreender como as pessoas se organizam para produção e uso do conhecimento.
Relevância	Não prioriza a discussão, compartilhando da visão de Capurro.	Discussão do conceito de relevância baseada na visão de Saracevic. Discute o conceito do ponto de vista epistemológico e do ponto de vista das abordagens de Recuperação da Informação e orientada ao usuário, as quais são criticadas por não trabalharem com a questão da representação no contexto.

Contexto	Conceito discutido com base em Wittgenstein. O significado das palavras é esclarecido pelo uso. García Gutiérrez fala sobre linguístico e o extralingüístico na Documentação. A Linguística Documentária brasileira enfatiza relação com o simbólico. Kobashi apresenta tipos de contextos com base na pesquisa de Armengaud.	Conceito discutido a partir das questões de texto e linguagem, bem como a partir dos conceitos apresentados por Mai (abordagem objetivada e interpretativa de contexto)
Organização da Informação, Organização do Conhecimento, Atividade Documentária	Atividade Documentária: conceito mais amplo que aborda vários aspectos da Documentação, desde da produção de documentos, passando pelo tratamento, até chegar no uso. Organização da Informação é utilizado para referir-se aos processos e etapas da organização no interior da atividade documentária.	Usa o termo Organização do Conhecimento para referir-se aos processos e operações utilizados para organizar informação para recuperação e para referir-se a forma como às instituições que produzem conhecimento se organizam para tal. Distingue sentido específico e amplo de Organização do Conhecimento.
Produtos, Resultados	Linguagens Documentárias, Índices nas bases de dados organizadas via linguagens documentárias, resumos.	Guias de literatura, classificações, construção de tesouros.
Profissão da Informação	Aborda a importância das metodologias para apoiar o trabalho do profissional da informação, como por exemplo, na Análise Documentária.	Aborda a importância do profissional da Informação na Análise do Documento. Enfatiza a necessidade de regras para tornar explícito o trabalho dos indexadores.

Conceitos e contextos relacionados à fundamentação teórica da abordagem	Documentação, Linguística, Linguagem, Terminologia, terminologias, Semiótica, Lógica	Domínios do Conhecimento, Comunidades Discursivas, Disciplinas, Especialidades, Especialização, Profissões, Contexto, Domínio Específico. Relevância
Conceitos e contextos relacionados à Organização da Informação e do Conhecimento	Seleção, Contexto, Atividade Documentária, Análise Documentária, Documento, Informação documentária, Informação institucionalizada, terminologias, linguagem de especialidade, domínios, áreas de atividade, Comunicação Documentária, Signo Documentário, Semiose Documentária, Mensagem Documentária, Definição, Rede de relações lógico-semânticas,	Conhecimento, Informação, Documento, Organização do Conhecimento, Organização Social do Conhecimento, Organização intelectual do Conhecimento, Processos de Organização do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento

Quadro 4: Principais Semelhanças e Diferenças entre a Linguística Documentária e Análise de Domínio

Ao final desta pesquisa, podemos afirmar sua contribuição para o entendimento dos conceitos de Organização da Informação e de Organização do Conhecimento no contexto das abordagens analisadas. Nesse sentido, entendemos que o conceito de Organização da Informação aplica-se mais convenientemente para falar das metodologias, instrumentos, processos e operações realizadas para que a informação seja registrada e recuperada, ou seja, para que se reúnam condições para que ela seja comunicada, interpretada e utilizada. O conceito de Organização do Conhecimento também apresenta essas características na visão da Análise de Domínio, muito embora poderia ter sido reservado à forma como as instituições produtoras de conhecimento se organizam para produzi-lo, por meio das disciplinas, especialidades, profissões, etc., o que permitiria distinguir melhor entre o que Hjørland afirma como sentido específico e sentido geral da organização.

De fato, a forma como as instituições se organizam para produzir conhecimento delinea o conteúdo do conhecimento produzido. Por exemplo: uma disciplina denominada 'sistemas de recuperação de informação' pode ter sentidos diferentes num curso de Biblioteconomia e num curso de Ciência da Computação, privilegiando traços que são mais particulares a uma atividade ou outra. Essa constatação corrobora a hipótese de que a Organização da informação e a Organização do Conhecimento são atividades sociais, as quais se relacionam intimamente à formação das pessoas, aos contextos ou situações onde são produzidas ou processadas informações. Nas palavras de Rendon Rojas (2008), os documentos dão origem à objetivação e à subjetivação da informação, sendo que a objetivação acontece considerando-se a materialidade do documento, e a subjetivação, o momento em que o sujeito entra em contato com o documento (ou o constrói, a seu modo) e internaliza o seu conteúdo, o qual poderá ser transformado em conhecimento.

É bastante interessante a visão de Capurro quando ele fala em oferta de sentido, uma maneira de dizer que as informações formatadas a partir da perspectiva da Organização da Informação podem gerar processos de significação e orientar as pessoas na utilização dos documentos.

A ênfase na comunicação e no uso das informações relaciona-se à trajetória do universal para o particular, a qual fizemos referência no capítulo dois **Organização da Informação na Atualidade**, que por sua vez impacta na construção e uso dos instrumentos de organização como as Linguagens Documentárias.

Nessa perspectiva é, de fato, importante salientar o papel do contexto na Organização da Informação, já que ele pode fazer toda diferença na comunicação e no uso das informações. O contexto relaciona-se ao simbólico, aos processos de significação, à forma como as pessoas se relacionam para produzir e usar conhecimento.

A ênfase da Linguística Documentária nos textos analisados se destaca pela contribuição que oferece para a construção de linguagens para organização, recuperação e comunicação de informações, com foco nos processos de significação, no simbólico e nas culturas. A Análise de Domínio enfatiza a construção da visão epistemológica do campo, destacando a importância do contexto nos processos de organização e o papel dos ambientes nos quais se produz informação e conhecimento, como as universidades, com suas disciplinas, especialidades, profissões, etc. As ênfases são diferentes, o que não significa necessariamente que ambas as abordagens não reconheçam quer o papel do contexto, quer o papel da linguagem.

Muitos outros aspectos poderiam ter sido trazidos à tona no cotejamento das duas abordagens. Nossa pesquisa não esgota o assunto, o que permite também prever a necessidade de sua continuidade.

Ao redigirmos as considerações finais, devemos ressaltar, também, que constatamos um certo desequilíbrio na análise, uma vez que mobilizamos mais a bibliografia sobre a Análise de Domínio do que sobre a Linguística Documentária. Para recuperar melhor os fundamentos desta última abordagem seria necessário retroceder no tempo recuperando trabalhos desde Jean-Claude Gardin. Esperamos,

no entanto, que esta pesquisa possa contribuir para o desenvolvimento das reflexões brasileiras sobre o campo da Organização da Informação.

ANDRADE, J. **As contribuições das Linguagens Documentárias à arquitetura de informações em Websites**. [TCC]. São Paulo: ECA-USP, 2005. Orientador Marilda Lopes Ginez de Lara.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, p. 351-360, 1991.

BUSH, V. As we may think. **Atlantic Monthly**, v.176, 1, p.101-108, 1945. Disponível em <http://www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bushf.htm>. Acessado em: Ago. 2008.

CAPURRO, R; HJØRLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 12, n.1, p. 148-207, jan/abr. 2007.

CINTRA, A.M.M., et al. **Para entender as Linguagens Documentárias**. São Paulo: Editora Polis, 2002. 2ª edição. 92 p.

GARCÍA CANCLINI N. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. 2 ed. Rio de Janeiro:UFRJ, 2008. 283 p.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Elementos de Linguística en sistemas de información y documentación. **Revista Latina de Comunicación Social**, v. 7, 1998. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a/66ant.htm>>. Acesso em Jan. 2009.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Estructura lingüística de la documentación**: teoría y método. Murcia: Universidad de Murcia, 1990. 167 p.

HJØRLAND, B. **Core Concepts in Library and Information Science**. 2005. Disponível em: < <http://www.db.dk/bh/core%20concepts%20in%20lis/home.htm>> Acesso em: 2009 e 2010.

HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches – traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n.4, p. 422-462, 2002.

HJØRLAND, B.; Nicolaisen J. **The Epistemological Lifeboat**. Disponível em: <<http://www.iva.dk/jni/lifeboat/>>. Acesso em: 2009 e 2010.

HJØRLAND, B. **Lifeboat for Knowledge Organization**. Disponível em: <http://www.iva.dk/bh/lifeboat_ko/home.htm>. Acesso em: 2009 e 2010.

⁴⁸ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

HJØRLAND, B. What is knowledge organization? **Knowlegde Organization International Journal**, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**. v. 46, n. 2, p. 400-425, 1995.

KOBASHI, N.Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero Revista de Ciência da informação**, v.8, n.6, dez. 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/dez07/Art_01.htm> Acesso em: Ago. 2008.

KOBASHI, N.Y. Linguística textual e elaboração de informações documentárias: algumas reflexões. In: Nádea Regina Gaspar; Lucília Maria Souza Romão. (Org.). **Discurso e texto: multiplicidade de sentidos na Ciência da Informação**. São Carlos: EduFscar, 2008, v. 1, p. 47-66.

KOBASHI, N.Y; FERNANDES J.C. Pragmática linguística e organização da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, X, 2009, Paraíba. **Anais Eletrônicos**...João Pessoa: UFPB, 2009, Comunicação Oral. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/491>>. Acesso em: Janeiro: 2010.

LARA, M.L.G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v.33, n.2, p. 91-96, maio/agosto, 2004.

LARA, M.L.G. É possível falar em signo e semiose documentária. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006.

LARA, M.L.G. **Elementos de Terminologia**: apostila para uso didático. ECA-USP: São Paulo, 2005.

LARA, M.L.G. Informação, informatividade e linguística Documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero. Revista de Ciência da Informação**, v.9, n.6 2008. Disponível em: <http://www.datagramazero.org.br/dez08/Art_01.htm>. Acesso em Dez. 2008.

LARA, M.L.G. Linguagem Documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004.

LARA, M.L.G. **Linguística Documentária**: seleção de conceitos. Ano de Obtenção: 2009. Tese de Livre docência. São Paulo, ECA-USP. 2009.

LARA, M.L.G. O processo de construção da informação documentária e o processo de conhecimento. **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 127-139, jul./dez. 2002.

LARA, M.L.G. **A representação documentária**: em jogo a significação. Ano de Obtenção 1993. Dissertação de Mestrado. São Paulo: ECA-USP, 1993. Orientador: Prof. Dr. Johanna W. Smit.

LARA, M.L.G. **Representação e linguagens documentárias**: bases teórico-metodológicas, *Ano de Obtenção*: 1999. Tese de Doutorado. São Paulo: ECA-USP, 1999. Orientador: Prof Dr. José Teixeira Coelho Netto.

LARA, M.L.G; TALAMO M.F.G.M. Uma experiência na interface Linguística Documentária e Terminologia. **DataGramaZero. Revista de Ciência da Informação**, v.8, n.5, 2007. Disponível em: <http://dgz.org.br/out07/Art_01.htm>. Acesso em: Junho:2008.

LOPES, E. **Fundamentos da Linguística Contemporânea**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

MAI, JE. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, v. 41, p. 599-611. 2005.

MANGUEL, A. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 304 p.

ORTEGA, C.D; LARA, M.L.G. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, XI, 2008, São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008.

RAYWARD, W.B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliograph/ International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

RENDÓN ROJAS M.A. **Bases teóricas e filosóficas de la bibliotecologia**. 2 ed. México: UNAM, 2005. 183 p.

SANTAELLA L. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 1983. 18 p.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1972. 279 p.

SVENONIUS. E. Information organization. In: **Intellectual foundation of information organization**. Cambridge: MIT-Press, 2001. p. 1-50

TALAMO, M.F.G.M. **Linguagem Documentária**. São Paulo: APB, 1997. (Ensaio APB, n. 45).

TÁLAMO, M.F.G.M; KOBASHI, N.Y. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **TransInformação**, Campinas, v. 15(edição especial), p.7-21, set/dez. 2003.

TÁLAMO, M.F.G.M; LARA, M.L.G. O campo da Linguística Documentária. **TransInformação**, Campinas, v. 18, n.3, p. 203-211, set./dez., 2006.

Referências Complementares

BARRETO A.. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 1994.

BLAIR, D. C. Information retrieval and the philosophy of language. **The Computer Journal**, v.35, n.3, p.200-207, 1992.

BLAIR, D. C. Language and representation: the central problem in information retrieval. In: **Language and representation in information retrieval**. New York: Elsevier Science Publishers: 1990 p. 121-

CALLON, M. Por uma abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE A. **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Salinas, 2004. p. 64-79.

CAMPOS, M.L.M. Modelização de domínios de conhecimento: uma investigação de princípios fundamentais. **Ci. Inf., Brasília**, v. 33, n.1, p. 22-32, 2004.

FUJITA, M.S.L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.1, n.1, p.60-90, jul./dez. 2003.

FUJITA, M.S.L. Organização e representação do conhecimento no Brasil: análise de aspectos conceituais e da produção científica do enancib no período de 2005 a 2007. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação** v. 1, n.1, 2008. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/4/13>. Acesso em: fev. 2009.

KASTRUP, V. A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Salinas, 2004. p. 80-86.

MUSSO P. A filosofia da rede. In: **Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Salinas, 2004. p. 17-37.

NOVELLINO, M.S.F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137 - 146, jul./dez.1998.

RENDON ROJAS, m.A. Hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia. **Transinformação**, v.8, n.3 , p.17-31, setembro/dezembro, 1996.

RÉNDON ROJAS, M.A. **La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. Ontología, epistemología, metodología e interdisciplina**. DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - v.9 n.4 ago/08. Disponível em <http://dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em: Setembro 2008.

SILVA, M.R.; FUJITA, M.S.L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**. v. 16, n. 2, p. 133-161, 2004.